

## PARTE III

### A PRODUÇÃO INDUSTRIAL E A ORIENTAÇÃO EXPORTADORA NAS REGIÕES PORTUGUESAS



#### Enquadramento

A economia portuguesa esteve inserida, nas últimas décadas, num enquadramento internacional com várias mudanças. A integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, a convivência com os sucessivos alargamentos do espaço de acção do projecto europeu e o processo de globalização<sup>25</sup> tiveram implicações em todas as relações dos agentes económicos, nomeadamente com o exterior, e também no desempenho económico das regiões.

Os territórios apresentam diferentes estruturas produtivas que foram evoluindo nas últimas décadas de forma diferenciada, verificando-se que a transição da criação de valor (que historicamente estava assente no sector primário) para as actividades industriais e de serviços, foi um processo muitas vezes associado aos estímulos de políticas públicas e das economias externas<sup>26</sup>, originando padrões distintos na localização das actividades económicas e, portanto, respostas regionais desiguais às oscilações dos mercados interno e externo.

No momento de adesão de Portugal à CEE, em 1986, a actividade industrial portuguesa caracterizava-se pela baixa intensidade tecnológica dos seus produtos e processos de produção, bem como por uma mão-de-obra de baixas qualificações. Não obstante, numa primeira fase, o país beneficiou das novas regras associadas às relações com os parceiros europeus, tendo aumentado o grau de abertura ao exterior e ao investimento estrangeiro (INE *et al.*, 2007). No início dos anos 2000, a crescente integração na economia mundial de novos mercados com baixos custos de produção (como a entrada da China na Organização Mundial de Comércio, em 2001) proporcionou uma maior oferta de bens transaccionáveis a preço reduzido e veio dificultar a penetração dos produtos portugueses no mercado externo. Em 2004, o alargamento da União Europeia (UE) a 10 novos Estados-membros permitiu um maior acesso a novos mercados mas aumentou também substancialmente a concorrência, nomeadamente em termos de captação de investimento estrangeiro (pela oferta de mão-de-obra a baixos custos e qualificada). Paralelamente, a integração de Portugal na União Económica e Monetária e a adesão ao Euro em 1999 (com entrada em circulação desta moeda em 2002) implicou que as transacções com o exterior passassem a ser feitas numa moeda com mais valor, o que favoreceu as importações mas criou novas exigências na colocação de exportações nos mercados exteriores à UE, tendo-se verificado um aumento da produção em sectores não transaccionáveis e, portanto, menos expostos ao exterior.

<sup>25</sup> O processo de globalização estimulado pela crise petrolífera da década de 70 traduziu-se na maior integração económica ao nível mundial que resultou da liberalização dos movimentos comerciais e de capitais potenciada pelo progresso tecnológico e que induziu uma diminuição significativa dos custos de transporte e comunicação, mas também uma maior abertura das economias de mercado emergentes, em resultado de reformas políticas e económicas, nomeadamente, na China, Índia e países da Europa Central e de Leste.

<sup>26</sup> Como as leis do condicionamento industrial iniciadas em Portugal nos anos 30 do século XX ou a adesão de Portugal à EFTA em 1960.



Actualmente, num contexto de crise económica e financeira internacional, que afecta alguns dos principais parceiros comerciais de Portugal, o comportamento das exportações portuguesas ganha uma importância acrescida enquanto determinante do crescimento económico, permitindo ultrapassar a dependência em relação a outras componentes que suportam o PIB (Formação bruta de capital e Consumo público e privado).

O comportamento das exportações não está apenas ligado à procura por parte dos mercados externos, mas também dependente da capacidade das empresas que operam em território nacional em aumentar a sua produção e colocá-la nos mercados internacionais a preços competitivos. Neste sentido, é cada vez mais significativa a importância dos sectores transaccionáveis, ou seja, aqueles em que a produção é susceptível de ser exportada ou importada (em que a indústria transformadora tem um papel preponderante). Estes sectores desempenham um papel fundamental nas economias sobretudo pelo contributo positivo que têm na balança de pagamentos, com impacto no aumento do rendimento do país de origem. Por outro lado, o crescimento económico induzido alarga a dimensão do mercado interno com impacto positivo também nos sectores produtores de bens e serviços usualmente designados de não transaccionáveis (energia, água, saneamento, imobiliário e outros).

Assim, a análise estrutura-se em três pontos: *A Actividade industrial das regiões*, em que se discute a presença diferenciada do sector transformador no território português, através da medição dos graus de concentração regional dos seus diferentes subsectores, bem como do estudo dos padrões de especialização que distinguem as regiões e estarão na base dos diferentes níveis de resultados; *A dinâmica do tecido produtivo industrial*, para um melhor entendimento da estrutura em que se baseiam os resultados da actividade industrial, através da caracterização do tecido produtivo, da dinâmica empresarial e da sustentabilidade económico-financeira das empresas industriais; e *A orientação exportadora de bens das regiões portuguesas*, como resultado da capacidade empresarial de penetrar em mercados externos, analisando o perfil de especialização das regiões, o conteúdo tecnológico associado aos bens exportados, bem como os principais parceiros nas exportações. A análise recairá sobre o período temporal de 1995 a 2009 e assenta fundamentalmente em informação disponível para as NUTS III portuguesas.



### III.1. A actividade industrial nas regiões

**PIB *per capita*:** PIB / População residente

**Proporção de pessoal ao serviço em indústrias de alta e média-alta tecnologia:** (Pessoal ao serviço das indústrias de alta e média-alta tecnologia / Pessoal ao serviço das indústrias transformadoras) x 100

**Proporção de VAB em indústrias de alta e média-alta tecnologia:** (VAB das indústrias de alta e média-alta tecnologia / VAB das indústrias transformadoras) x 100

**Proporção de VAB das indústrias transformadoras:** (VAB das indústrias transformadoras / VAB total) x 100

**Proporção de VAB em indústrias de baixa tecnologia:** (VAB das indústrias de baixa tecnologia / VAB das indústrias transformadoras) x 100

**Proporção de VAB em indústrias de média-baixa tecnologia:** (VAB das indústrias de média-baixa tecnologia / VAB das indústrias transformadoras) x 100

**Proporção de VAB em indústrias de factores competitivos avançados:** (VAB das indústrias classificadas em Economias de Escala, Diferenciação do produto e Investigação e Desenvolvimento / VAB das indústrias transformadoras) x 100

**Proporção de VAB em indústrias de mão-de-obra:** (VAB das indústrias classificadas em Mão-de-obra / VAB das indústrias transformadoras) x 100

**Proporção de VAB em indústrias de recursos naturais:** (VAB das indústrias classificadas em Recursos naturais / VAB das indústrias transformadoras) x 100

**VAB por indivíduo empregado:** VAB da região ou do ramo / Emprego total da região ou do ramo



A comparação do desempenho económico das regiões portuguesas com as restantes regiões da União Europeia, pode ser feita através do PIB *per capita* em paridades de poder de compra (ppc), indicador que é utilizado, ao nível da União Europeia (UE), para a definição das regiões europeias elegíveis para financiamento pelos Fundos Estruturais no período 2007-2013, no âmbito dos Objectivos Convergência, Competitividade Regional e Emprego<sup>27</sup> [Caixa III.1].

Produto Interno Bruto *per capita* em  
Paridades de Poder de Compra | Caixa III.1

A metodologia seguida pelo EUROSTAT (e pela OCDE) em que se baseia o cálculo do indicador de PPC tem por objectivo avaliar o produto das diversas economias num numerário artificial comum e ajustado das diferenças relativas dos preços.

As Paridades de Poder de Compra ou PPC são deflatores espaciais e conversores monetários que, eliminando os efeitos das diferenças nos níveis dos preços entre países, permitem comparações em volume das componentes do PIB bem como dos níveis dos preços.

Adicionalmente, PPS ou Paridade de Poder de Compra Padrão (“Purchasing Power Standard”, no original inglês) é a unidade monetária artificial comum de referência utilizada na União Europeia para expressar o volume dos agregados económicos para efeitos das comparações espaciais, de modo a eliminar as diferenças no nível dos preços entre países. Em termos práticos, PPS é a designação dada pelo Eurostat para esta “unidade artificial” na qual as PPC e as despesas finais em termos reais são expressas, isto é, “Euro baseados em UE 27 ou outra combinação”. “Euro baseados em UE 27” são Euros que têm o mesmo poder de compra no espaço da União Europeia a 27. O seu poder de compra é uma média ponderada do poder de compra das moedas nacionais de todos os estados membros da União Europeia, reflectindo o nível de preços médio na referência UE 27 ou, mais precisamente, a média ponderada dos níveis de preços dos Estados membros.

(INE, 2010e)

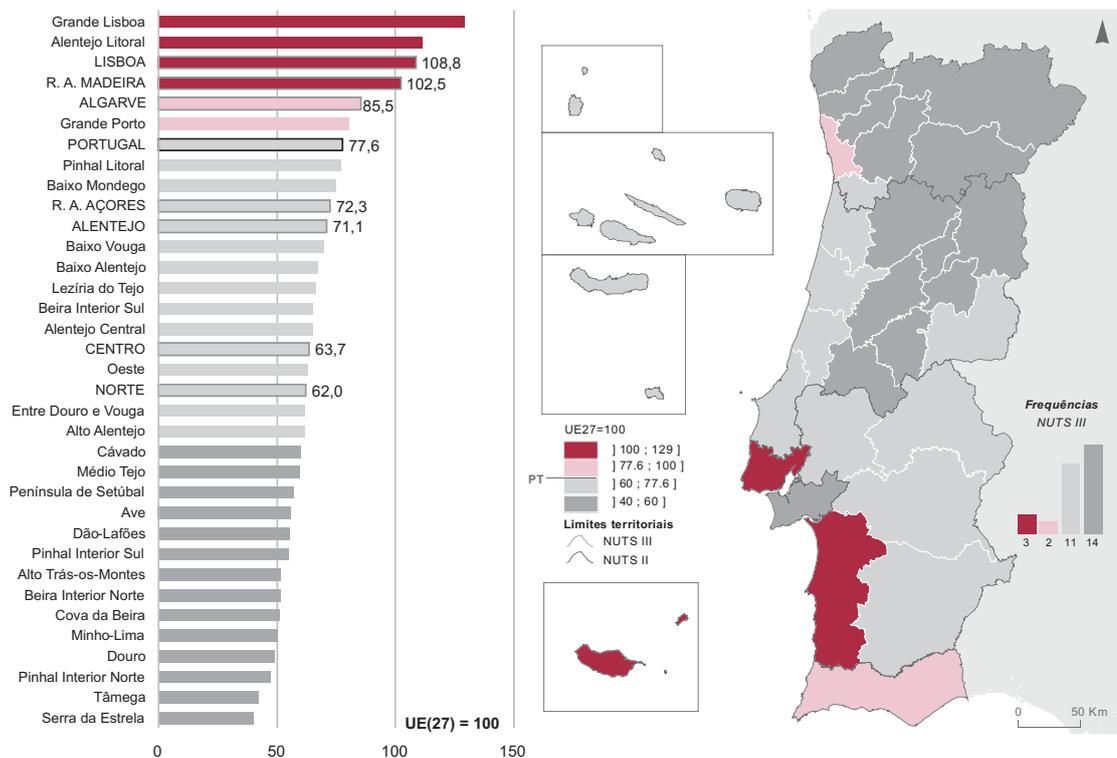
Em 2008, o PIB *per capita* em ppc de Portugal correspondia a 77,6% da média dos 27 países da União Europeia, verificando-se que, em termos de NUTS II, apenas duas regiões portuguesas excediam o valor médio da UE (100): a região de Lisboa (108,8) e a Região Autónoma da Madeira (102,5). As regiões Norte e Centro eram as que mais se distanciavam da média da UE,

<sup>27</sup> Decisão da Comissão 2006/595/CE de 4 de Agosto de 2006, que estabelece a lista das regiões elegíveis para financiamento pelos Fundos Estruturais no âmbito do Objectivo Convergência no período 2007-2013, Decisão da Comissão 2006/597/CE de 4 de Agosto de 2006, que estabelece a lista das regiões elegíveis para financiamento pelos Fundos Estruturais a título transitório e específico, no âmbito do Objectivo Competitividade Regional e Emprego e regulamento (CE) N.º 1083/2006 de 11 de Julho que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão.



com índices de PIB *per capita* em ppc na ordem dos 62,0 e 63,7, respectivamente [Figura III.1]. A análise territorial da criação de riqueza por habitante revelava que ao nível das sub-regiões, apenas três superavam a média europeia (Grande Lisboa, Alentejo Litoral e Região Autónoma da Madeira), com outras duas sub-regiões acima da média portuguesa mas aquém do valor médio europeu (Algarve e Grande Porto). Era na região Norte e no Interior da região Centro, bem como na Península de Setúbal que se verificavam os valores mais baixos do PIB *per capita* em ppc.

PIB *per capita* em paridades de poder de compra  
(UE27 = 100), Portugal, NUTS II e NUTS III, 2008 | Figura III.1

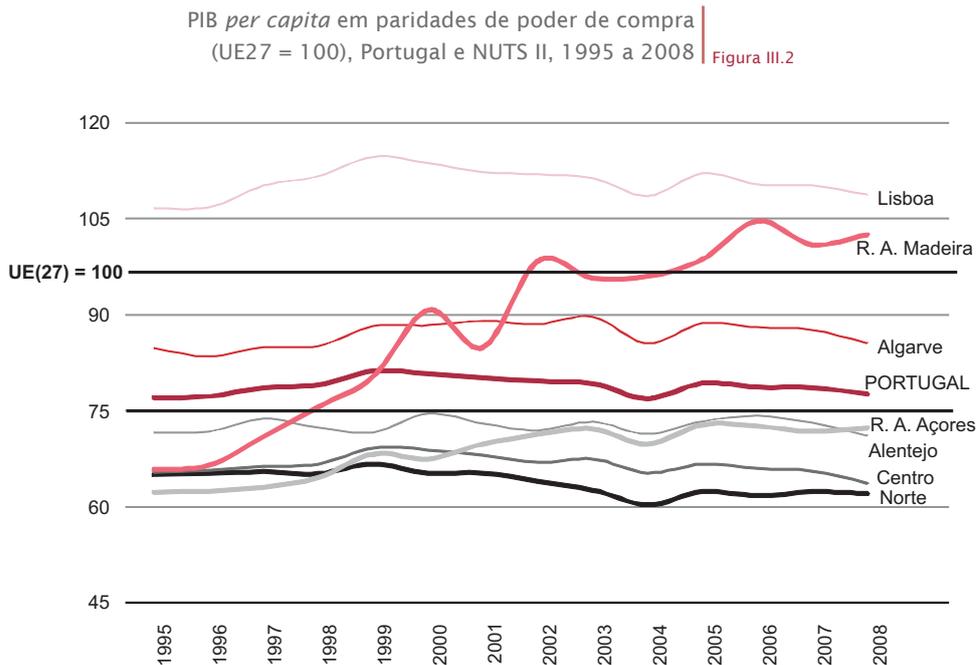


Fonte: INE, I.P., Contas Regionais.

O posicionamento das regiões portuguesas face à média dos actuais 27 países da UE sofreu alterações ao longo dos 14 anos de análise entre 1995 e 2008 [Figura III.2]. Em termos regionais, Lisboa foi a única região que, no período considerado apresentou anualmente um PIB *per capita* em ppc superior à média europeia, tendo atingido os valores mais altos nos anos de 1999 e 2000, biénio em que a média nacional mais se aproximou da UE. Entre 1995 e 2008, a Região Autónoma da Madeira foi a região portuguesa que mais se aproximou da média europeia, tendo passado a superar o valor médio da UE em 2006. Já a região do Algarve apresentou, ao longo do período considerado, valores sempre aquém da média da UE mas acima do valor médio nacional. Nas restantes quatro regiões nacionais (Norte, Centro, Alentejo e Região Autónoma dos Açores) verificou-se, ao longo de todo o período, um nível de criação de riqueza por habitante abaixo



de 75% da média da União Europeia, porém, com a Região Autónoma dos Açores a convergir para a média da UE, enquanto nas regiões Norte e Centro o PIB *per capita* em ppc distanciou-se da média europeia.



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais.

Entre 1995 e 2008, a estrutura produtiva portuguesa (aferida pela repartição sectorial do valor acrescentado bruto) seguiu uma tendência de terciarização que se deveu sobretudo à diminuição do contributo do sector secundário<sup>28</sup> para a criação de valor acrescentado, a par de se ter verificado também uma perda de importância relativa da riqueza criada pelo sector primário. O sector terciário, responsável pela criação de 66% do VAB da economia em 1995, aumentou esta proporção para 73% em 2008, enquanto o sector secundário diminuiu de 29% para 25% e o sector primário de 6% para 3%, respectivamente.

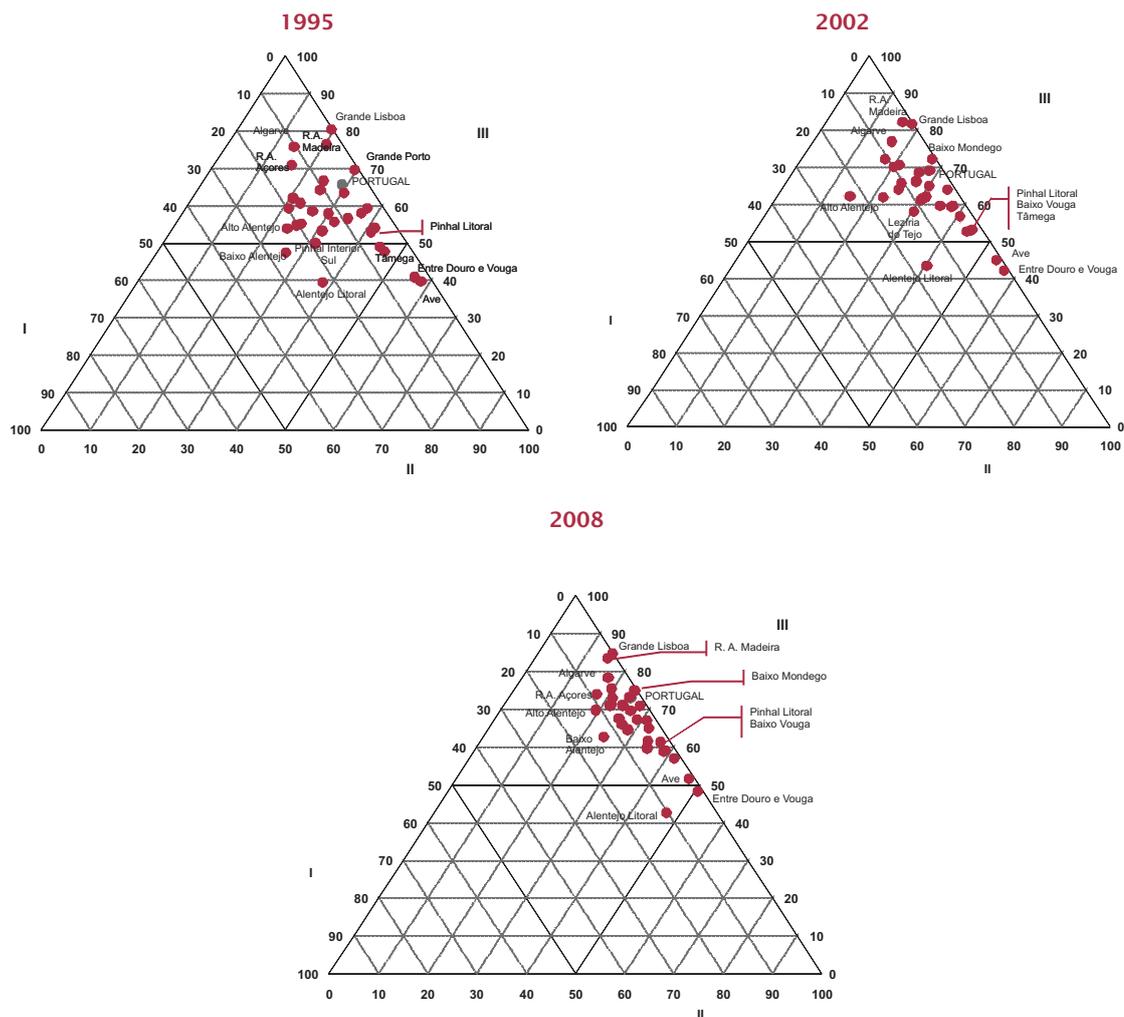
A Figura III.3, em que Portugal e as NUTS III estão posicionados de acordo com a repartição do VAB por sector (primário, secundário e terciário) [Caixa III.2], mostra, pela comparação dos três momentos temporais (1995, 2002 e 2008) que a terciarização da estrutura produtiva ocorreu em todas as sub-regiões portuguesas, o que está patente na deslocação no sentido ascendente de todos os pontos dos gráficos. Embora entre 1995 e 2008 o sector secundário tenha ganho importância em algumas sub-regiões (Alto Trás-os-Montes, Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Alentejo Litoral, Lezíria do Tejo, Algarve e Região Autónoma

<sup>28</sup> Toma-se como referência a desagregação das actividades económicas da Nomenclatura de Contas Nacionais em três ramos de actividade – A3, para identificação dos sectores I (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), II (Indústrias extractivas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; construção) e III (Serviços).



dos Açores) em 2008, apenas duas NUTS III apresentavam uma proporção de VAB no sector secundário superior ao do sector terciário: Entre Douro e Vouga (51% vs. 48%) e Alentejo Litoral (47% vs. 43%). Apesar de não ser o sector mais relevante em termos de VAB, o sector secundário era responsável pela criação de mais de um terço do VAB gerado em sete sub-regiões (para além das duas já mencionadas) todas situadas nas regiões Norte e Centro: Ave (47%), Tâmega (41%), Pinhal Litoral (39%), Baixo Vouga (38%), Cávado (37%), Pinhal Interior Sul (35%) e Pinhal interior Norte (34%).

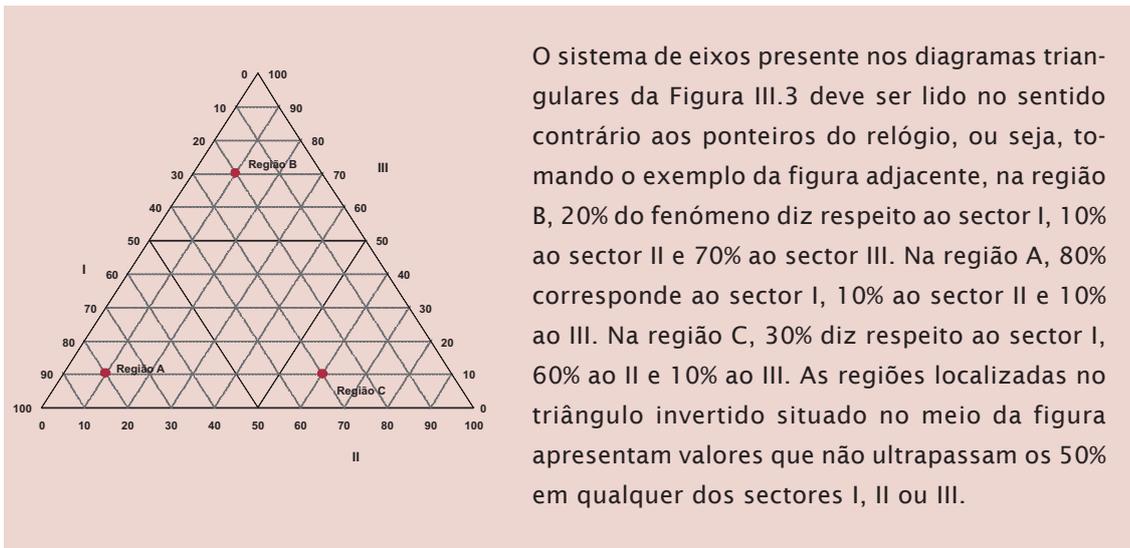
Repartição sectorial do VAB, Portugal e NUTS III, 1995, 2002 e 2008 | Figura III.3



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais.



Diagrama triangular | Caixa III.2



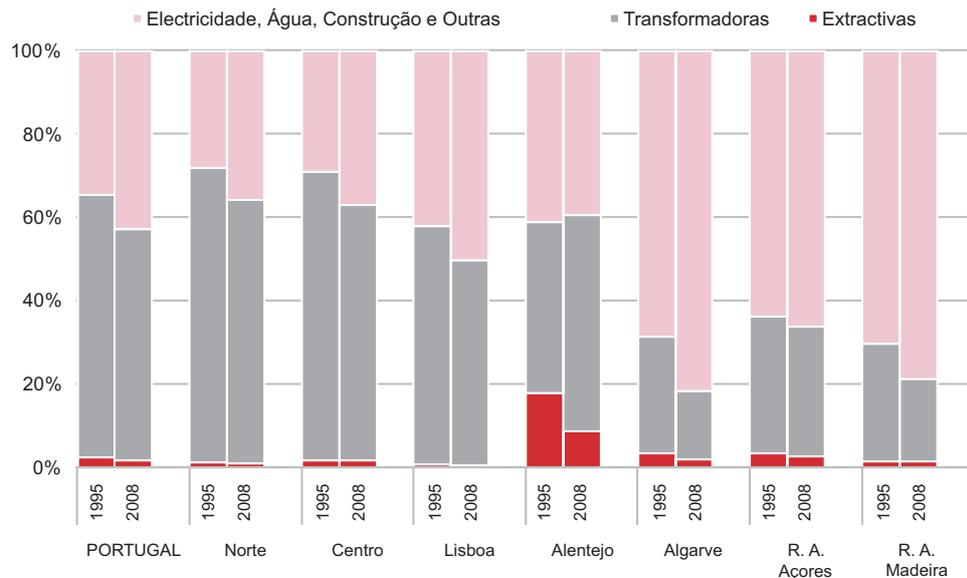
### A indústria na estrutura produtiva das regiões

O sector secundário gerava cerca de um quarto do VAB nacional em 2008, não obstante a perda de importância na economia do país. Cerca de 55% do VAB deste sector era gerado pelas indústrias transformadoras, cabendo 43% às actividades de electricidade, água e construção e os restantes 2% às indústrias extractivas [Figura III.4]. Ao longo dos anos, a predominância das indústrias transformadoras tem vindo a diminuir a favor do VAB gerado pelas actividades de energia, água e construção. Ao nível regional, entre 1995 e 2008, apenas no Alentejo se verificou um aumento da proporção de VAB do sector secundário com origem nas indústrias transformadoras, tendo diminuído a importância das indústrias extractivas nesta região.

Em 2008, o Norte e o Centro eram as regiões onde as indústrias transformadoras tinham maior importância no VAB do sector secundário (cerca de 63% e 61%, respectivamente). No Algarve e nas regiões autónomas, verificavam-se as menores proporções de VAB das indústrias transformadoras no sector secundário.



Repartição do VAB do sector secundário segundo o ramo de actividade, Portugal e NUTS II, 1995 e 2008 | Figura III.4

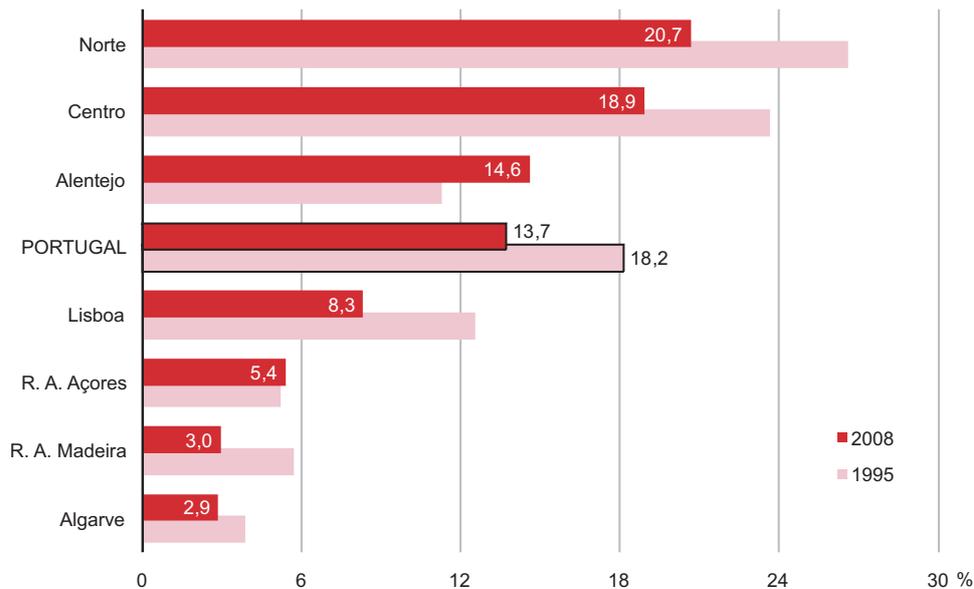


Fonte: INE, I.P., Contas Regionais.

A perda de importância do VAB gerado pelas indústrias transformadoras está também patente na comparação com o total da economia, tendo o seu peso nacional diminuído de 18,2% em 1995 para 13,7% em 2008 [Figura III.5]. Neste período, a maior diminuição de proporção de VAB gerado pelas indústrias transformadoras ocorreu nas regiões Norte e Centro que eram, em 2008, as NUTS II em que estas indústrias tinham maior expressão em termos de VAB, gerando cerca de um quinto do valor de cada região. O Alentejo e a Região Autónoma dos Açores foram as únicas regiões do país em que as indústrias transformadoras ganharam peso em termos de criação de valor acrescentado, tendo este crescimento sido mais expressivo no Alentejo (a proporção de VAB das indústrias transformadoras na região passou de 11,3% em 1995 para 14,6% em 2008).



Proporção de VAB das indústrias transformadoras, Portugal e NUTS II, 1995 e 2008 | Figura III.5

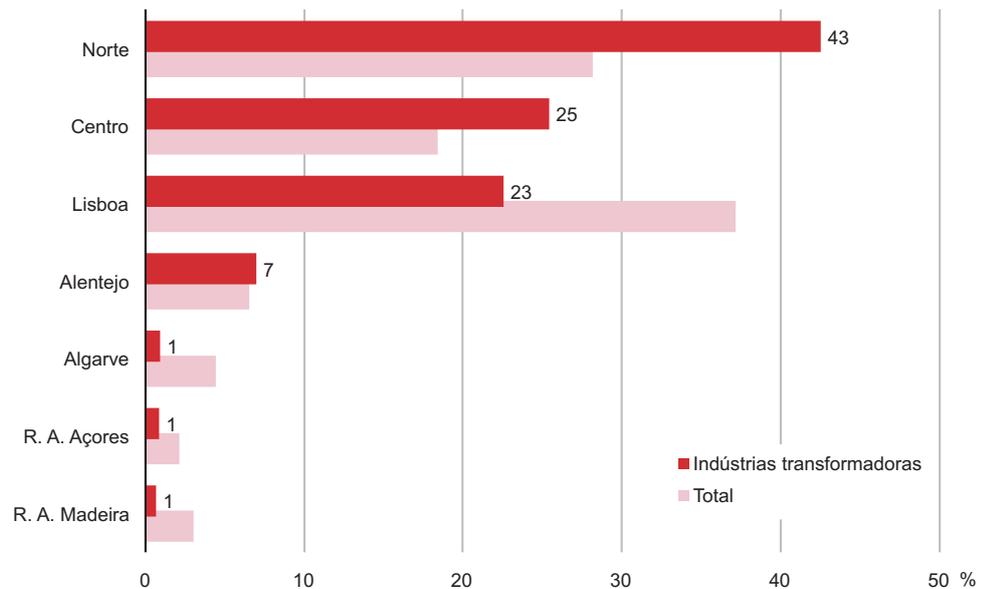


Fonte: INE, I.P., Contas Regionais.

Por outro lado, em 2008, 91% do VAB nacional das indústrias transformadoras foi assegurado pelas regiões Norte, Centro e Lisboa [Figura III.6]. As indústrias transformadoras tinham um papel importante na criação de riqueza da região Norte, sendo esta a região com maior contributo para o VAB gerado nestas actividades, 43%, uma proporção muito superior à que se obtinha quando considerando o total das actividades económicas (28%). O Centro assegurava 25% do VAB gerado nas indústrias transformadoras e, tal como a região Norte, superior ao verificado para o total da economia. No caso de Lisboa, a situação era diferente. A região representava o terceiro maior contributo regional de VAB das indústrias transformadoras (23% do valor nacional), mas era a NUTS II com maior contributo para o VAB nacional.



Contributo regional do VAB, total e das indústrias transformadoras, por NUTS II, 2008 Figura III.6



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais.

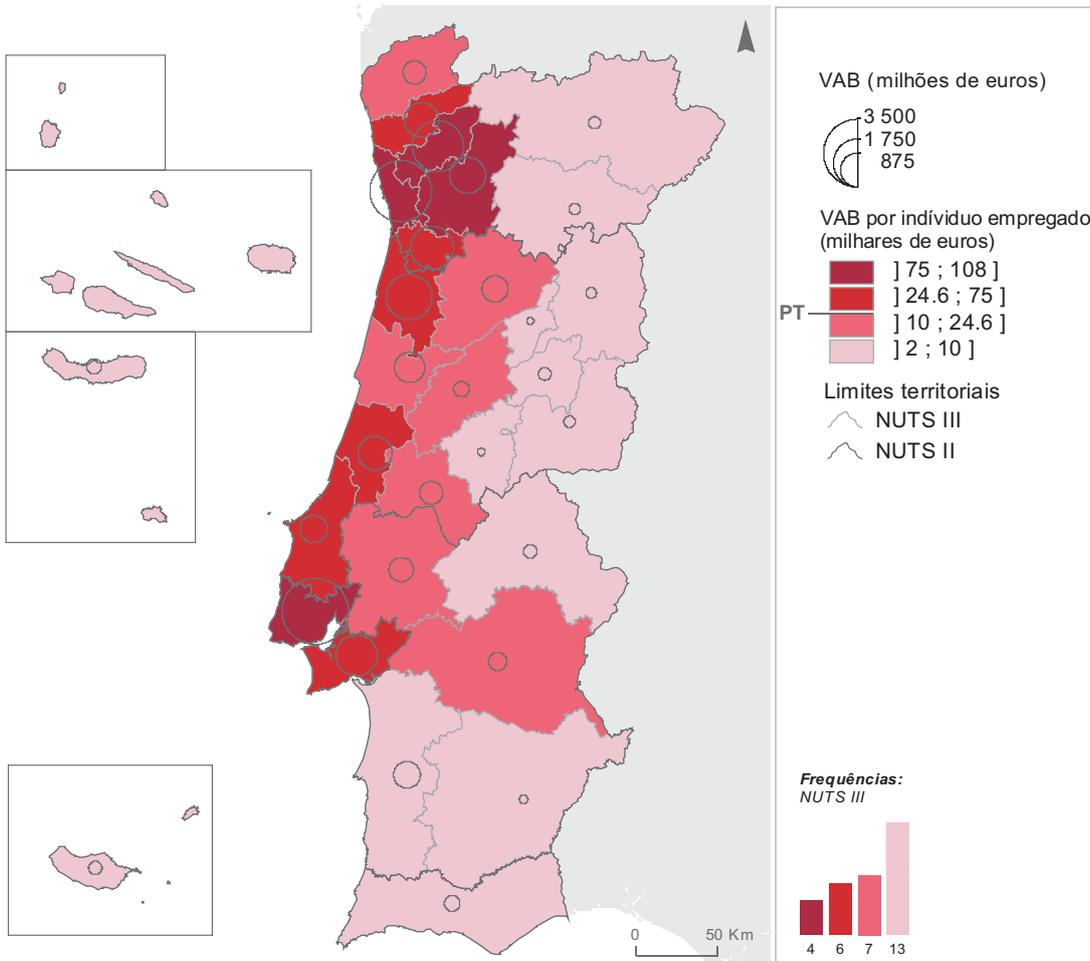
A Figura III.7 apresenta o montante de VAB gerado pelas indústrias transformadoras de cada sub-região, deixando clara a importância da Grande Lisboa e das sub-regiões do Norte, Grande Porto e Ave, cujas indústrias transformadoras geraram, no seu conjunto, em 2008, 8 145 milhões de euros de VAB, contribuindo com 40% do VAB nacional gerado por estas actividades.

As 13 sub-regiões do Litoral do Continente, do Cávado ao Alentejo Litoral, incluindo os vales sub-regionais da Região Norte e o Dão-Lafões, constituíam as NUTS III com maior valor acrescentado nas indústrias transformadoras, representando, no seu conjunto, cerca de 85% do valor nacional.

Por outro lado, a geografia da produtividade das indústrias transformadoras (medida pelo VAB gerado por indivíduo empregado) coloca em evidência o mesmo padrão territorial. Os valores mais elevados neste indicador registavam-se nas NUTS III Ave (107,3 milhares de euros) e Grande Porto (103,1 milhares de euros), bem como na Grande Lisboa e no Tâmega (88,6 e 75,3 milhares de euros, respectivamente) por oposição às sub-regiões do Interior Norte e Centro, do Alentejo e às regiões autónomas.



VAB e VAB por indivíduo empregado nas indústrias transformadoras, por NUTS III, 2008 Figura III.7



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais.

*Os resultados das Contas Regionais Portuguesas evidenciam uma trajetória de terciarização da estrutura económica das sub-regiões nacionais, não obstante o sector secundário ter ainda um significado relevante em algumas NUTS III.*

*O Norte e o Centro eram as regiões que mais contribuíam para a formação do VAB nacional gerado pelas indústrias transformadoras e aquelas em que estas actividades tinham maior importância na estrutura produtiva regional.*

*As 13 sub-regiões do Litoral do Continente, do Cávado ao Alentejo Litoral, incluindo os vales sub-regionais da Região Norte e o Dão-Lafões, constituíam as NUTS III com maior*



*valor acrescentado nas indústrias transformadoras, representando, no seu conjunto, cerca de 85% do valor nacional. A geografia da produtividade das indústrias transformadoras (medida pelo VAB gerado por indivíduo empregado) coloca em evidência o mesmo padrão territorial.*

### As actividades de especialização regional

Os níveis de VAB e produtividade das indústrias transformadoras nas regiões estão associados ao tipo de actividade dominante em cada território, quer no que respeita ao total das suas actividades transformadoras, quer quando comparando com a importância dessa indústria no total do país (neste caso, pode dizer-se que a região é especializada numa determinada indústria quando essa actividade tem mais importância relativa na economia da região do que na economia do país). Uma análise mais detalhada das actividades transformadoras, nomeadamente no que respeita ao VAB gerado, permite concluir que as diferentes indústrias contribuem de forma distinta para as economias regionais.

A Figura III.8 apresenta, para o total do país e para cada região NUTS II, a repartição das indústrias transformadoras por tipo de actividade de acordo com a nomenclatura de ramos das contas nacionais [Caixa III.3]. Em termos nacionais, em 2008, dois terços do VAB das indústrias transformadoras eram provenientes de cinco ramos industriais: *fabricação de têxteis, indústria do vestuário e do couro e dos produtos do couro* (15,5% do valor nacional), *indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (14,6%), *indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos* (13,2%), *fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, e de outros produtos minerais não metálicos* (12,6%) e *indústrias da madeira, fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos, impressão* (10,6% do total de VAB das indústrias transformadoras).

As actividades de *fabricação de têxteis, indústria do vestuário e do couro e dos produtos do couro* tinham particular importância na economia da região Norte, sendo responsáveis pela criação de cerca de 30% do VAB regional das indústrias transformadoras. A Região Autónoma da Madeira era a segunda região onde estas actividades tinham mais importância relativa (11,4% do valor acrescentado gerado pelas indústrias transformadoras da região).

As *indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* tinham uma importância acima de 9% no VAB gerado pelas indústrias transformadoras de todas as NUTS II, assumindo proporções mais elevadas na Região Autónoma dos Açores onde estas actividades geravam mais de metade do VAB das indústrias transformadoras da região, na Região Autónoma da Madeira, com 44%, e no Algarve, com 30%. Estas actividades eram também a principal indústria transformadora da região de Lisboa, gerando cerca de um quinto do VAB regional das indústrias transformadoras.



As indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos, embora não sendo a principal actividade transformadora das regiões, assumiam o papel de segunda actividade transformadora nas três maiores regiões do país (em termos de VAB): Norte, Centro e Lisboa. A fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, e de outros produtos minerais não metálicos constituía a principal indústria transformadora da região Centro (22,6% do VAB) e a segunda maior indústria transformadora do Algarve e da Região Autónoma dos Açores. Por último, a fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados tinha, ao nível nacional uma importância menor no contexto das indústrias transformadoras (3,9% do VAB) mas era a indústria mais relevante em termos de VAB no Alentejo (27,4% do VAB regional das indústrias transformadoras).

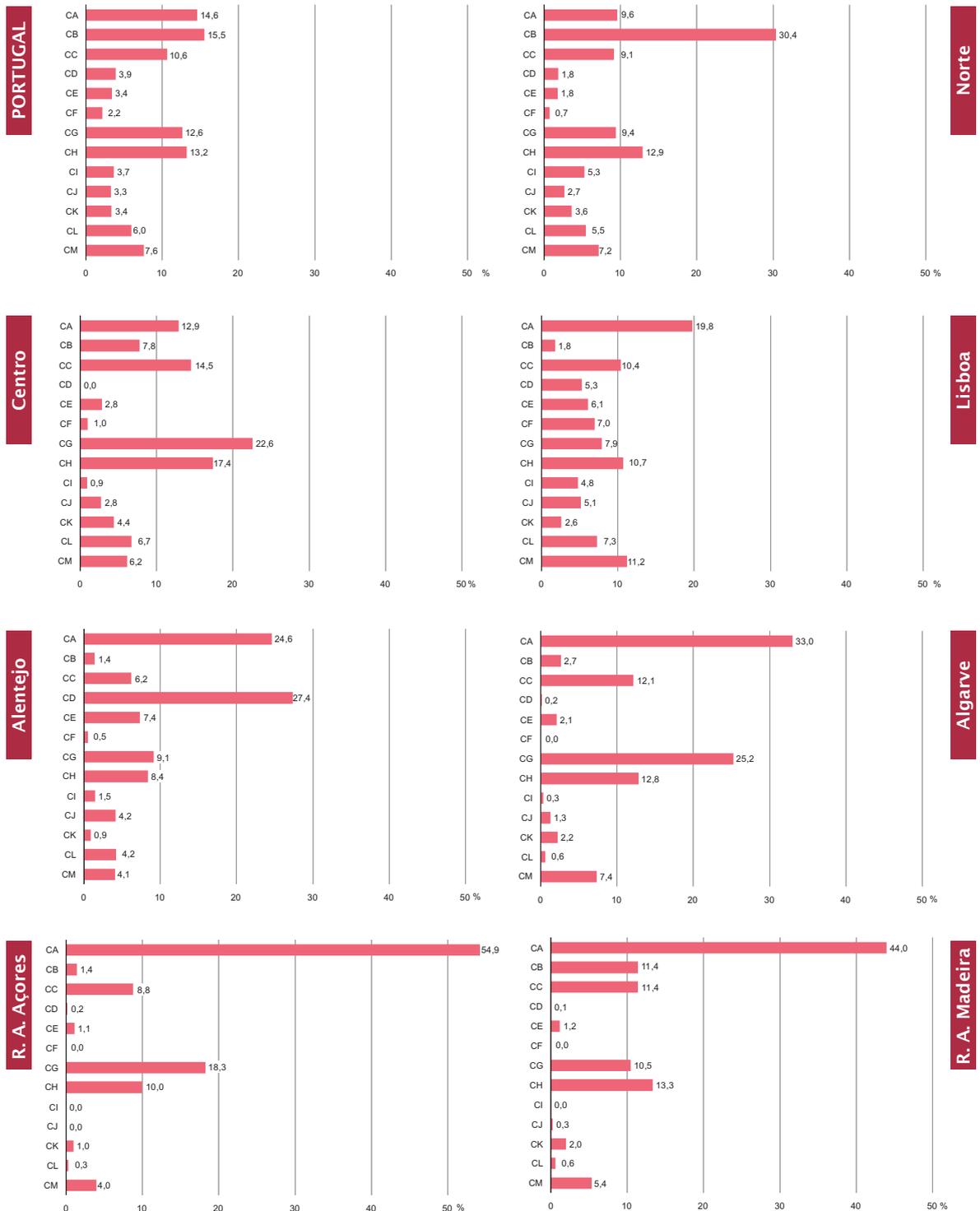
Indústrias transformadoras | Caixa III.3

De acordo com a repartição A38 da Nomenclatura de Ramos das Contas Nacionais (Base 2006), as **indústrias transformadoras** são apresentadas da seguinte forma:

- CA - Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
- CB - Fabricação de têxteis, indústria do vestuário e do couro e dos produtos do couro
- CC - Indústrias da madeira; fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos; impressão
- CD - Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados
- CE - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais
- CF - Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparação farmacêuticas
- CG - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, e de outros produtos minerais não metálicos
- CH - Indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos
- CI - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicação, produtos electrónicos e ópticos
- CJ - Fabricação de equipamento eléctrico
- CK - Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.
- CL - Fabricação de equipamento de transporte
- CM - Fabricação de mobiliário e de colchões; outras indústrias transformadoras; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos



Repartição do VAB das indústrias transformadoras por actividade, Portugal e NUTS II, 2008 Figura III.8



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais.



De 1995 para 2008, em Portugal, verificou-se uma diversificação dos principais ramos das indústrias transformadoras, nos seus contributos para o respectivo VAB. Assim, as actividades que ganharam maior importância no VAB gerado pelo total das indústrias transformadoras foram as *indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (passando de 11,4% do VAB das transformadoras em 1995, para 14,6% em 2008), *fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados* (de 0,6% para 3,9% do VAB) e *indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos excepto máquinas e equipamentos* (de 10,7% para 13,2% do VAB), por oposição à perda de importância mais relevante na *fabricação de têxteis, indústria do vestuário e do couro e dos produtos do couro* (cujo peso no VAB das indústrias transformadoras em Portugal passou de 23,1%, em 1995, para 15,5%, em 2008).

Através da Figura III.9 é possível identificar as actividades em que as regiões eram especializadas em 1995 e 2008, de acordo com o quociente de especialização ou índice de Balassa-Hoover [Caixa III.4]. Para cada NUTS II, estão identificadas as actividades de especialização que se mantiveram entre 1995 e 2008, tal como as especializações que desapareceram e aquelas que surgiram em cada região, tendo por referência a estrutura sectorial nacional nos dois períodos.

Índice de Balassa-Hoover | Caixa III.4

O **índice de Balassa-Hoover (BH)** ou quociente de localização é o rácio entre o peso, em termos de VAB, de uma actividade económica na região e o peso, em termos de VAB, dessa actividade económica no país. Se este rácio for superior a 1, significa que a actividade económica em questão tem maior relevância no VAB total da região do que ao nível nacional, ou seja, em termos de VAB, a região é especializada nessa actividade económica (OECD, 2008).

$$BH_i = \frac{Y_{ij}}{Y_j} \bigg/ \frac{Y_i}{Y}, \quad \text{em que:}$$

$Y_{ij}$  - VAB da actividade económica  $i$  na região  $j$

$Y_j$  - VAB de todas as actividades económicas na região  $j$

$Y_i$  - VAB da actividade económica  $i$  no país

$Y$  - VAB de todas as actividades económicas no país

Para o cálculo das especializações das regiões, consideraram-se as indústrias transformadoras (desagregadas em 13 actividades) que, em cada ano de análise apresentavam uma importância relativa superior a 1/13 do VAB regional das indústrias transformadoras.



De 1995 para 2008, não se verificaram alterações nos perfis de especialização das indústrias transformadoras das regiões Norte, Centro e Região Autónoma dos Açores. A região Norte manteve a sua única especialização na *fabricação de têxteis, indústria do vestuário e do couro e dos produtos do couro*, passando a ser, em 2008, a única região especializada nestas actividades (já que a Região Autónoma da Madeira, que também era especializada nesta actividade em 1995, deixou de o ser em 2008). A região Centro, tendo mantido as suas actividades de especialização no período considerado, reforçou o seu diferencial face ao país na *fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, e de outros produtos minerais não metálicos* e a Região Autónoma dos Açores também manteve a sua especialização nesta mesma actividade, a par dos seus elevados valores de especialização nas *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco*.

As regiões Lisboa e Alentejo concentraram as suas actividades de especialização, verificando-se que Lisboa era, em ambos os anos, a única NUTS II especializada em *fabricação de mobiliário e de colchões; outras indústrias transformadoras; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos* e o Alentejo era, em 2008, a única região em que proporção de VAB das indústrias transformadoras gerado na *fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados* era superior ao valor nacional.

Por último, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira diversificaram as suas especializações de 1995 para 2008, tendo ambas as regiões passado a ser especializadas em *indústrias da madeira; fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos; impressão*.



Alterações das actividades de especialização industrial (VAB), por NUTS II, 1995-2008 Figura III.9

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
<b>CA</b> - Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco			●	●	●	●	●
<b>CB</b> - Fabricação de têxteis, indústria do vestuário e do couro e dos produtos do couro	●						●
<b>CC</b> - Indústrias da madeira; fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos; impressão		●			●		●
<b>CD</b> - Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados				●			
<b>CE</b> - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais			●	●			
<b>CF</b> - Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparação farmacêuticas			●				
<b>CG</b> - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, e de outros produtos minerais não metálicos		●			●	●	
<b>CH</b> - Indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos		●	●				●
<b>CI</b> - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicação, produtos electrónicos e ópticos							
<b>CJ</b> - Fabricação de equipamento eléctrico				●			
<b>CK</b> - Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.							
<b>CL</b> - Fabricação de equipamento de transporte							
<b>CM</b> - Fabricação de mobiliário e de colchões; outras indústrias transformadoras; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos			●				

- Actividades de especialização em 1995
- Actividades de especialização em 1995 e 2008
- Actividades de especialização em 2008



O facto do VAB das indústrias transformadoras se concentrar maioritariamente nas três regiões Norte, Centro e Lisboa (como mencionado e patente na Figura III.6) conduz a que estas regiões condicionem mais fortemente a estrutura produtiva nacional e, portanto, apresentem coeficientes de especialização mais baixos do que nas restantes NUTS II [Caixa III.5]. Esta situação é evidenciada pelos resultados do cálculo do coeficiente de especialização, em termos de VAB dos 13 ramos de actividade, para cada região [Figura III.10].

#### Coeficiente de especialização | Caixa III.5

O **coeficiente de especialização (CE)** mede o grau de concentração que uma região detém em relação aos sectores da actividade económica que nela estão implantados. Corresponde ao somatório do módulo dos desvios da importância que o sector  $i$  assume na região  $j$  face à importância que esse mesmo sector assume na região padrão  $p$ . O CE duma região corresponde a metade do resultado obtido naquele somatório.

Se o CE for igual a 0, significa que a estrutura sectorial da região em análise é integralmente equivalente à estrutura apresentada pela região padrão; inversamente, quanto mais próximo de 100 for o CE, mais especializada é a estrutura produtiva da região relativamente à do espaço de referência.

$$CE_j = \left( \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n \left| \frac{X_{ip}}{X_p} - \frac{X_{ij}}{X_j} \right| \right) \times 100 \quad (0 \leq CE_j \leq 100), \quad \text{em que:}$$

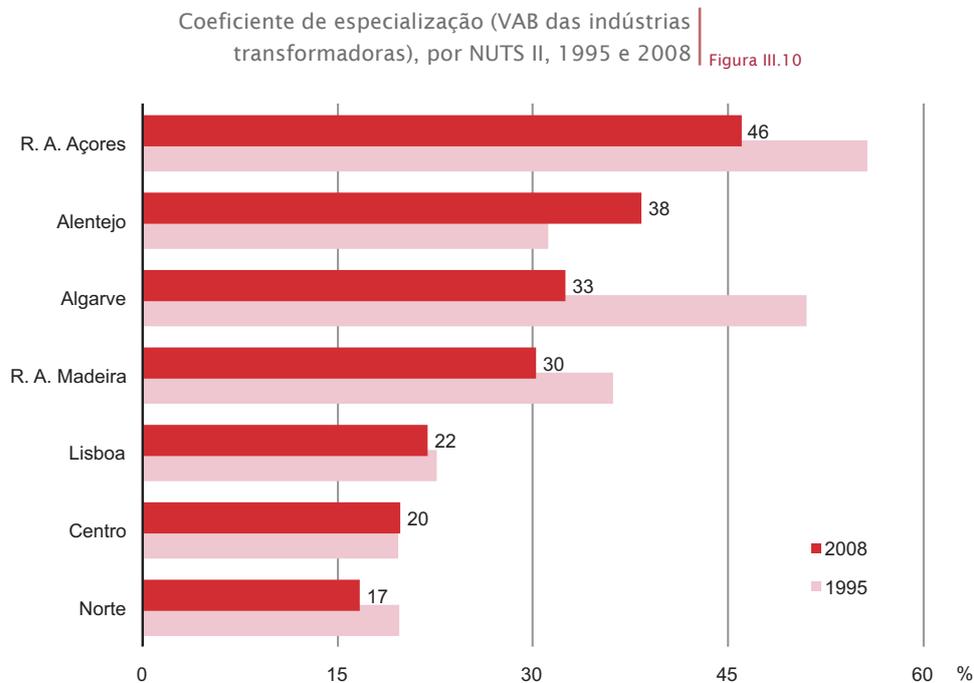
$X_{ip}$  - valor da actividade  $i$  na região padrão  $p$

$X_p$  - valor do total das actividades consideradas na região padrão  $p$

$X_{ij}$  - valor da actividade  $i$  na região  $j$

$X_j$  - valor do total das actividades consideradas na região  $j$

Na Região Autónoma dos Açores e no Alentejo, verificavam-se os valores mais elevados neste indicador, ou seja, estas regiões apresentavam perfis de especialização mais distintos do nacional, tendo o Alentejo sido a única região a reforçar essa especialização entre 1995 e 2008. Para além do Alentejo, o Centro foi a única região em que não se verificou, entre estes dois períodos, uma convergência nos coeficientes de especialização regionais revelando uma aproximação global ao padrão nacional.



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais

*Entre 1995 e 2008, não se verificaram alterações no perfil de especialização das indústrias transformadoras das regiões Norte, Centro e Região Autónoma dos Açores tendo como referência a estrutura de repartição das indústrias transformadoras no país. A região Norte manteve a sua única especialização na fabricação de têxteis, indústria do vestuário e do couro e dos produtos do couro e a região Centro reforçou o seu diferencial face ao país na fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, e de outros produtos minerais não metálicos. As regiões Lisboa e Alentejo concentraram as suas actividades de especialização tendo o Algarve e a Região Autónoma da Madeira aumentado o número de actividades que tinham mais importância na estrutura regional quando comparando com a estrutura de repartição nacional.*

*No período considerado, o Centro e o Alentejo foram as únicas regiões cuja estrutura produtiva das indústrias transformadoras não se aproximou do padrão nacional, tendo o Alentejo reforçado o nível de especialização.*



## Os factores da competitividade industrial

A análise do tecido empresarial das indústrias transformadoras das regiões é feita com recurso ao Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) do INE. Importa salientar que os dados analisados provenientes desta fonte consideram a informação relativa às empresas sedeadas na região, não retratando fielmente o tecido produtivo estabelecido na região<sup>29</sup>.

As diferentes actividades das indústrias transformadoras apresentam características distintas em termos de processos produtivos, de recursos utilizados e de produtos finais obtidos, assentando na utilização mais ou menos intensiva de diferentes factores-chave de competitividade [Caixa III.6 e Anexo III.1].

### Principal factor de competitividade industrial | Caixa III.6

A classificação por factores chave de competitividade adoptada neste documento corresponde a uma adaptação à CAE Rev. 3 da classificação que foi inicialmente proposta pela OCDE nos seus relatórios anuais sobre as "Políticas industriais nos países da OCDE" (OCDE, 1992) e apropriada em documentos mais actuais (INE, 2009b; DPP-MAOTDR, 2006; Mateus *et al.*, 2005). Esta classificação consiste na afectação das diferentes actividades industriais a cinco segmentos, de acordo com os principais factores que influenciam a competitividade de cada actividade: recursos naturais, mão-de-obra, economias de escala, diferenciação do produto e esforço em Investigação e Desenvolvimento (I&D). Denominou-se factores competitivos avançados à agregação dos factores competitivos assentes em economias de escala, diferenciação do produto e I&D.

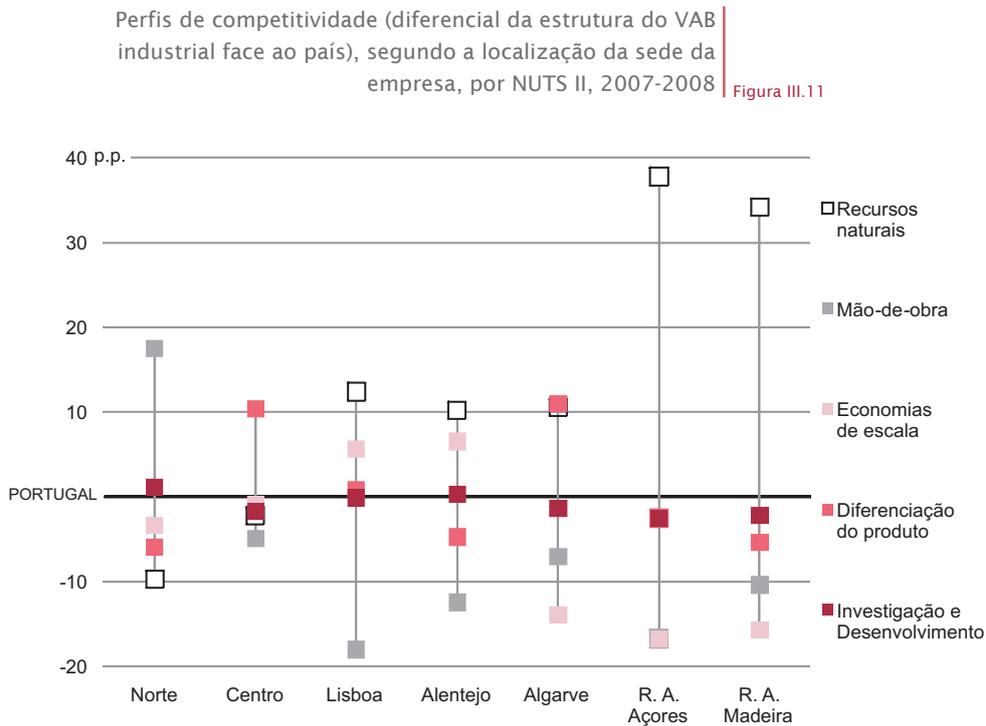
No perfil competitivo das indústrias transformadoras portuguesas, no biénio 2007-2008, as indústrias com forte conteúdo em mão-de-obra empregavam cerca de 40% do pessoal ao serviço nas empresas, gerando cerca de 22% do VAB industrial. A maior proporção de VAB industrial (35%) era gerada pelas indústrias que se distinguem por apresentar grande capacidade em diferenciar os seus produtos, seguidas pelas indústrias em que os recursos naturais apresentam um peso relevante na cadeia de valor (23% do VAB industrial). As indústrias que se caracterizam por melhor explorarem as economias de escala geravam 17% do VAB industrial do país e as indústrias intensivas em I&D geravam a menor proporção de VAB industrial (3%).

A análise dos perfis competitivos regionais evidencia as regiões autónomas com a estrutura do VAB industrial por factor competitivo mais distinta do país, sendo de salientar o elevado peso dos ramos industriais intensivos em recursos naturais (devido, em grande medida, às indústrias alimentares). O Centro era a região que apresentava a estrutura competitiva industrial mais

<sup>29</sup> Note-se, contudo, que mais de 98% das empresas em Portugal têm apenas um estabelecimento que é a sede da empresa.



próxima do perfil nacional e o Norte era a única NUTS II cuja estrutura industrial em termos de VAB espelhava uma especialização em actividades intensivas em mão-de-obra (em particular, a indústria do vestuário e a fabricação de têxteis), sendo responsável pela criação de 40% do VAB industrial da região (mais 18 p.p. do que a média do país) [Figura III.11].



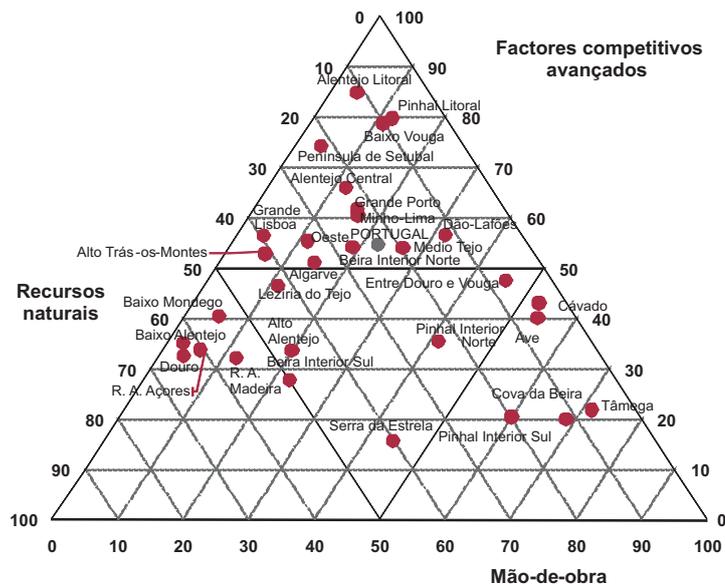
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

A análise tripartida dos factores de competitividade industrial, considera, para além das indústrias intensivas em mão-de-obra e daquelas que assentam nos recursos naturais, uma agregação das indústrias baseadas em economias de escala, na diferenciação do produto ou em investigação e desenvolvimento, designando-se factores competitivos avançados. Em termos nacionais, em 2007-2008, mais de metade do VAB industrial do país era gerado pelas indústrias baseadas em factores competitivos avançados, o que se reflectia em praticamente metade das sub-regiões nacionais [Figura III.12]. No Alentejo Litoral, no Pinhal Litoral e no Baixo Vouga, verificavam-se as maiores proporções de VAB gerado pelas indústrias associadas aos factores competitivos avançado (85%, 80% e 79%, respectivamente). Em apenas seis NUTS III as indústrias baseadas em recursos naturais geravam mais de metade do VAB, com particular ênfase para o Douro (onde a indústria das bebidas gerou, em 2007-2008, mais de 40% do VAB industrial da região), o Baixo Alentejo e a Região Autónoma dos Açores (sub-regiões onde metade do VAB industrial provinha das indústrias alimentares). As maiores proporções de VAB gerado em indústrias assentes em mão-de-obra encontravam-se, no Norte, nas NUTS III Tâmega (72% de VAB repartido quase equi-



tativamente pela *indústria do vestuário*, pela *indústria do couro e dos produtos do couro* e pelo *fabrico de mobiliário e de colchões*), Ave e Cávado (respectivamente 55% e 54% do VAB industrial, resultante sobretudo da *fabricação de têxteis e indústria do vestuário*) e, no Centro, nas sub-regiões Cova da Beira (69% do valor acrescentado industrial, em que predominava claramente a *fabricação de têxteis*) e Pinhal Interior Sul (60% do VAB das indústrias transformadoras, com maior preponderância das *indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria*).

Repartição do VAB das indústrias transformadoras por principal factor de competitividade industrial, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS III, 2007-2008 Figura III.12



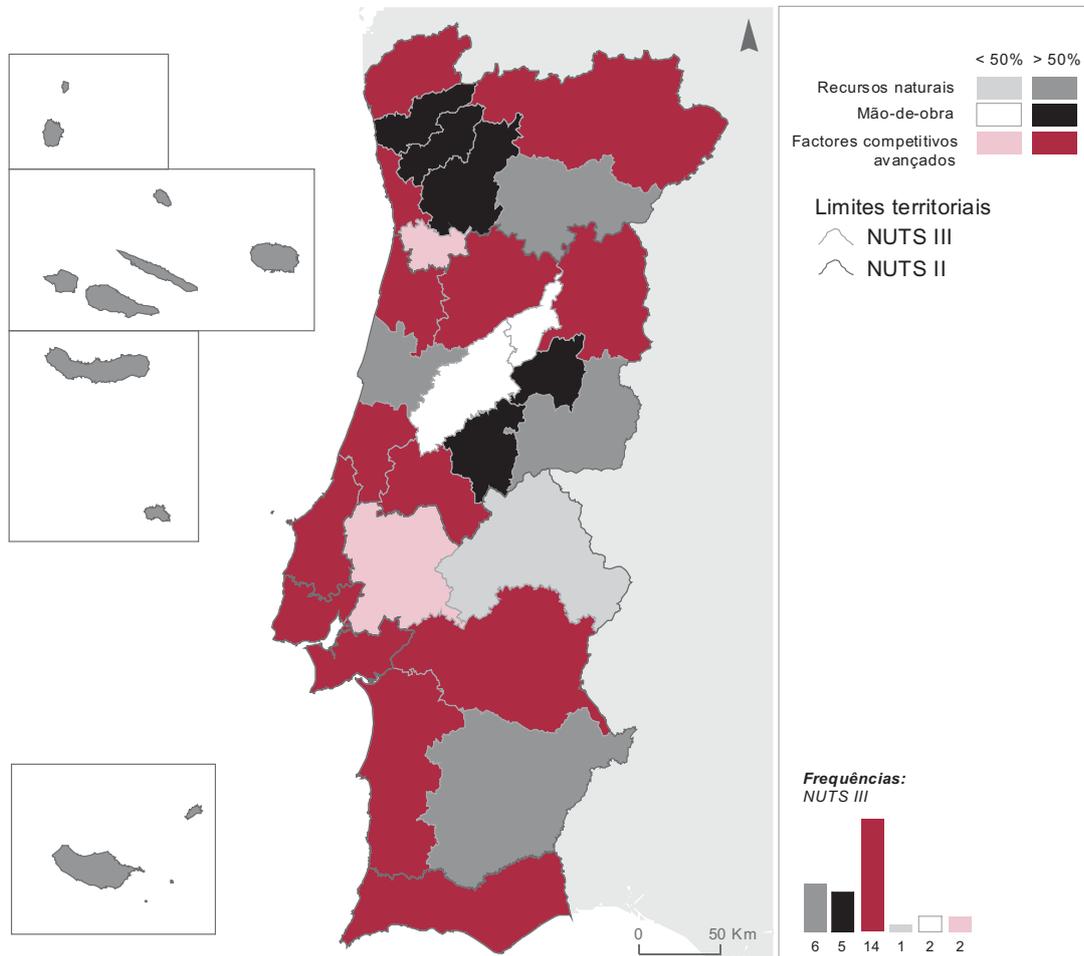
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

A Figura III.13 distingue as regiões NUTS III de acordo com a proporção de VAB do principal factor de competitividade (apresentando com um padrão mais forte as sub-regiões em que o principal factor de competitividade gerava mais de 50% do VAB industrial regional). Os padrões mais leves revelam sub-regiões onde o VAB industrial estava distribuído de forma mais equilibrada entre os três principais factores de competitividade o que acontece, no biénio 2007-2008, em apenas cinco NUTS III: o Pinhal Interior Norte e a Serra da Estrela em que a maior proporção de VAB industrial era gerada por actividades associadas à utilização de mão-de-obra mas não atingia metade do VAB industrial, o Entre Douro e Vouga e a Lezíria do Tejo, com maior importância de actividades associadas a factores competitivos avançados, e, finalmente, o Alto Alentejo em que as actividades assentes em recursos naturais geravam a maior parte de VAB industrial.



A leitura da figura revela que a importância dos factores competitivos avançados em termos de VAB era mais visível nas sub-regiões do Litoral a Sul do Baixo Mondego, para além de outras sub-regiões das NUTS II Norte e Centro, verificando-se que em 14 das 30 NUTS III do país mais de metade do VAB industrial dependia dos factores competitivos avançados.

Peso do principal factor de competitividade industrial (em termos de VAB), segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2007-2008 **Figura III.13**



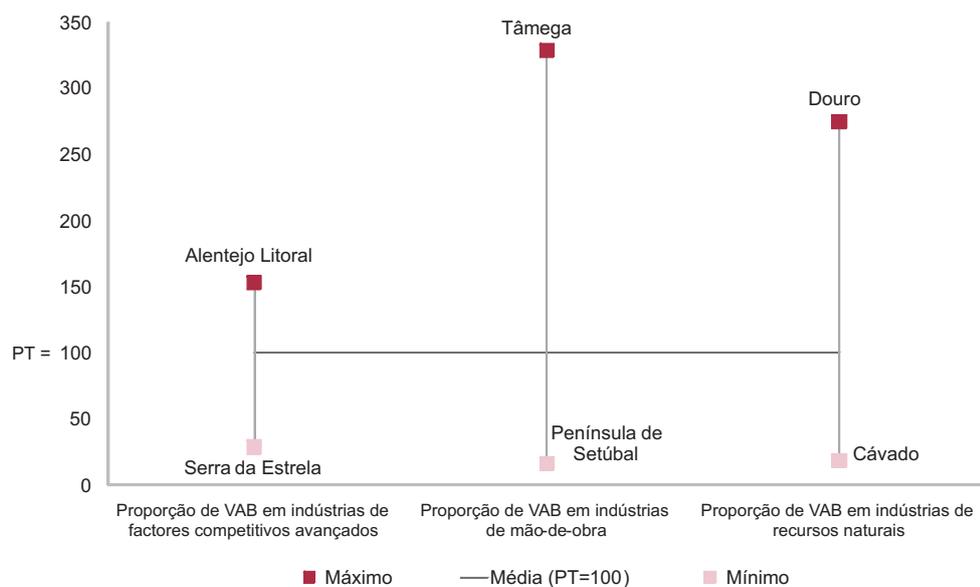
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

*Em 2007-2008, mais de metade do VAB industrial do país era gerado pelas indústrias baseadas em factores competitivos avançados, cerca de ¼ pelas indústrias assentes em recursos naturais e cerca de 22% provinha das indústrias com forte conteúdo em mão-de-obra. A análise dos perfis competitivos regionais evidencia as regiões autónomas com a estrutura do VAB industrial por factor competitivo mais distinta do país, pelo elevado*



*peso que os ramos industriais intensivos em recursos naturais apresentavam nestas regiões (devido, em grande medida, às indústrias alimentares). O Centro era a região com a estrutura competitiva industrial mais próxima do perfil nacional e o Norte era a única NUTS II cuja estrutura industrial em termos de VAB denotava uma especialização em actividades intensivas em mão-de-obra (em particular, pela importância da indústria do vestuário e da fabricação de têxteis).*

Indicadores de factores de competitividade industrial das indústrias transformadoras (Portugal = 100), segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2007-2008 Figura III.14



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

## O conteúdo tecnológico da actividade industrial

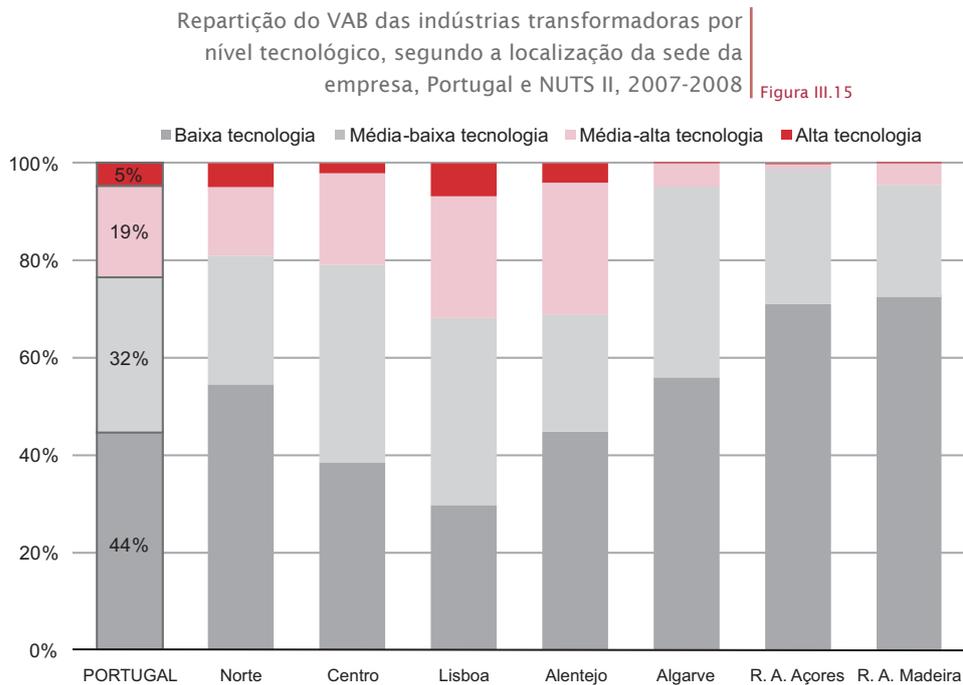
Uma das características que permite aferir o desenvolvimento da actividade industrial de um país ou região é o conteúdo tecnológico associado aos processos produtivos como factor relevante para a produtividade. A existência de novas tecnologias não permite apenas que as empresas se reorganizem e optimizem os seus processos produtivos mas também que originem produtos e serviços novos e de maior qualidade (Van der Zee e Brandes, 2007).

A classificação das actividades industriais de acordo com a intensidade tecnológica (Eurostat, 2009) [Anexo III.2] permite avaliar em que medida o valor acrescentado gerado é proveniente de



actividades de elevado conteúdo tecnológico. No caso de Portugal, em 2007-2008, a proporção de VAB gerado pelas indústrias de alta tecnologia era de 5%, valor só superado, regionalmente, pelas empresas sediadas em Lisboa (8%) e, marginalmente, pelas empresas sediadas na região Norte. As indústrias de média-alta tecnologia geravam cerca de 19% do VAB do país e, neste caso, destacavam-se o Alentejo e Lisboa pelas elevadas proporções neste rácio (27% e 24%, respectivamente). No caso do Alentejo, as *indústrias de fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos* contribuíam em forte medida para este rácio e, em Lisboa, o maior contributo resultou da actividade de *fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis*. Nas regiões autónomas e no Algarve, as indústrias com maior intensidade tecnológica eram praticamente inexpressivas.

As indústrias de baixa e média-baixa tecnologia representavam cerca de três quartos do VAB industrial do país, evidenciando maior expressão relativa nas regiões autónomas e no Algarve, sendo também responsáveis por cerca de 80% do VAB das regiões Norte e Centro [Figura III.15].



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

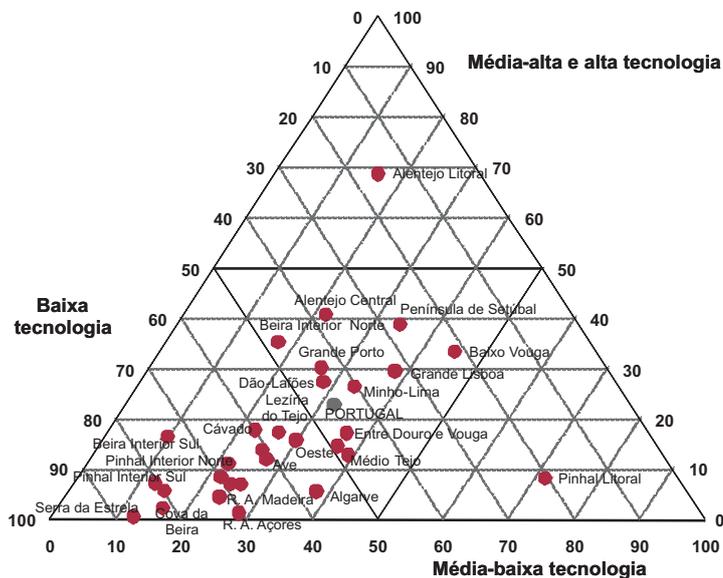
Na Figura III.16, em que as sub-regiões estão posicionadas de acordo com a repartição do VAB regional por nível tecnológico em 2007-2008, está patente a significativa importância das indústrias de baixa tecnologia em mais de metade das NUTS III do país, representando mais de 50% do VAB industrial das empresas sediadas naquelas sub-regiões. A este fenómeno estará associada a preponderância, em termos de VAB, das *indústrias alimentares, fabricação de*



*têxteis, vestuário e calçado, pasta e papel, bens como indústrias da madeira e da cortiça* que representavam, no seu conjunto, cerca de um terço do VAB das indústrias transformadoras ao nível nacional.

O Alentejo Litoral destacava-se por ser a única sub-região em que mais de metade do VAB era proveniente de indústrias de alta e média-alta tecnologia (nomeadamente devido à *fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos*). Com valores muito expressivos de VAB nas indústrias com maior intensidade tecnológica (ainda que com proporções de VAB abaixo dos 50%), evidenciavam-se ainda o Alentejo Central (devido, sobretudo, ao VAB gerado pela *fabricação de equipamento eléctrico*) e a Península de Setúbal (*fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis*). A particular importância que tinham, no Pinhal Litoral, as *indústrias da fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, fabrico de outros produtos minerais não metálicos e fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos*, determinou que esta fosse a única NUTS III do país claramente especializada em indústrias de média-baixa tecnologia.

Repartição do VAB das indústrias transformadoras por nível tecnológico, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS III, 2007-2008 Figura III.16



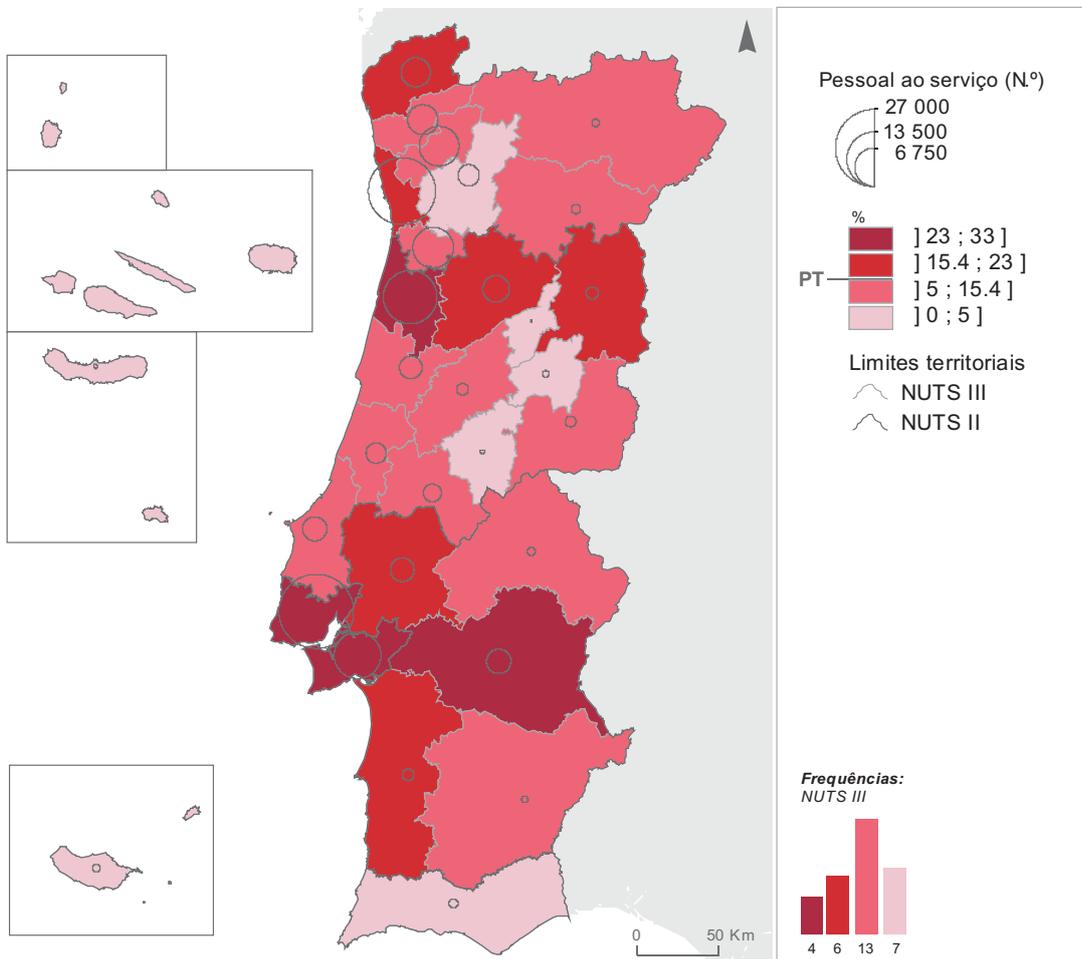
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Ao nível territorial, a importância relativa das indústrias de alta e média-alta tecnologia pode ser lida também através da proporção de pessoal ao serviço nas empresas neste tipo de actividades [Figura III.17]. Sendo o valor nacional de 15,4% neste indicador, ao nível sub-regional sobressaem as NUTS III de Lisboa (Grande Lisboa e Península de Setúbal), o Alentejo Central e o Baixo Vouga com proporções de pessoal ao serviço em indústrias de alta e média-alta tecnologia



aí sedeadas a situar-se entre cerca de um quarto e um terço do total de pessoal ao serviço das indústrias transformadoras. A Região Autónoma dos Açores, o Tâmega e três sub-regiões do Centro — Serra da Estrela, Cova da Beira e Pinhal Interior Sul — apresentavam menores valores para este indicador (abaixo de 4%).

Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2007-2008 Figura III.17



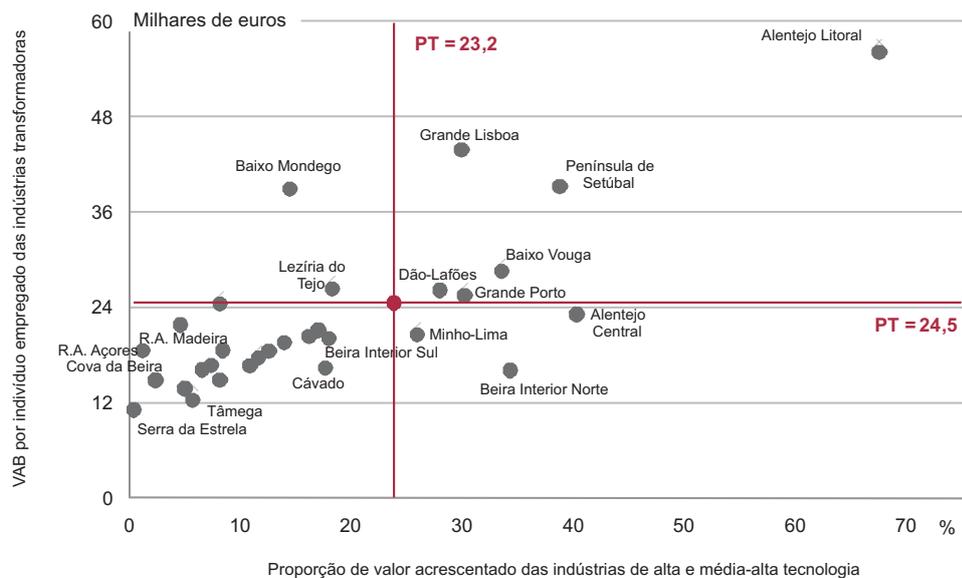
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

A imagem da Figura III.18 sugere que, em 2007-2008, o nível de produtividade das indústrias transformadoras (medido pelo VAB gerado por indivíduo empregado) nas sub-regiões portuguesas estava, em certa medida, associado à capacidade de criação de VAB nas indústrias de alta e média-alta tecnologia. Efectivamente, na maioria das NUTS III que apresentavam intensidades tecnológicas acima da média nacional, os níveis de produtividade superavam também o valor nacional. As excepções verificavam-se nas sub-regiões do Alentejo Central, Beira Interior Norte e Minho-Lima em que as produtividades das indústrias transformadoras ficavam aquém do valor



nacional, apesar do nível tecnológico da actividade industrial ser mais significativo do que a nível nacional. Por outro lado, de todas as NUTS III que apresentavam níveis de produtividade das indústrias transformadoras acima da média nacional, apenas no Baixo Mondego e na Lezíria do Tejo a proporção de VAB gerado pelas indústrias de alta e média-alta tecnologia ficava aquém do valor nacional. De facto, cerca de 44% do VAB e apenas 6% das pessoas ao serviço das indústrias transformadoras do Baixo Mondego estavam associados a empresas de *fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos*. Esta é uma actividade não classificada nas indústrias de alta e média-alta tecnologia mas com elevados níveis de produtividade nesta sub-região do país.

Proporção de VAB das indústrias de alta e média-alta tecnologia e produtividade das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2007-2008 **Figura III.18**



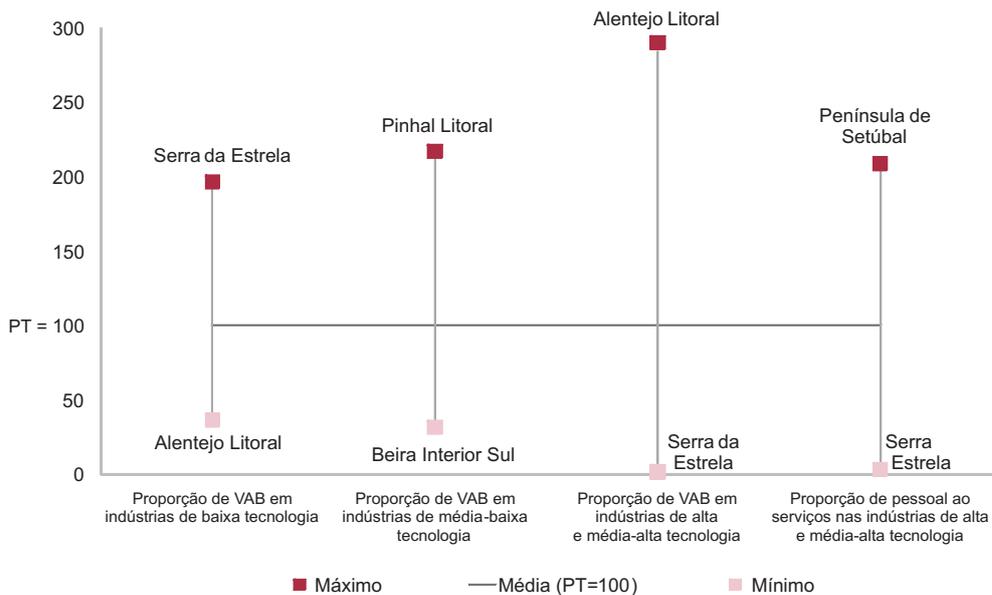
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

*Em 2007-2008, a criação de VAB industrial resultava sobretudo das indústrias de baixa e média-baixa tecnologia, tendo a sua expressão máxima nas regiões autónomas e no Algarve, territórios em que as empresas industriais de alta e média-alta tecnologia estavam pouco implantadas. As indústrias tecnologicamente mais intensivas tinham maior importância nas sub-regiões Alentejo Litoral, Alentejo Central, Península de Setúbal, Baixo Vouga, Beira Interior Norte, Grande Porto e Grande Lisboa.*



*As produtividades das indústrias transformadoras (medidas pelo VAB gerado por indivíduo empregado) estavam de alguma forma associadas à presença e geração de VAB das indústrias de alta e média-alta tecnologia. Assim, na maioria das NUTS III que apresentavam intensidades tecnológicas acima da média nacional, os níveis de produtividade superavam também o valor nacional.*

Indicadores de conteúdo tecnológico das indústrias transformadoras (Portugal = 100), segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2007-2008 Figura III.19



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.



### III.2. A dinâmica do tecido produtivo industrial

**Autonomia financeira das empresas:**  $\text{Capital próprio} / \text{Total do activo líquido}$

**Coeficiente capital-emprego das empresas das indústrias transformadoras:**  $\text{Imobilizado corpóreo e incorpóreo líquidos das empresas das indústrias transformadoras} / \text{Pessoal ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras}$

**Proporção de empresas das indústrias transformadoras:**  $(\text{Número de empresas das indústrias transformadoras} / \text{Total de empresas}) \times 100$

**Proporção de nascimentos de empresas em indústrias de alta e média-alta tecnologia:**  $(\text{Nascimentos de empresas em indústrias de alta e média alta tecnologia} / \text{Nascimentos de empresas das indústrias transformadoras}) \times 100$

**Proporção de pessoal ao serviço nas empresas maioritariamente estrangeiras:**  $(\text{Emprego das empresas com participação de capital estrangeiro superior a 50\%} / \text{Emprego das empresas}) \times 100$

**Proporção de sociedades no total de empresas:**  $(\text{Número de sociedades} / \text{Número de empresas}) \times 100$

**Proporção do valor acrescentado bruto das empresas industriais maioritariamente estrangeiras:**  $(\text{VAB das empresas com participação de capital estrangeiro superior a 50\%} / \text{VAB das empresas das indústrias transformadoras}) \times 100$

**Solvabilidade das empresas:**  $\text{Capital próprio} / (\text{Passivo} + \text{Acréscimos e diferimentos do passivo})$

**Taxa de natalidade das empresas das indústrias transformadoras:**  $(\text{Nascimentos das empresas das indústrias transformadoras} / \text{Empresas activas das indústrias transformadoras}) \times 100$

**Taxa de sobrevivência (a dois anos) das empresas:**  $(\text{Empresas activas nascidas em } n-2 / \text{Nascimentos de empresas em } n-2) \times 100$

**Taxa de valor acrescentado bruto das empresas das indústrias transformadoras:**  $(\text{VAB a preços de mercado das empresas das indústrias transformadoras} / \text{Produção das empresas das indústrias transformadoras}) \times 100$



A criação de VAB industrial está associada a características produtivas que diferem das restantes actividades económicas. A análise incide nas características do tecido produtivo industrial e na forma como se distingue das restantes actividades económicas, com dinâmicas territoriais diferenciadas, associadas a lógicas distintas de localização empresarial e de funcionamento do aparelho produtivo. Para além do tipo de constituição jurídica, da dimensão do quadro de pessoal e da origem do capital, importa analisar as diferentes expressões territoriais da dinâmica de criação e sobrevivência das unidades empresariais, bem como a vitalidade económico-financeira do tecido industrial.

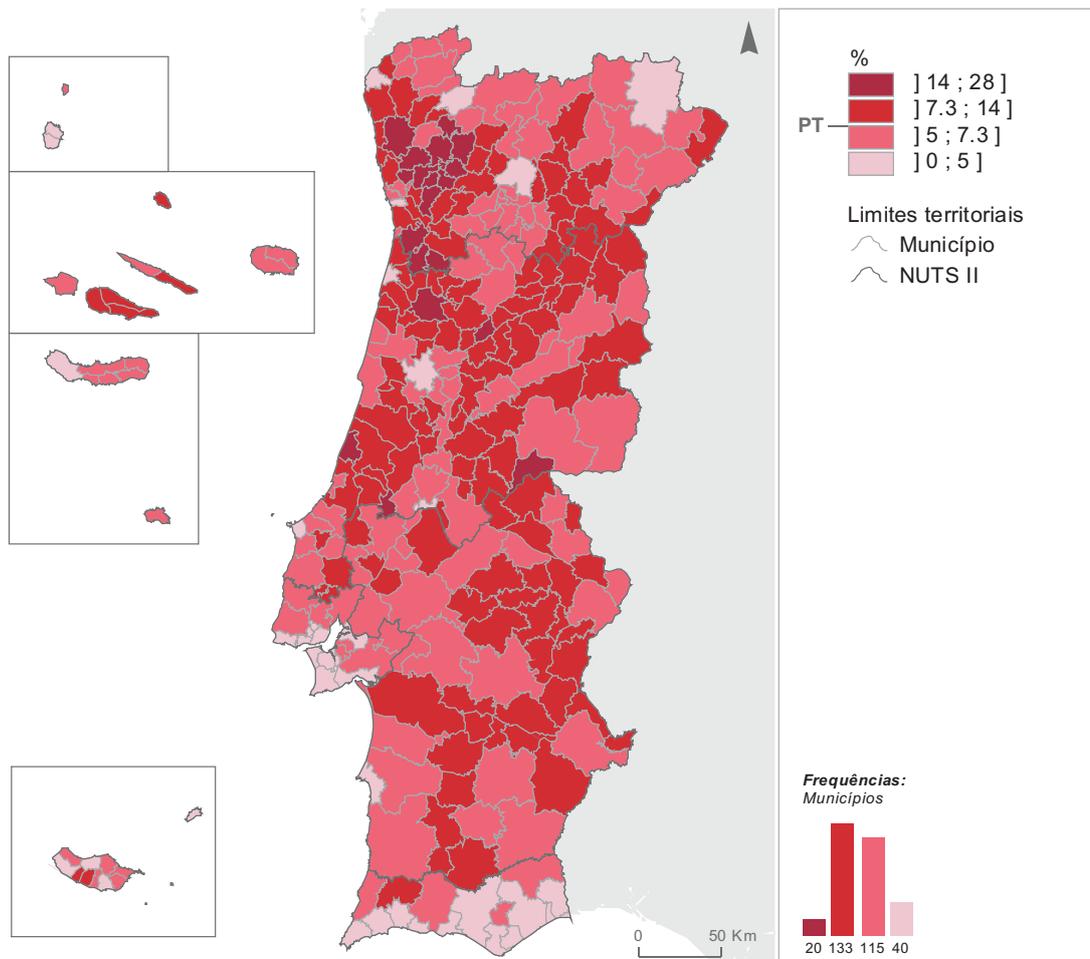
### **A caracterização e a concentração territorial das empresas industriais**

Em 2008, de um total de 1 096 255 empresas do sector empresarial não financeiro estabelecidas em Portugal, cerca de 7% tinham como actividade principal a indústria transformadora. As regiões Norte e Centro concentravam a maioria das unidades industriais do país (cerca de 48%, no Norte e 24%, no Centro), concluindo-se a partir da leitura da Figura III.20 que se concentravam nestas regiões os municípios onde as unidades industriais tinham uma maior implantação. Em particular, sobressaía, na região Norte, um conjunto de municípios contíguos pertencendo às sub-regiões do Ave e do Tâmega onde as indústrias transformadoras tinham maior importância relativa no total dos respectivos tecidos empresariais, nomeadamente, Paços de Ferreira (27,9%), Felgueiras (23,8%), Vizela (21,4%), Paredes (20,9%) e Fafe (19,8%). Para além destes municípios, evidenciam-se também outros municípios nortenhos: Barcelos (26%), Oliveira de Azeméis (20,2%), Lousada (17,7%), entre outros. Na região Centro, os municípios com maior intensidade de unidades industriais estavam mais dispersos no território, sendo de salientar Alcanena (17,7% de empresas industriais), Vila Velha de Ródão (17%) e Águeda (16%).

A implantação do tecido industrial era menor em todos os municípios da costa Sul do Algarve, nos municípios do Sul da Grande Lisboa e ainda na costa Litoral da Península de Setúbal. Nestes municípios, as unidades industriais representavam menos do que 5% do tecido empresarial aí sediado.



Proporção de empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por município, 2008 Figura III.20



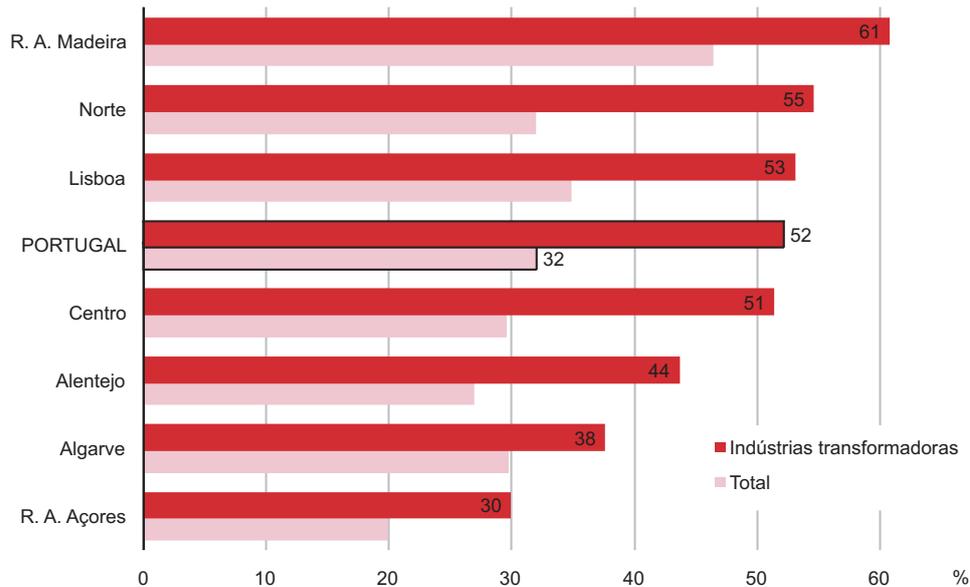
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

No conjunto das empresas não financeiras em Portugal, predominavam as empresas individuais, representando, em 2008, 68% do total de unidades empresariais. No caso das empresas classificadas nas indústrias transformadoras, a forma jurídica de constituição diferia bastante desta situação, uma vez que as sociedades representavam mais de metade destas empresas. À maior importância relativa do número de sociedades nas indústrias transformadoras (comum a todas as regiões NUTS II do país) não serão alheias as características subjacentes à criação de uma unidade empresarial fabril, em que o investimento inicial em equipamento é mais facilmente atendível através da união de capital proveniente de diversos proprietários.

Em termos regionais, as sociedades tinham mais expressão no tecido industrial da Região Autónoma da Madeira (61%), enquanto a Região Autónoma dos Açores apresentava, ao nível industrial, a menor proporção de sociedades (30%) [Figura III.21].



Proporção de sociedades no total de empresas, total e indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008 Figura III.21



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

No tecido empresarial português, predominam as micro e pequenas empresas [Caixa III.7], verificando-se que, em 2008, cerca de 95% das unidades empresariais não financeiras tinham menos de 10 pessoas ao serviço (consideradas microempresas) e 4% empregavam entre 10 e 49 trabalhadores (pequenas empresas). No caso das empresas das indústrias transformadoras, a dimensão média em termos de pessoal ao serviço, era maior, já que apenas 82% das empresas eram consideradas microempresas e 15% pequenas empresas. Adicionalmente, 3% das empresas industriais eram unidades médias (tinham no quadro de pessoal entre 50 e 249 indivíduos) e uma percentagem residual (0,3%) eram grandes empresas (com mais de 250 trabalhadores).

Definição de micro, pequenas e médias empresas Caixa III.7

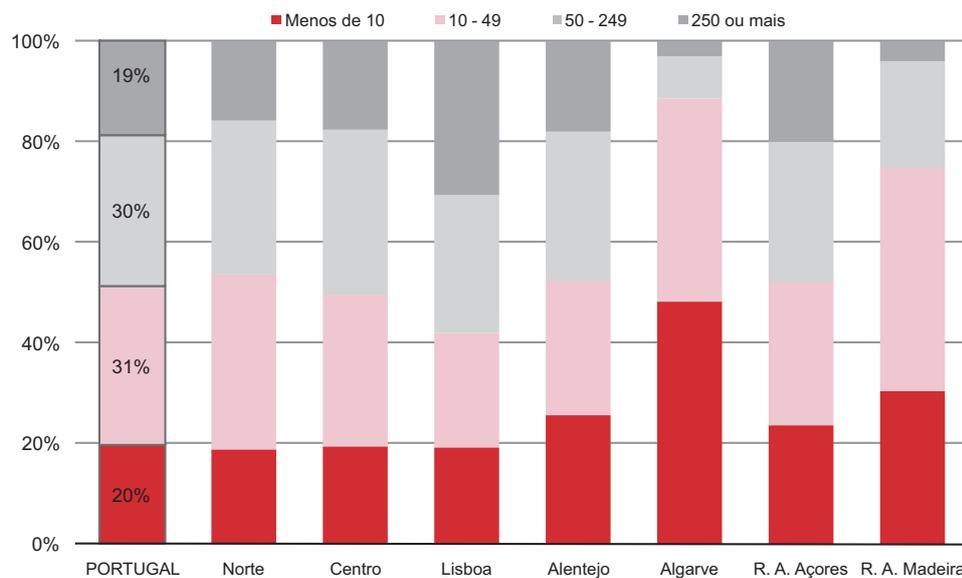
O INE divulga os principais resultados sobre as pequenas e médias empresas (PME) em Portugal de acordo com a definição de micro, pequenas e médias empresas constante da Recomendação da Comissão Europeia 2003/361/CE de 6 de Maio de 2003, a qual considera, para além do número de pessoas ao serviço, o volume de negócios gerado pela empresa e o valor total do balanço anual.

No decorrer da presente análise, as referências a micro, pequenas e médias empresas têm apenas em consideração o escalão de pessoal ao serviço em que as empresas estão classificadas, não coincidindo na íntegra com a definição prevista na Recomendação da Comissão.



Neste contexto, em 2008, pouco mais de metade do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras do território nacional estava empregado em micro e pequenas empresas, sendo as médias empresas responsáveis por 30% da mão-de-obra e as grandes empresas por 19% dos trabalhadores. Ao nível regional, a importância das micro e pequenas empresas industriais, em termos de criação de emprego, era mais expressiva no Algarve (região onde 89% dos trabalhadores dependiam de micro e pequenas empresas e, em particular, onde quase metade da mão-de-obra trabalhava em microempresas) e também na Região Autónoma da Madeira (75% do pessoal ao serviço). A região de Lisboa apresentava, para as actividades transformadoras, a maior proporção de grandes empresas (0,5% do total de empresas) e de pessoal ao serviço em grandes empresas (31% do pessoal ao serviço)<sup>30</sup> [Figura III.22].

Repartição do pessoal ao serviço nas empresas industriais por escalão de dimensão de pessoal ao serviço, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008 Figura III.22



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

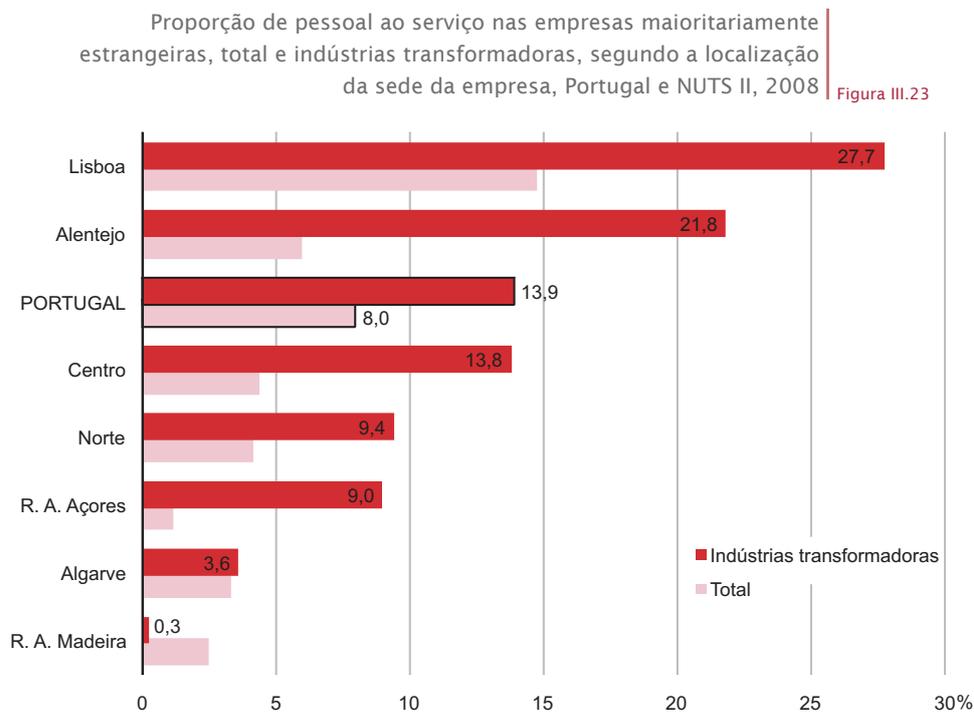
A crescente integração da economia portuguesa com as economias internacionais tem permitido que Portugal constitua uma opção para a deslocalização de actividades das empresas estrangeiras que procuram características que a economia e o território português proporcionam. Ao estabelecimento de filiais estrangeiras no país está associada a capacidade de criação de emprego, a possibilidade de entrada de novas tecnologias e de novas formas de gestão, bem como o potencial aumento de procura de bens de consumo intermédio produzidos internamente.

<sup>30</sup> No caso de Lisboa, este rácio poderá ser influenciado de forma mais vincada pelo facto de algumas grandes empresas estarem sedeadas na capital do país, apesar dos seus estabelecimentos poderem estar localizados noutra região.



Em Portugal, em 2008, cerca de 0,5% das empresas não financeiras eram maioritariamente estrangeiras, sendo responsáveis por 8% do pessoal ao serviço e 16,6% do VAB gerado. No caso das indústrias transformadoras, a penetração de capital estrangeiro era superior, verificando-se que, ao nível nacional, a proporção de pessoal ao serviço atingia 13,9% e o VAB gerado 23,8%.

Na região de Lisboa, mais de um quarto (27,7%) do emprego nas indústrias transformadoras dependia de capital estrangeiro e no Alentejo esta proporção atingia 21,8%. A proporção de emprego gerado por empresas maioritariamente estrangeiras era mais baixa no Algarve e residual na Região Autónoma da Madeira [Figura III.23].



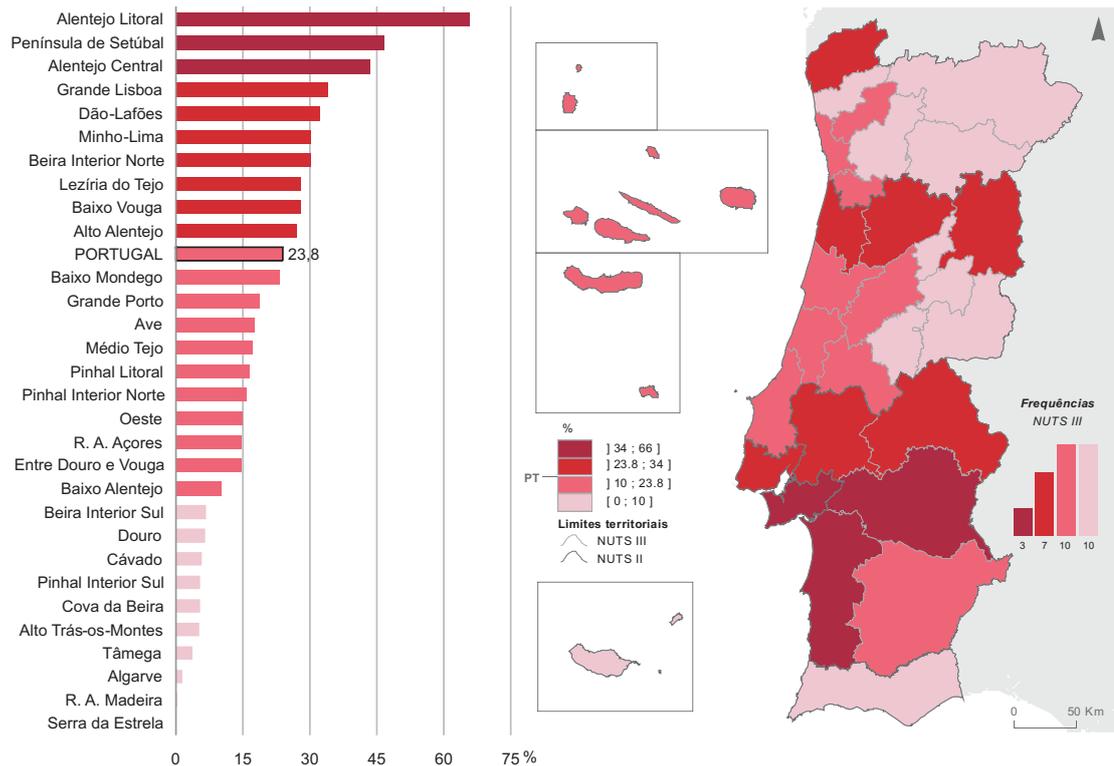
Fonte: INE, I.P., Estatísticas Filiais de Empresas Estrangeiras (FATS).

A imagem territorial da intensidade de valor acrescentado bruto gerado pelas empresas industriais maioritariamente estrangeiras mostrava, em 2008, valores mais altos nas sub-regiões da Área Metropolitana de Lisboa e do Alentejo [Figura III.24]. A penetração de capital estrangeiro era mais intensa nas sub-regiões Alentejo Litoral (65,7%), Península de Setúbal (46,6%) e Alentejo Central (43,4%). A Grande Lisboa, o Dão-Lafões, o Minho-Lima, a Beira Interior Norte, a Lezíria do Tejo, o Baixo Vouga e o Alto Alentejo superavam também a média nacional (23,8%) neste indicador.



Proporção do valor acrescentado bruto das empresas industriais maioritariamente estrangeiras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008

Figura III.24



Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Filiais de Empresas Estrangeiras (FATS).

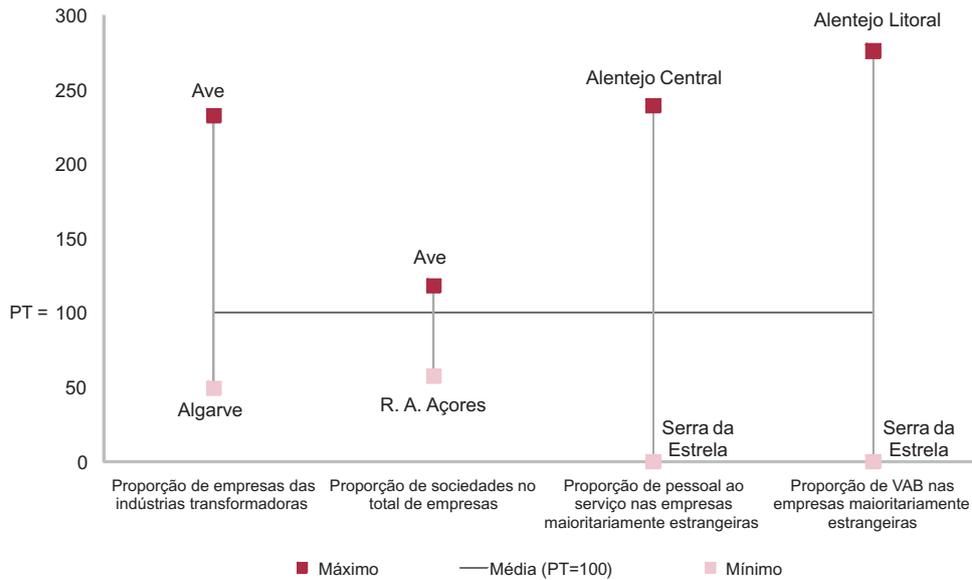
*Em 2008, a proporção de empresas da indústria transformadora era maior nas regiões Norte e Centro, nomeadamente, num conjunto de municípios das sub-regiões do Ave e do Tâmega. Nos municípios da região Centro, a incidência territorial das empresas industriais era mais dispersa, destacando-se Alcanena, Vila Velha de Ródão e Águeda.*

*A caracterização do tecido produtivo industrial salientava a expressão das micro e pequenas empresas industriais, em termos de emprego, no Algarve e na Região Autónoma da Madeira e uma proporção residual de emprego gerado por empresas maioritariamente estrangeiras. A região de Lisboa apresentava, para as actividades transformadoras, a maior proporção de pessoal ao serviço em grandes empresas e, ao mesmo tempo, mais de um quarto do emprego das empresas industriais localizadas em Lisboa correspondia a empresas com capital maioritariamente estrangeiro.*

*Em 2008, a proporção de VAB gerado pelas empresas industriais maioritariamente estrangeiras era maior nas sub-regiões da Área Metropolitana de Lisboa e do Alentejo.*



Indicadores de caracterização do tecido empresarial das indústrias transformadoras (Portugal = 100), segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008 Figura III.25



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas e Estatísticas das Filiais de Empresas Estrangeiras (FATS).

### A dinâmica empresarial na indústria

A necessidade de resposta e adaptação às diferentes dinâmicas dos mercados de procura e oferta de produtos está na base da reorganização e renovação das estruturas produtivas. O empreendedorismo é entendido como factor importante na introdução de processos e tecnologias inovadoras, potenciando as condições para o aumento da produtividade e da criação de novos empregos nas regiões. Neste sentido, importa analisar a expressão territorial da demografia de empresas nas actividades industriais através de indicadores de natalidade e de sobrevivência [Caixa III.8].



## Demografia das Empresas | Caixa III.8

A **Demografia das Empresas** tem por objectivo a caracterização dos movimentos demográficos de empresas, relativos a nascimentos, mortes e sobrevivência, e da variável pessoal ao serviço associada a estes movimentos, para os diferentes sectores de actividade económica, categorias de forma jurídica e classes de dimensão de pessoal remunerado.

Com base em populações de empresas para um período de três anos consecutivos, cuja informação provem do Sistema de Contas Integradas das Empresas, este estudo estatístico procede anualmente à identificação das empresas que iniciam ou encerram a sua actividade, do ponto de vista económico, no Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, cruzando para o efeito, as populações de diferentes anos. Dos conjuntos de empresas assim obtidos, são eliminadas as unidades que resultam de fenómenos empresariais tais como fusões, cisões e reestruturações, de forma a obter as populações de nascimentos reais, mortes reais e empresas sobreviventes para o ano de referência.

A população alvo (universo de referência) é constituída pelas empresas que exercem uma actividade económica enquadrada nas secções A a S da CAE Rev. 3, excepto a secção O.

(Eurostat, 2007)

Em 2008, a taxa de natalidade das empresas das indústrias transformadoras era de 7,3%, valor que ficava aquém do valor para o total da economia (14,2%). As diferenças neste indicador entre as empresas das indústrias transformadoras e o total da economia eram comuns às sete regiões NUTS II. Considerando as actividades transformadoras, em termos regionais, apenas o Centro e o Alentejo apresentavam taxas de natalidade com valores abaixo do nacional (5,6% e 6,3%, respectivamente). As regiões autónomas apresentavam o maior dinamismo na criação de empresas industriais e, no Norte, região mais industrial do país, a taxa de natalidade destas empresas situava-se em 7,9%, ou seja, 0,6 pontos percentuais (p.p.) acima do valor nacional.

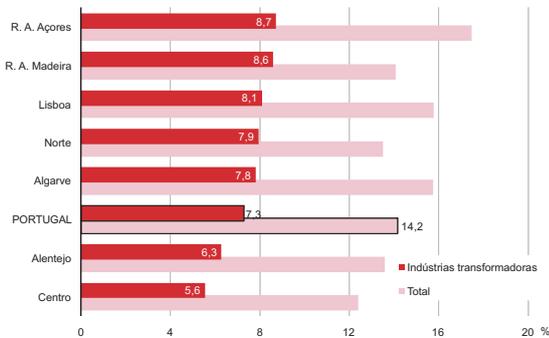
Mas se o dinamismo na criação de empresas nas indústrias transformadoras ficava aquém do total da economia, verificava-se, em 2008, que as empresas industriais apresentavam um desempenho mais positivo do que o conjunto da economia, quando avaliado pela taxa de sobrevivência a dois anos. Efectivamente, dois anos após serem criadas, 64,6% das empresas industriais mantinham-se activas, enquanto apenas 54,1% das empresas do total da economia sobreviviam. A região de Lisboa apresentava o valor mais baixo na taxa de sobrevivência a dois anos das empresas industriais (58,8%, único valor abaixo da média nacional), apesar de apresentar um dos maiores rácios regionais no que respeita à natalidade. A par do dinamismo mostrado no



que respeita à taxa de natalidade, também no caso da sobrevivência de empresas, as regiões autónomas mostravam desempenhos positivos, exibindo as maiores taxas de sobrevivência [Figura III.26 e Figura III.27].

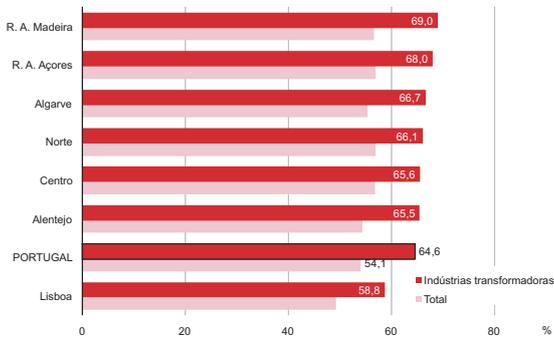
Taxa de natalidade das empresas, indústrias transformadoras e total, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008

Figura III.26



Taxa de sobrevivência (a dois anos) das empresas, indústrias transformadoras e total, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008

Figura III.27



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

A análise sub-regional das dinâmicas de criação e sobrevivência das empresas industriais em 2008 confirma que as NUTS III onde a intensidade de criação de empresas era maior não coincidiam necessariamente com aquelas em que a taxa de sobrevivência (a dois anos) era mais elevada. Assim acontecia na Península de Setúbal, onde a taxa de natalidade era a mais elevada do país (9,1%) mas também onde a taxa de sobrevivência a dois anos foi das mais baixas ao nível nacional (57,8%). Uma situação semelhante ocorria no Alentejo Litoral (taxa de natalidade quase dois p.p. acima do valor nacional e segunda taxa de sobrevivência mais reduzida do país). Por outro lado, com taxas de natalidade aquém do valor nacional e taxas de sobrevivência (a dois anos) superiores ao valor do país, encontravam-se as sub-regiões nortenhas do Minho-Lima, Entre Douro e Vouga e Alto Trás-os-Montes, as NUTS III Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Serra da Estrela, Dão-Lafões e Baixo Vouga, no Centro e, no Alentejo, a Lezíria do Tejo e o Baixo Alentejo. A comparação da Figura III.28 com a Figura III.29, associadas a estes indicadores demográficos, realça ainda que eram algumas das sub-regiões do Norte, onde as indústrias transformadoras tinham maior implantação, que apresentavam os resultados mais encorajadores nos indicadores de natalidade e sobrevivência das empresas industriais: Tâmega, Ave e Cávado. No restante território nacional, também as regiões autónomas e o Algarve assinalavam valores acima da média do país para ambos os indicadores. Em termos opostos, a Beira Interior Sul exibia os resultados mais baixos para ambos os indicadores.

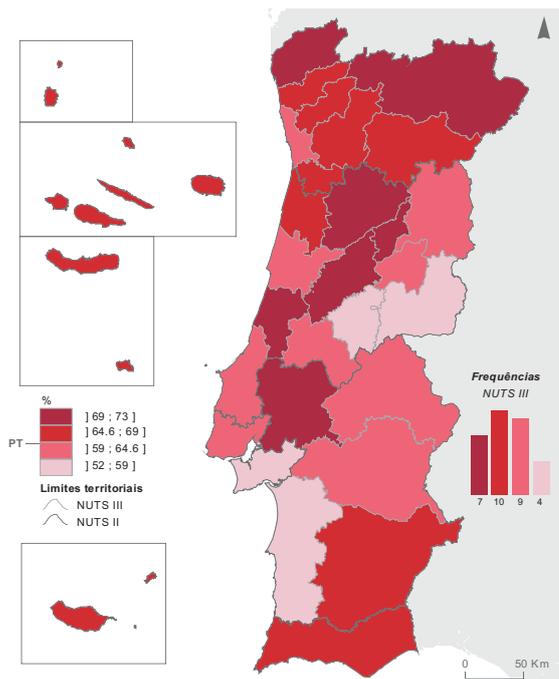
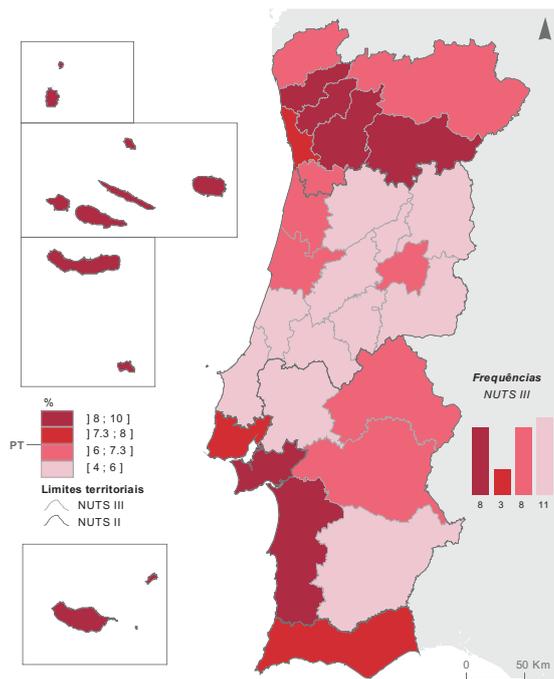


Taxa de natalidade das empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008

Figura III.28

Taxa de sobrevivência (a dois anos) das empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008

Figura III.29



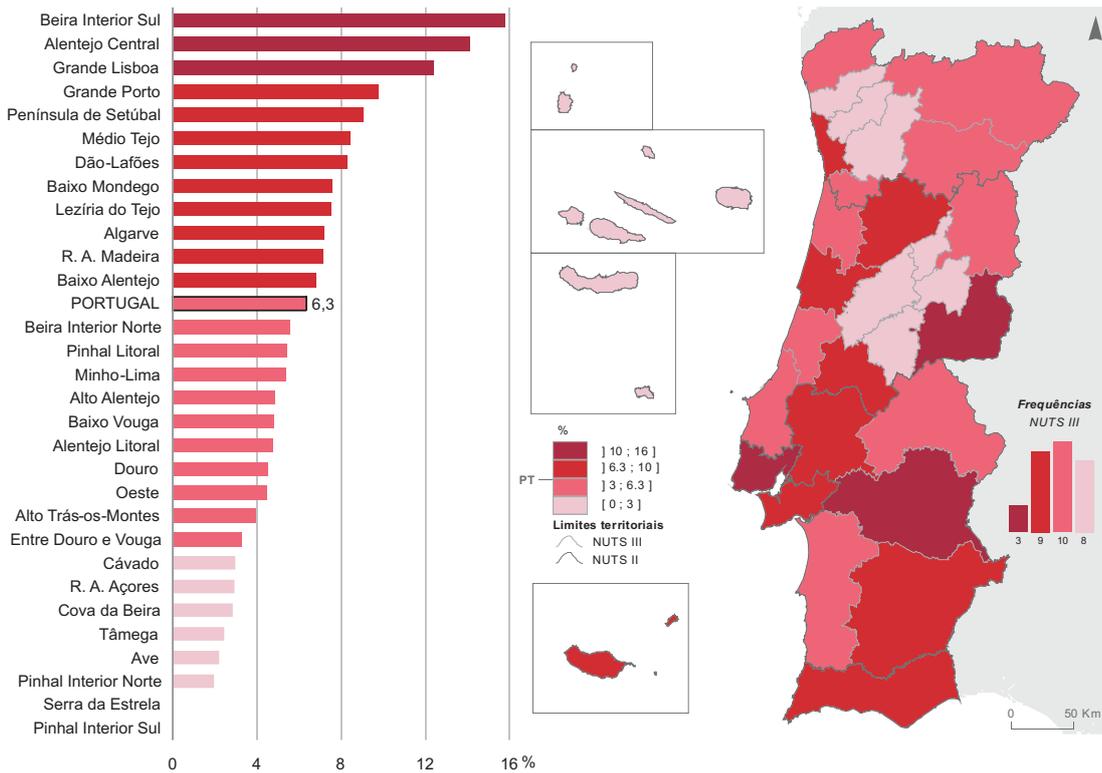
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Sendo as actividades de alta e média-alta tecnologia potenciadoras de melhores resultados em termos de produtividade e criação de VAB, interessa avaliar o dinamismo do tecido empresarial a operar nestes ramos de actividade. Um indicador auxiliar nessa avaliação é a proporção de nascimentos de empresas em indústrias de alta e média-alta tecnologia no total de empresas da indústria transformadora. Em 2008, o valor médio do país neste rácio foi de 6,3%. A análise ao nível sub-regional evidencia valores mais expressivos na Beira Interior Sul (15,8%), no Alentejo Central (14,1%) e na Grande Lisboa (12,4%). No Norte, as sub-regiões do Cávado, Ave e Tâmega, no Centro, as NUTS III centrais e ainda a Região Autónoma dos Açores exibiam as proporções mais reduzidas na criação de empresas em indústrias de alta e média-alta tecnologia. Refira-se que, como foi analisado atrás, estas sub-regiões apresentavam também menor intensidade tecnológica nas actividades industriais aí sedeadas [Figura III.30].



Proporção de nascimentos de empresas em indústrias de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008

Figura III.30

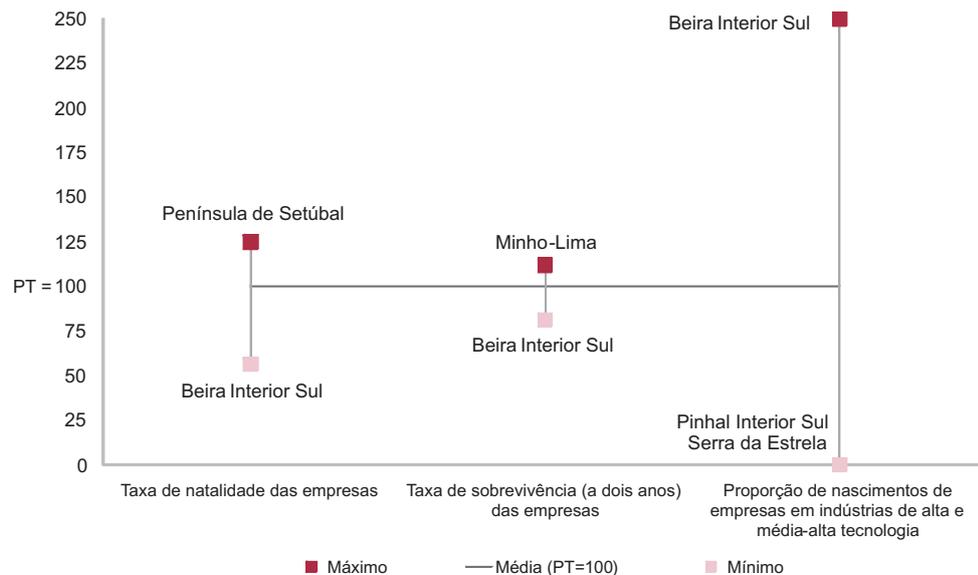


Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

*A análise sub-regional das dinâmicas de criação e sobrevivência de empresas industriais, em 2008, revela que as NUTS III onde a intensidade de criação de empresas era maior não coincidiam necessariamente com aquelas em que a taxa de sobrevivência (a dois anos) era mais elevada. Esta situação verificava-se, em particular, na Península de Setúbal e no Alentejo Litoral, sub-regiões que exibiam elevadas taxas de natalidade e baixas taxas de sobrevivência. Os resultados da demografia de empresas sugerem ainda que eram sub-regiões do Norte, em que as indústrias transformadoras tinham maior implantação, que conciliavam, simultaneamente, taxas de natalidade e de sobrevivência das empresas industriais superiores ao valor de Portugal: Tâmega, Ave e Cávado.*



Indicadores de dinâmica empresarial nas indústrias transformadoras (Portugal=100), segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008 Figura III.31



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

### A sustentabilidade económico-financeira das empresas industriais

A vitalidade da actividade industrial numa região ou país assenta, para além do dinamismo associado à demografia das empresas, na robustez económico-financeira do tecido empresarial. Alguns rácios económico-financeiros permitem sintetizar a sustentabilidade das empresas em termos de capacidade de criação de valor acrescentado por cada unidade produzida, de estrutura do aparelho produtivo (se está mais dependente de mão-de-obra ou do investimento em capital), ou de estrutura de financiamento (assente em capitais próprios ou mais dependente do recurso a capitais alheios).

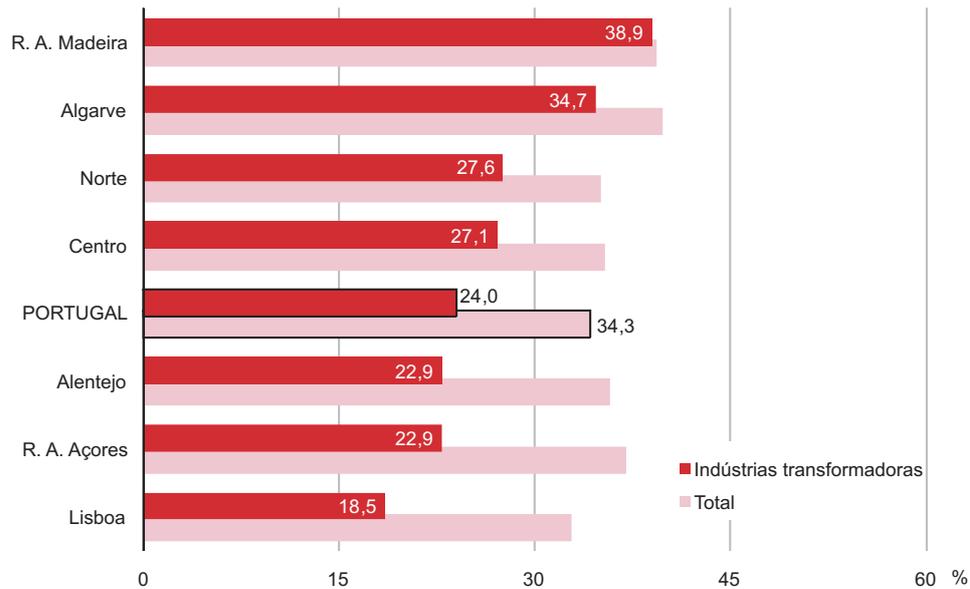
A taxa de valor acrescentado bruto mede a capacidade que as empresas têm de criar valor acrescentado por cada unidade produzida. Em 2008, as empresas portuguesas (incluindo todos os ramos de actividade cobertos pelo SCIE) apresentavam uma taxa média de 34,3%, valor que era superado em todas as NUTS II com excepção de Lisboa (32,8%), em particular devido ao baixo valor registado na sub-região Península de Setúbal (30,4%) [Figura III.32].

No caso das empresas das indústrias transformadoras, o valor médio nacional da taxa de valor acrescentado bruto era menor, situando-se em 24,0%, o que significava que os consumos intermédios (bens e serviços consumidos no processo de produção, excluindo os activos fixos) tinham maior expressão do que no conjunto da economia.



Taxa de valor acrescentado bruto das empresas, indústrias transformadoras e total, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008

Figura III.32



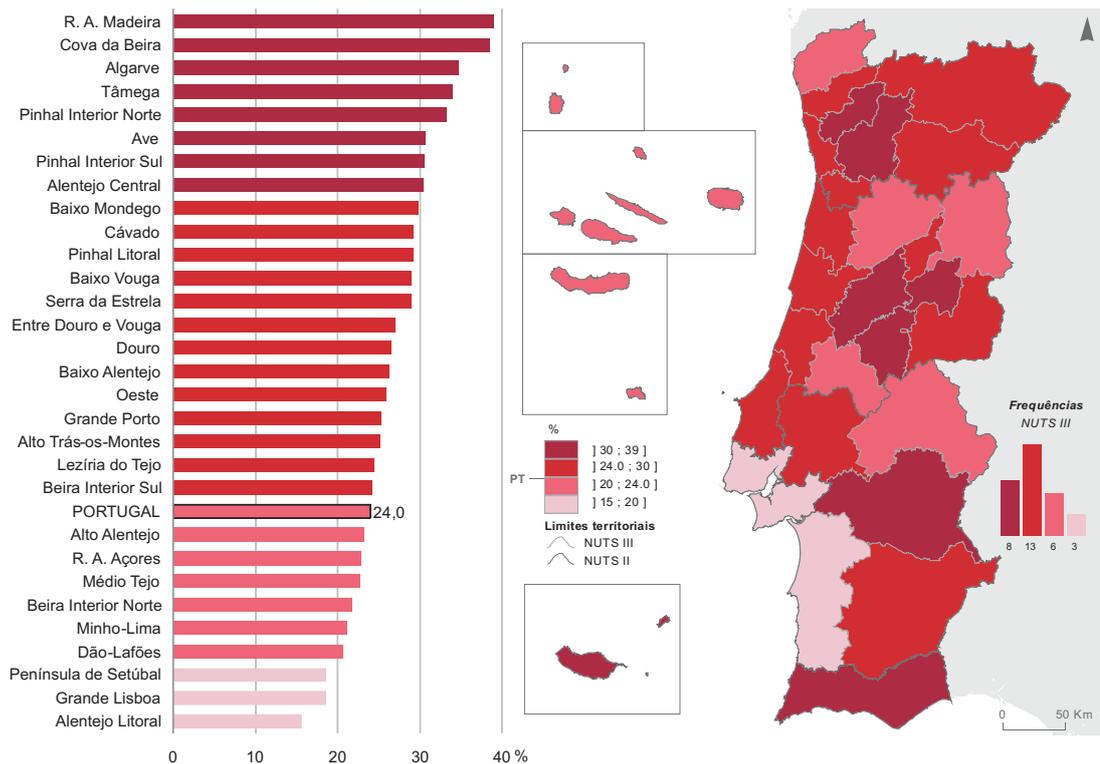
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

As sub-regiões industriais do Tâmega e do Ave estavam entre as NUTS III com valores mais elevados na taxa de valor acrescentado bruto das empresas industriais, o mesmo acontecendo com as sub-regiões da Cova da Beira, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul. O Alentejo Litoral e as sub-regiões de Lisboa apresentavam os valores mais baixos neste indicador, não atingindo os 20% [Figura III.33].



Taxa de valor acrescentado bruto das empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008

Figura III.33



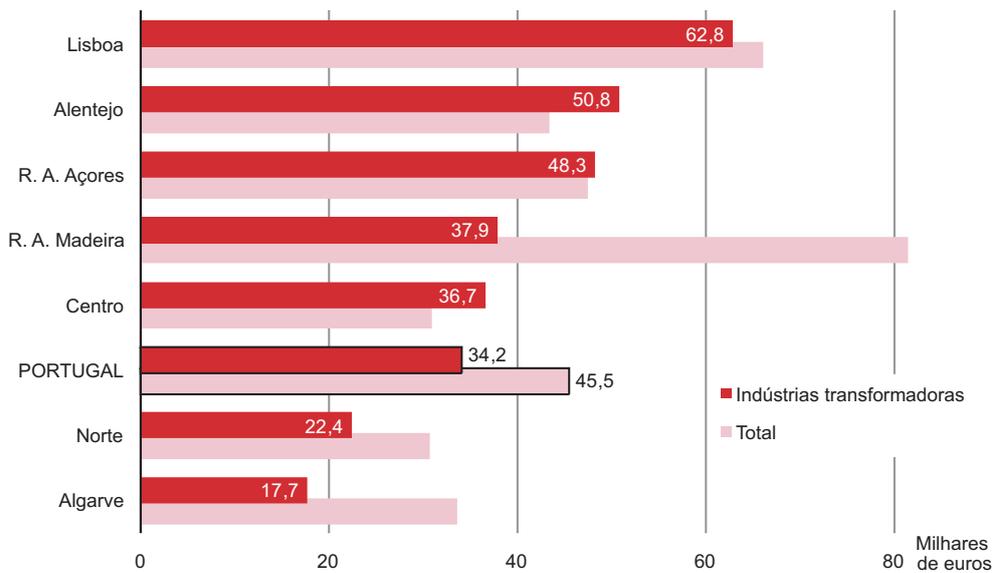
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

O coeficiente capital-emprego é um indicador que permite medir a intensidade de capital das empresas de um ramo de actividade (em relação à intensidade de mão-de-obra). O rácio mede o volume de imobilizado afecto à produção por cada pessoa ao serviço e, portanto, indica o grau de automatização de uma unidade produtiva ou ramo de actividade. No ano de 2008, o valor médio para o total da economia portuguesa era de 45,5 milhares de euros resultando, em termos regionais dos valores mais elevados da Região Autónoma da Madeira (81,4 milhares de euros) e de Lisboa (66,1 milhares de euros) por oposição às regiões do Norte (30,7 milhares de euros) e Centro (30,9 milhares de euros), menos intensivas em capital [Figura III.34].

Para o mesmo ano, o panorama nas indústrias transformadoras era claramente distinto, assumindo os ramos de actividade industriais um perfil mais intensivo em mão-de-obra (o valor médio nacional do coeficiente capital-emprego era de 34,2 milhares de euros) mas com grandes contrastes regionais, devido ao tipo de indústria com mais significado em cada região. O Algarve e a região Norte eram as únicas NUTS II a apresentar um rácio abaixo do valor médio nacional (17,7 e 22,4 milhares de euros, respectivamente), por oposição às regiões de Lisboa e do Alentejo, mais intensivas em capital (62,8 e 50,8 milhares de euros, respectivamente).



Coefficiente capital-emprego das empresas, indústrias transformadoras e total, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008 Figura III.34



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

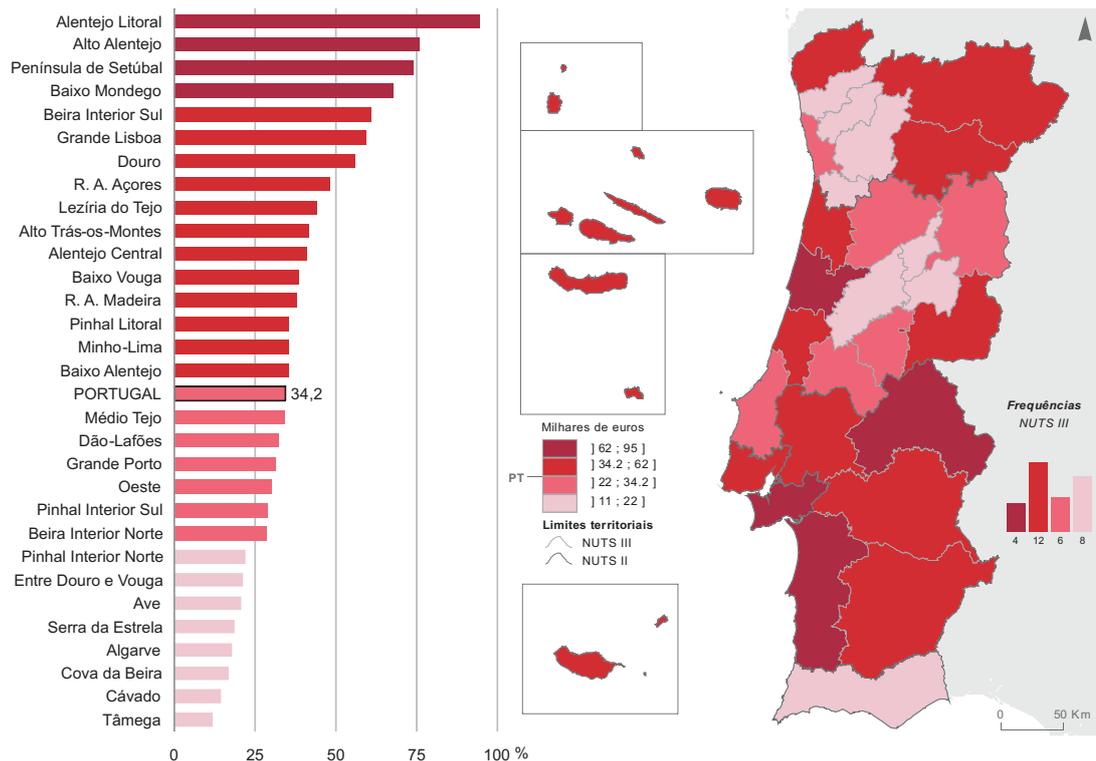
Os contrastes regionais estão patentes na Figura III.35 onde sobressaem, a Norte, as sub-regiões limítrofes do Grande Porto exibindo alguns dos valores mais baixos no coeficiente capital-emprego: Tâmega (11,8 milhares de euros), Cávado (14,4), Ave (20,6) e Entre Douro e Vouga (21,2). Também no Centro se distinguem, pelos valores baixos, as NUTS III Cova da Beira (16,6), Serra da Estrela (18,5) e Pinhal Interior Norte (21,9). Note-se que a maioria destas sub-regiões já tinha sido salientada pela importância na economia regional da criação de VAB industrial em ramos intensivos em mão-de-obra (veja-se Figura III.12).

A Sul, com excepção do Algarve, todas as sub-regiões apresentavam um coeficiente capital-emprego acima da média nacional, sobressaindo o Alentejo Litoral (94,4 milhares de euros) e o Alto Alentejo (75,8) como as NUTS III mais intensivas em capital.



Coefficiente capital-emprego das empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008

Figura III.35



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

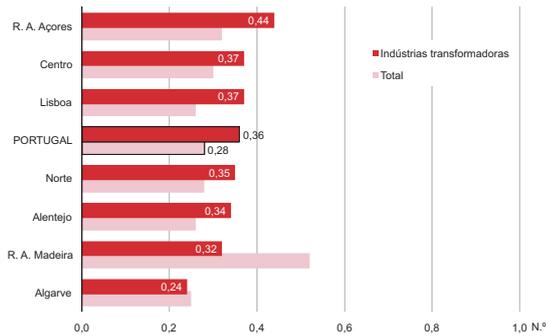
A análise da estrutura de financiamento das empresas industriais portuguesas permite salientar uma situação financeira com maior autonomia em relação aos capitais alheios do que no conjunto dos sectores da economia, facto que está reflectido, para Portugal, nos valores mais elevados dos indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade das empresas industriais, em 2008. Esta situação verificava-se em todas as regiões NUTS II, com excepção do Algarve e da Região Autónoma da Madeira, regiões cujas empresas apresentavam, nos ramos industriais, menor peso dos capitais próprios, quer em relação às responsabilidades assumidas (solvabilidade), quer em relação ao activo líquido (autonomia financeira). Considerando exclusivamente as empresas industriais, a Região Autónoma dos Açores, de forma mais expressiva, mas também Lisboa e o Centro, eram as NUTS II que apresentavam os valores mais elevados nos rácios de solvabilidade e de autonomia financeira, reflectindo um tecido empresarial industrial com maior independência em relação aos credores, bem como uma maior utilização dos capitais próprios para financiamento dos activos [Figura III.36 e Figura III.37].



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

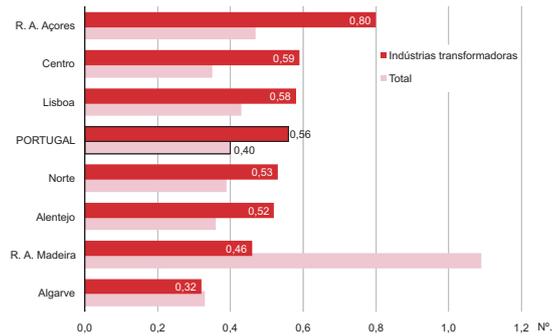
Autonomia financeira das empresas, indústrias transformadoras e total, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008

Figura III.36



Solvabilidade das empresas, indústrias transformadoras e total, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008

Figura III.37



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

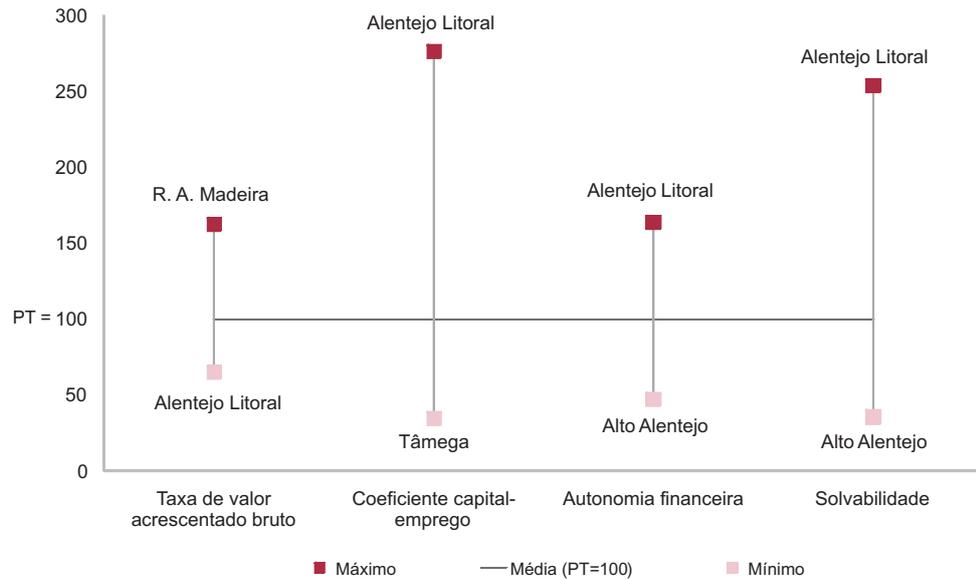
*Os resultados dos indicadores de sustentabilidade económico-financeira das empresas da indústria transformadora realçam que algumas das sub-regiões mais intensivas em mão-de-obra apresentavam os valores mais elevados nas taxas de valor acrescentado bruto: Tâmega, Ave, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte e Algarve. Pelo contrário, a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral exibiam uma estrutura produtiva mais intensiva em capital mas menor capacidade de criar valor acrescentado por cada unidade produzida.*

*A Região Autónoma dos Açores, de forma mais expressiva, mas também Lisboa e o Centro, eram as NUTS II que apresentavam os valores mais elevados nos rácios de solvabilidade e autonomia financeira, reflectindo um tecido empresarial industrial com maior independência em relação aos credores, bem como uma maior utilização dos capitais próprios para financiamento dos activos.*



Indicadores de sustentabilidade económico-financeira nas indústrias transformadoras (Portugal = 100), segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008

Figura III.38



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.



### III.3. A orientação exportadora de bens das regiões portuguesas

**Proporção de exportações de bens de alta tecnologia:** (Exportações de bens de alta tecnologia / Total de exportações) x 100

**Proporção de exportações de máquinas e aparelhos e material eléctrico:** (Exportações de máquinas e aparelhos e material eléctrico / Total de exportações) x 100

**Proporção de exportações de material de transporte:** (Exportações de material de transporte / Total de exportações) x 100

**Proporção de exportações de matérias têxteis e suas obras:** (Exportações de matérias têxteis / Total de exportações) x 100

**Proporção de exportações de metais comuns e suas obras:** (Exportações de metais comuns e suas obras / Total de exportações) x 100

**Proporção de exportações para fora dos países da UE27:** (Exportações para fora dos países da UE27 / Total de exportações) x 100

**Proporção de exportações para os países da UE27:** (Exportações para os países da UE27 / Total de exportações) x 100

**Relação entre o valor das exportações e o volume de negócios das empresas:** Exportações das empresas / Volume de negócios das empresas

**Repartição das exportações para a UE27 por país de destino:** (Exportações para o país de destino / Total de exportações para a UE27) x 100

**Repartição das exportações para fora da UE27 por grupos de países de destino:** (Exportações para o grupo de países/total de exportações para fora da UE27) x 100

**Taxa de cobertura das importações pelas exportações:** (Exportações / Importações) x 100

A dinâmica empresarial de uma região reflecte-se, entre outras características, na capacidade que as unidades empresariais têm de colocar os seus bens e serviços em mercados que extravasam as fronteiras nacionais. Sendo Portugal uma economia pequena no contexto europeu e mundial, a penetração nos mercados externos tenderá a contribuir para o acréscimo do volume



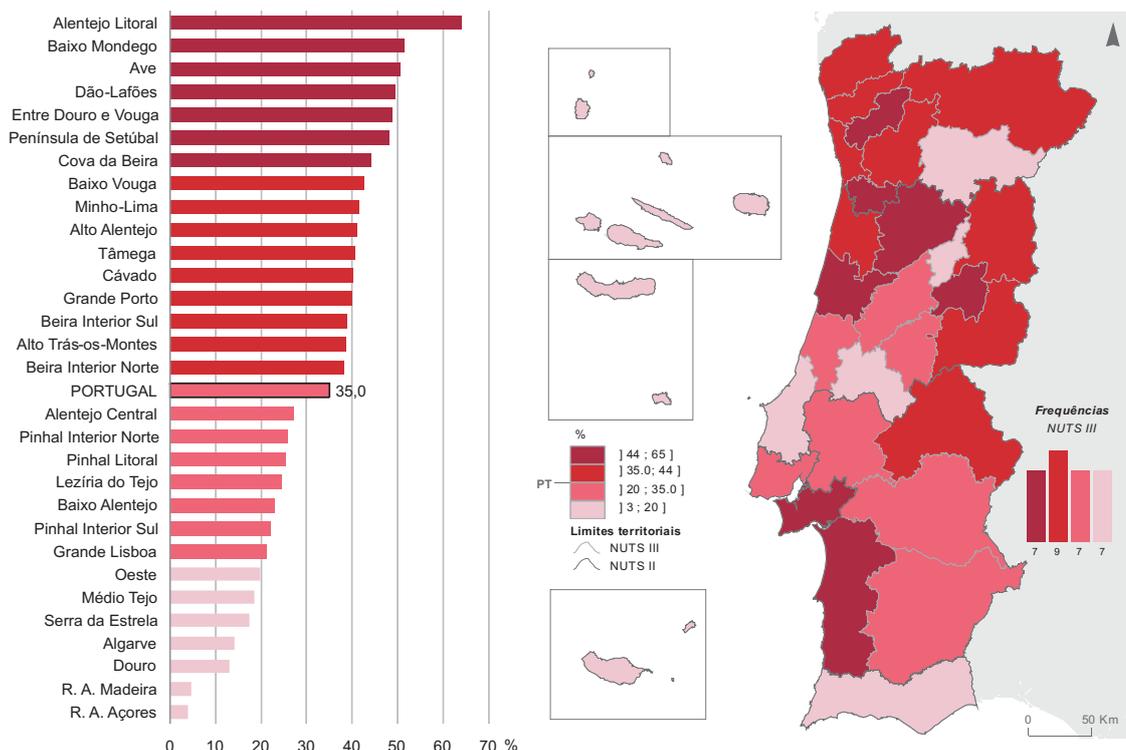
de produção, potenciando a diferenciação de produtos e o aumento da qualidade como resposta às necessidades de um mercado mais concorrencial.

Tendo as indústrias transformadoras um papel preponderante no designado sector de bens transaccionáveis, importa analisar em que medida o volume de negócios das empresas industriais é proveniente do escoamento de produtos para outros países e se existe um padrão regional de concretização das relações empresariais com o estrangeiro.

A Figura III.39 apresenta o rácio entre as exportações das empresas industriais sedeadas em cada sub-região e o volume de negócios gerado por estas empresas. Em 2008, o valor nacional deste indicador era 35%. Em termos sub-regionais, destacavam-se as NUTS III mais próximas do Litoral a Norte do Pinhal Litoral — nomeadamente no Baixo Mondego (51,6%), Ave (50,7%), Dão Lafões (49,3%) e Entre Douro e Vouga (48,8%) — e também, a Sul da Grande Lisboa, no Alentejo Litoral (64,1%) e Península de Setúbal (48,1%). As regiões insulares apresentavam o rácio mais baixo entre as exportações e o volume de negócios das empresas aí sedeadas, apresentando ambos valores inferiores a 5%.

Relação entre o valor das exportações e o volume de negócios das empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008

Figura III.39



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.



## O comércio internacional nas regiões

A análise do comércio internacional das regiões será desenvolvida com recurso às Estatísticas do Comércio Internacional de Bens [Caixa III.9]. Importa salientar que os dados regionais analisados se reportam à localização da sede do operador do comércio internacional, não retratando necessariamente o local de produção da mercadoria (origem).

Estatísticas do Comércio Internacional de Bens | Caixa III.9

As **Estatísticas do Comércio Internacional de Bens** integram informação estatística relativa às trocas comerciais de bens com a União Europeia (comércio intracomunitário) e os Países Terceiros (comércio extracomunitário).

No âmbito do comércio intracomunitário, as trocas comerciais denominam-se expedições e/ou chegadas. No caso do comércio extracomunitário, as trocas comerciais denominam-se exportações e/ou importações. As saídas dizem respeito ao somatório das expedições de mercadorias efectuadas por Portugal para os restantes Estados-membros, com as exportações de Portugal para os países terceiros. As entradas correspondem ao somatório das chegadas a Portugal de mercadorias provenientes dos restantes Estados-membros, com as importações portuguesas com origem em países.

No presente estudo, utilizam-se os termos de exportações e importações para identificar o total de saídas e entradas, respectivamente.

No comércio intracomunitário, os resultados obtidos resultam da utilização da informação Intrastat. O Intrastat é um inquérito de resposta mensal, realizado junto de pessoas singulares e colectivas registadas em sede de IVA, em Portugal (com exclusão de particulares) cujos montantes anuais transaccionados ultrapassem determinados limiares (fixados anualmente por fluxo, designados por limiares de assimilação). No comércio com a União Europeia, são produzidas estimativas para as não respostas assim como para as transacções dos operadores não abrangidos pela obrigatoriedade de declaração (abaixo do limiar de assimilação).

Os dados do comércio extracomunitário resultam da apropriação de informação de carácter administrativo, decorrente da recepção de Documentos Únicos vindos das Alfândegas (Estâncias Aduaneiras), para a produção de informação estatística detalhada sobre as trocas comerciais de bens entre Portugal e os Países Terceiros.

A informação regional das Estatísticas do Comércio Internacional de Bens considera exclusivamente os dados declarados pelas empresas e com base no local da sede do operador.



Os valores para Portugal incluem as estimativas de não respostas e das transacções abaixo dos limiares de assimilação.

O extra-regio inclui os operadores com NUTS desconhecida e as estimativas efectuadas nas estatísticas do comércio intra-UE.

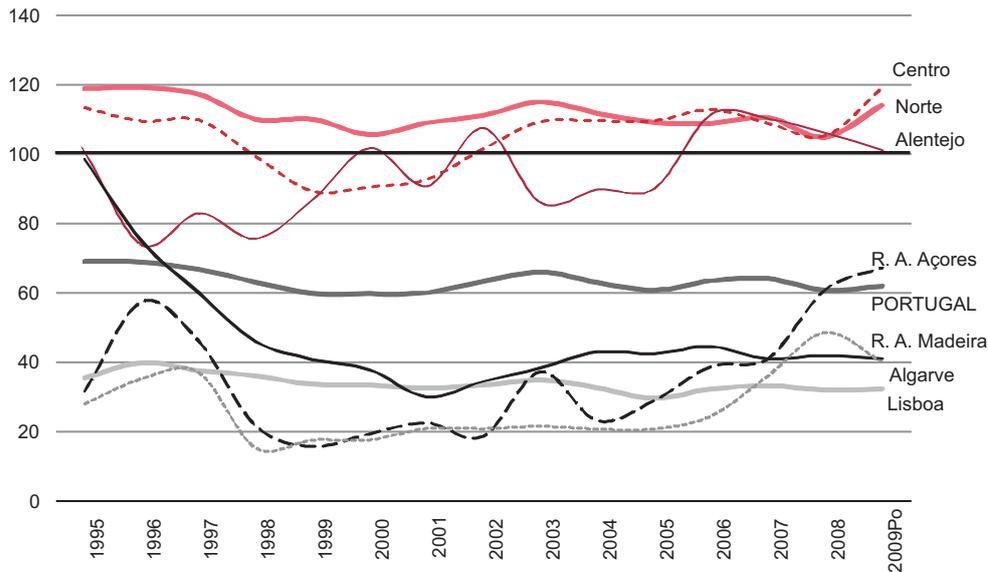
(INE, 2006a; INE, 2010c)

Num contexto de aumento progressivo do grau de abertura da economia portuguesa ao exterior, em que as trocas de bens com o estrangeiro têm vindo ter um peso cada vez mais expressivo na produção nacional (Ferreira do Amaral, 2006; INE, 2010a), o comércio externo de bens revela, em Portugal, taxas de cobertura das importações pelas exportações abaixo dos 100%, ou seja, o valor dos produtos exportados não atinge o valor das importações de produtos. Ao longo de 15 anos, entre 1995 e 2009, a taxa de cobertura em Portugal apresentou uma tendência decrescente, situando-se em 69% em 1995 e em 62% em 2009 [Figura III.40]. Estes valores situavam-se aquém da média dos 27 países da União Europeia que, em 2009, era de 91%, reflectindo um maior equilíbrio entre as importações e exportações de bens no conjunto dos países da União Europeia.

Mas nem todas as regiões portuguesas apresentavam uma situação deficitária em termos de troca de bens com o exterior. A região Norte foi a única NUTS II que, entre 1995 e 2009, apresentou anualmente um valor de exportações superior ao das importações, com taxas de cobertura na ordem dos 119%, em 1995, e 114%, em 2009. O Centro apresentou em 1995, bem como em 2009, taxas de cobertura acima de 100%, atingindo, em 2009, a maior capacidade exportadora relativamente ao valor das importações (119%). Verificou-se, no entanto, que no período de 1998 a 2001 houve uma inversão do sentido das trocas (importações superiores às exportações), o que se deveu a um crescimento maior das importações do que das exportações efectuadas pelos operadores sediados nesta região. As trocas comerciais com o exterior a partir dos operadores sediados no Alentejo apresentaram uma grande volatilidade ao longo do período de 1995 a 2009, verificando-se desde 2006 valores acima de 100% na taxa de cobertura mas com valores anuais que vieram a diminuir até 2009. Ao longo do período em análise, as restantes NUTS II (Lisboa, regiões autónomas e Algarve) importaram mais do que exportaram, sendo de salientar a região de Lisboa por apresentar o valor regional mais reduzido da taxa de cobertura desde 2007, situando-se em 32% em 2009.



Taxa de cobertura das importações pelas exportações, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 1995-2009Po | Figura III.40



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

A análise sub-regional das trocas comerciais com o estrangeiro para o período 2007-2009<sup>31</sup> mostra que 19 das 30 NUTS III do país apresentavam taxas médias de cobertura acima de 100%, evidenciando a existência de algumas sub-regiões em que o valor das exportações de bens mais do que duplicava o valor das importações [Figura III.41]. Estavam nesta situação o Baixo Alentejo, a Cova da Beira e a Beira Interior Sul. Com taxas de cobertura médias próximas de 200% encontrava-se ainda as NUTS III do Entre Douro e Vouga e Tâmega, bem como o Pinhal Interior Sul. Note-se, contudo, que o conjunto destas seis sub-regiões representava apenas 11,7% do valor das exportações nacionais no período considerado.

As 13 sub-regiões do Litoral do Continente, do Minho-Lima à Península de Setúbal, incluindo os vales sub-regionais da Região Norte e o Dão-Lafões, foram as NUTS III com maior valor de exportações, representando, no seu conjunto, cerca de 85% do valor nacional, no triénio 2007-2009.

A Grande Lisboa apresentava a taxa de cobertura mais baixa (25%) mas era a sub-região que, individualmente, mais contribuía para o valor nacional de exportações: cerca de 21% dos 36,3 mil milhões de euros exportados por Portugal, em média, no período de 2007 a 2009. A segunda NUTS III mais exportadora era o Grande Porto (responsável por 13,2% das exportações nacionais

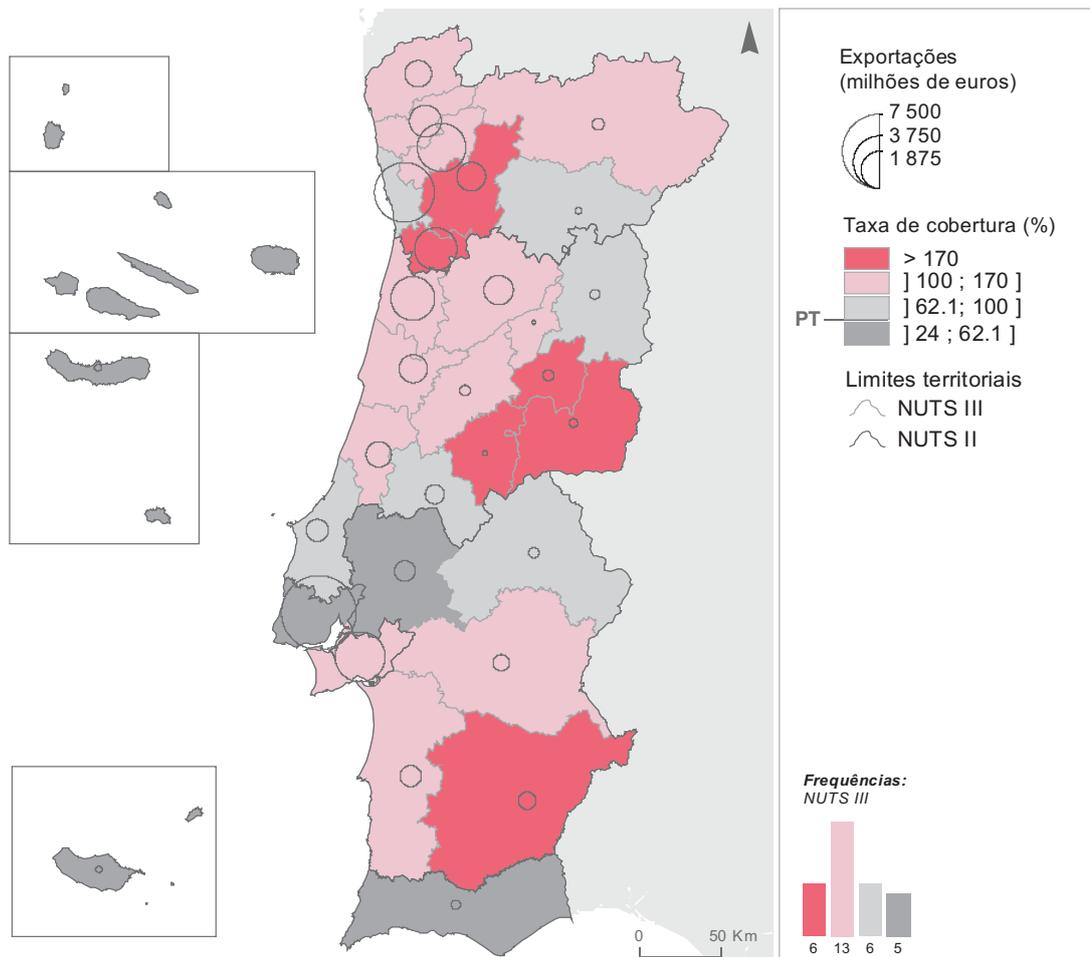
<sup>31</sup> A análise de indicadores para um período supra-anual resultou da necessidade de expurgar eventuais comportamentos voláteis, tendo-se optado, nestes casos, por calcular a média dos valores anuais do indicador.



neste período) a qual apresentava, tal como a Grande Lisboa, uma taxa de cobertura inferior a 100%, situando-se em 67%. Para além destas duas sub-regiões que eram assim responsáveis, em conjunto, por um terço das exportações nacionais, as outras NUTS III que apresentavam valores elevados de exportações (e também taxas de cobertura superiores a 100%) eram a Península de Setúbal e o Ave (9% do valor nacional em ambos os casos), o Baixo Vouga e o Entre Douro e Vouga (7% das exportações portuguesas em cada sub-região).

Exportações (valor médio) e taxa média de cobertura das importações pelas exportações, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2007-2009Po

Figura III.41

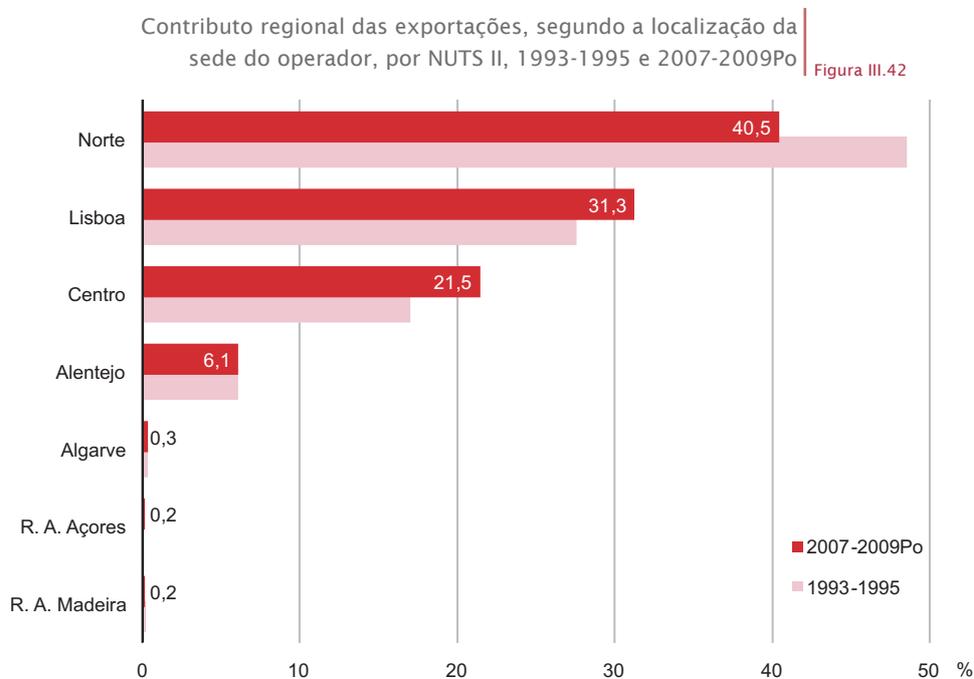


Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

Entre 1993-1995 e 2007-2009, o contributo das regiões mais exportadoras para os fluxos de saída de bens do país sofreu algumas alterações, não representando, no entanto, uma alteração na hierarquia regional [Figura III.42]. A região Norte era, em 1993-1995 e em 2007-2009, a região mais exportadora, tendo sido responsável no primeiro período por perto de metade das



exportações nacionais (48,5%). Entre os dois períodos considerados esta foi a região que mais diminuiu o contributo para o total de exportações, passando a representar 40,5% no triénio 2007-2009. Nas regiões de Lisboa e do Centro, observou-se um aumento do seu contributo para o valor nacional no período considerado, representando, em 2007-2009, 31,3% e 21,5% das exportações portuguesas, respectivamente. Adicionalmente, 6,1% das exportações de produtos eram provenientes de operadores sedeados no Alentejo, quer em 1993-1995, quer em 2007-2009. As exportações do Algarve e das regiões autónomas eram residuais face ao total nacional em ambos os períodos.



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

Entre 1995 e 2009, a taxa de cobertura das importações pelas exportações, em Portugal, apresentou uma tendência decrescente, situando-se em 69% em 1995 e 62% em 2009. Neste período, nem todas as regiões portuguesas apresentavam uma situação deficitária em termos de troca de bens com o exterior. A região Norte foi a única NUTS II que apresentou anualmente um valor de exportações superior ao das importações, com taxas de cobertura na ordem dos 119%, em 1995, e 114%, em 2009. O Centro apresentava em 1995, bem como em 2009, valores acima de 100% para a taxa de cobertura, atingindo, em 2009, a maior capacidade exportadora relativamente ao valor das importações (119%). As trocas comerciais com o exterior a partir dos operadores sedeados no Alentejo apresentaram uma grande volatilidade ao longo do período de 1995 a 2009, verificando-se desde 2006 valores acima de 100% na taxa de cobertura. As restantes NUTS II (Lisboa,



*regiões autónomas e Algarve) importaram mais do que exportaram, sendo de salientar a região de Lisboa por apresentar o valor regional mais reduzido da taxa de cobertura desde 2007, situando-se em 32% em 2009.*

*As 13 sub-regiões do Litoral do Continente, do Minho-Lima à Península de Setúbal, incluindo os vales sub-regionais da Região Norte e o Dão-Lafões, constituíram as NUTS III com maior valor de exportações, representando, no seu conjunto, cerca de 85% do valor nacional, no triénio 2007-2009.*

*A região Norte era, no período 1993-1995 e 2007-2009, a região mais exportadora do país, assegurando, no primeiro período, quase metade das exportações nacionais (48,5%). Entre os dois períodos considerados, esta foi a região que verificou uma maior diminuição do contributo para o total de exportações, sendo 40,5% em 2007-2009. As regiões de Lisboa e do Centro registaram um aumento do contributo para o valor nacional no período considerado, representando, em 2007-2009, respectivamente 31,3% e 21,5% das exportações portuguesas.*

## O perfil de especialização das exportações

O perfil das exportações regionais por tipo de produto não é alheio à especialização das actividades industriais de cada região. Num contexto de acrescida concorrência internacional, a capacidade de continuar a colocar os produtos no exterior tem estado de alguma forma associada a uma alteração nas características dos bens produzidos. É, por isso, relevante analisar em que medida as regiões diversificaram os produtos exportados e a importância que determinados produtos têm vindo a assumir no perfil exportador regional.

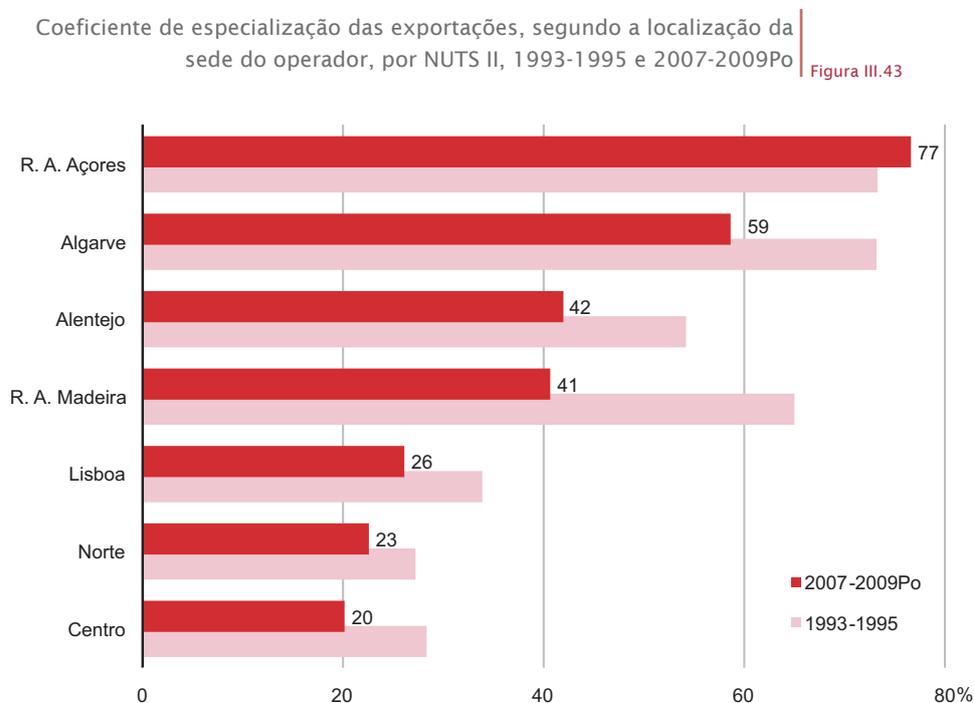
A análise da distribuição das exportações por tipo de produto<sup>32</sup> revela, em termos nacionais, alterações na estrutura das exportações entre 1993-1995 e 2007-2009. Em termos nacionais, as exportações assentavam, em 1993-1995, em três grupos de produtos responsáveis, no seu conjunto, por cerca de metade das exportações: *matérias têxteis e suas obras* (25,6% das exportações nacionais), *máquinas e aparelhos, material eléctrico* e outros (16,1%) e *calçado, chapéus e outros* (9%) [Figura III.44]. Entre este período e 2007-2009 as alterações foram significativas, tendo-se verificado uma maior diversificação das exportações, nomeadamente pelo ganho de importância do *material de transporte e dos metais comuns e suas obras*. Os produtos que mais perderam importância relativa nas exportações portuguesas foram as *matérias têxteis e suas*

<sup>32</sup> Considera-se a nomenclatura de produtos combinada do comércio internacional, a 21 grupos de produtos.



*obras* e os produtos de *calçado, chapéus* e outros. Assim, as *matérias têxteis e suas obras* passam de produto mais exportado em 1993-1995 (25,6% das exportações nacionais) para terceiro produto mais exportado em 2007-2009 (10,8%) e o *calçado, chapéus* e outros representavam 9% das exportações em 1993-1995 e passam a ter uma importância de 3,8% em 2007-2009.

Em termos regionais, tendo em consideração as exportações de todos os grupos de produtos da nomenclatura combinada, verificou-se, entre os triénios 1993-1995 e 2007-2009, uma diminuição dos coeficientes de especialização<sup>33</sup> em todas as regiões excepto na Região Autónoma dos Açores, com a sua estrutura de exportações a distanciar-se mais da estrutura nacional. Note-se que esta era, já em 1993-1995, a região com a estrutura de exportações por produto mais distinta da estrutura nacional. No período em análise, a Região Autónoma da Madeira, o Algarve e o Alentejo foram as NUTS II que registaram diminuições mais relevantes nos coeficientes de especialização, aproximando-se do padrão nacional. Em ambos os períodos, o Centro, o Norte e Lisboa eram as regiões que apresentavam perfis de especialização nas exportações mais próximos do perfil nacional, devido ao elevado contributo para o total das exportações nacionais [Figura III.43].



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

<sup>33</sup> O coeficiente de especialização foi calculado com base na formulação apresentada na Caixa III.5, em que cada grupo de produtos corresponde a uma actividade.



A análise das exportações por grupos de produtos e proveniência regional permite identificar os produtos de exportação em que as regiões eram especializadas no período em análise (1993-1995 e 2007-2009), de acordo com o quociente de localização<sup>34</sup>.

Na Figura III.44, estão identificados, por NUTS II, os produtos de especialização que se mantiveram entre 1993-1995 e 2007-2009, tal como as especializações que desapareceram e aquelas que surgiram em cada região.

De 1993-1995 para 2007-2009, o Centro, o Norte e a Região Autónoma da Madeira foram as regiões que mais diversificaram as suas especializações. O Norte manteve-se a única região especializada em *matérias têxteis e suas obras* (apesar de, no período considerado, estes produtos terem passado de 43% para 22% das exportações desta região), a que acresce a especialização na exportação de *máquinas e aparelhos, material eléctrico* e outros, bem como nos produtos de *plástico e suas obras, borracha e suas obras*, tendo entretanto perdido relevância na exportação de *produtos das indústrias alimentares, bebidas e tabaco*. A região Centro foi a região que mais diversificou as suas especializações, nomeadamente para alguns dos produtos mais significativos no conjunto das exportações nacionais, mantendo a elevada especialização face ao conjunto do país em obras de *pedra, gesso, cimento e outros; produtos cerâmicos, vidro e suas obras* e também em *pastas de madeira, papel ou cartão para reciclar, papel e suas obras*. A Região Autónoma da Madeira diversificou as suas especializações em produtos exportados sendo o ganho de especialização mais significativo no caso das exportações de *animais vivos e produtos do reino animal*<sup>35</sup> que passaram de um valor residual em 1993-1995 (0,6% das exportações madeirenses) para segundo produto mais exportado na região (após *os produtos das indústrias alimentares, bebidas e tabaco*) com uma quota de exportações de 16,5% no triénio 2007-2009.

No caso de Lisboa, apenas a exportação de *produtos das indústrias alimentares, bebidas e tabaco* passou a ter maior importância relativa do que a exportação destes produtos no conjunto das exportações nacionais, mantendo-se a elevada especialização na exportação de *produtos minerais* e perdendo importância relativa na exportação de *máquinas e aparelhos, material eléctrico* e outros.

<sup>34</sup> O quociente de localização foi calculado com base na formulação apresentada na Caixa III.4, sendo, neste caso o rácio entre o peso, em termos de exportações, de um produto na região e o peso, em termos de exportações, desse produto no país. Se este rácio for superior a 1, significa que a actividade económica em questão tem maior relevância nas exportações totais da região do que ao nível nacional, ou seja, em termos de exportações, a região é especializada nesse produto. Para o cálculo das especializações das regiões, consideraram-se os produtos (desagregados em 21 produtos da Nomenclatura Combinada) que, em cada ano de análise apresentavam uma importância relativa superior a 1/21 das exportações da região (número de produtos em que se divide o primeiro nível da Nomenclatura Combinada).

<sup>35</sup> Note-se que nesta região tinham mais importância, em particular, a exportação de *Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos*.



## RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

A diminuição da importância relativa das exportações de *material de transporte* por parte das empresas sedeadas no Alentejo é a alteração mais significativa no perfil exportador desta região entre 1993-1995 e 2007-2009, deixando a região de ser especializada nestes produtos. Por outro lado, a região passou a apresentar uma forte especialização em *produtos do reino vegetal e em produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas*.

No caso do Algarve, é de salientar a forte diminuição da importância das exportações dos *produtos de madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria*, que passou a ter menos importância nas exportações da região do que ao nível nacional. Finalmente, a Região Autónoma dos Açores foi a única NUTS II a manter, no período em análise, os produtos de especialização, não obstante a perda de importância para a região da exportação de *animais vivos e produtos do reino animal*, em detrimento, em parte, das exportações de *produtos minerais*.



Alterações nas especializações dos produtos de exportação, segundo a localização da sede do operador, por NUTS II, 1993-1995 e 2007-2009Po

Figura III.44

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	PORTUGAL - proporção das exportações (%)	
								1993-1995	2007-2009Po
I - Animais vivos e produtos do reino animal					●	●	●	1,5	2,4
II - Produtos do reino vegetal				●	●			0,8	1,6
III - Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal								0,5	0,7
IV - Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados	●		●	●	●	●	●	4,7	6,2
V - Produtos minerais			●	●		●		5,1	6,9
VI - Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas			●	●			●	3,5	4,9
VII - Plástico e suas obras; borracha e suas obras	●	●		●			●	2,6	6,0
VIII - Peles, couros, peles com pêlo e obras destas matérias; artigos de cor-reeiro ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa								0,5	0,3
IX - Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	●	●			●			5,2	4,0
X - Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar(desperdícios e aparas); papel e suas obras		●	●	●				5,6	4,6
XI - Matérias têxteis e suas obras	●							25,6	10,8
XII - Calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; penas preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo	●							9,0	3,8
XIII - Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras		●						4,5	3,9
XIV - Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijutaria; moedas								0,5	0,2
XV - Metais comuns e suas obras		●						3,9	8,5
XVI - Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de re-produção de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	●	●	●					16,1	18,5
XVII - Material de transporte		●	●	●			●	7,6	12,2
XVIII - Instrum. e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, medida, controlo ou precisão; instrum. e aparelhos médico-cirúrgicos; aparelhos de relojoaria; instrum. musicais; suas partes e acessórios								1,0	0,9
XIX - Armas e munições; suas partes e acessórios								0,2	0,1
XX - Mercadorias e produtos diversos	●							1,7	3,2
XXI - Objectos de arte, de colecção ou antiguidades								0,1	0,2

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

● Produtos de especialização nas exportações em 1993-1995    ● Produtos de especialização nas exportações em 1993-1995 e 2007-2009Po    ● Produtos de especialização nas exportações em 2007-2009Po



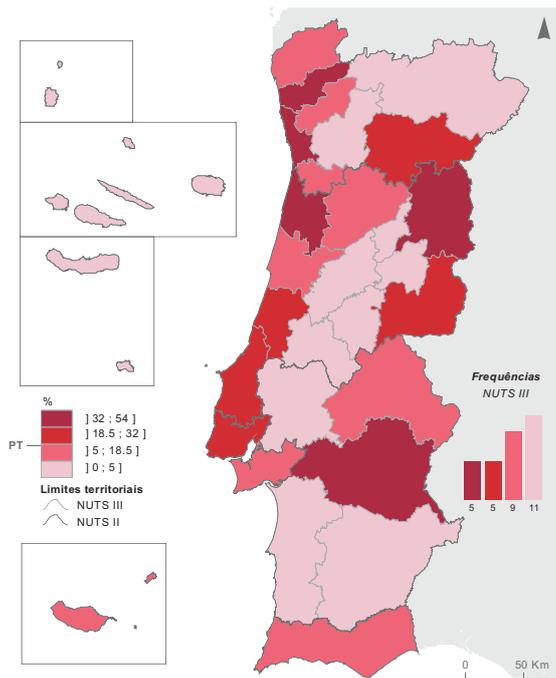
Em termos de exportações nacionais, no triénio 2007-2009 destacam-se quatro grupos de produtos: *máquinas e aparelhos*, *material eléctrico e outros*, *material de transporte*, *matérias têxteis e suas obras* e *metais comuns e suas obras*. As quatro figuras seguintes representam, respectivamente, a proporção de exportações de cada um daqueles produtos, por sub-regiões, enquanto apoio à leitura dos contributos regionais para a sua exportação.

No período 2007-2009, os produtos do grupo *máquinas e aparelhos*, *material eléctrico e outros* tinham, como foi mencionado, a maior quota de exportações nacionais, sendo responsáveis por cerca de um quinto das exportações das regiões Norte e Centro e, em particular, no perfil de exportações das sub-regiões da Beira Interior Norte (45%), Grande Porto (36%), Baixo Vouga e Cávado (33%, em ambas). Contudo, era no Alentejo Central que este tipo de produtos tinha maior relevância contribuindo para mais de metade das exportações da sub-região (54%) [Figura III.45].

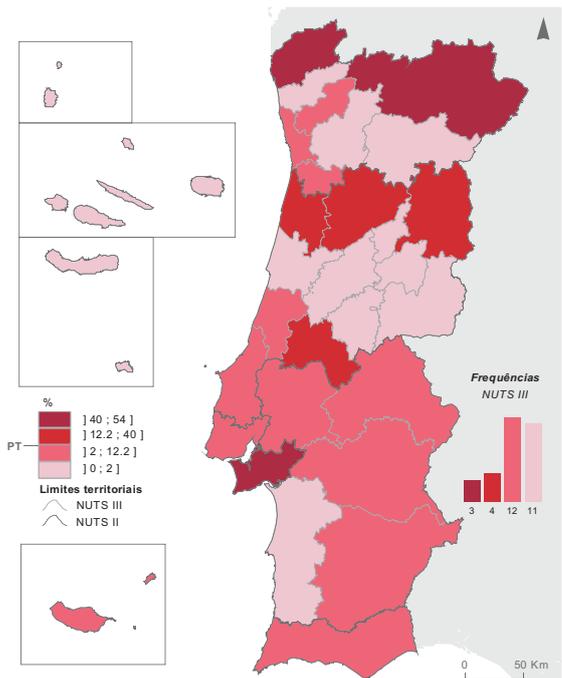
As exportações de produtos de *material de transporte* ganharam particular relevância de 1993-1995 para 2007-2009, nomeadamente devido ao incremento das exportações destes produtos por parte das empresas sedeadas na Península de Setúbal que, em 2007-2009, eram responsáveis por mais de um terço das exportações nacionais neste tipo de produtos e 45,3% das exportações desta sub-região. Para além desta NUTS III, as exportações de *material de transporte* eram também muito relevantes na estrutura de exportações das sub-regiões do Alto Trás-os-Montes (53,7% das exportações) e do Minho-Lima (47,8%) [Figura III.46].



Proporção de exportações de máquinas e aparelhos e material eléctrico, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2007-2009Po **Figura III.45**



Proporção de exportações de material de transporte, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2007-2009Po **Figura III.46**



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

As *matérias têxteis e suas obras* passaram de produto mais exportado pelo país, em 1993-1995 (sendo responsável por um quarto das exportações nacionais), para terceiro produto mais exportado, em 2007-2009. Não obstante, a produção e exportação destes produtos continuava a ter uma importância muito relevante em algumas economias sub-regionais, nomeadamente das regiões Norte e Centro, o que contrastava com proporções residuais nas exportações de várias sub-regiões do Sul do país. Assim, nas NUTS III Serra da Estrela e Cova da Beira (no Centro) as exportações de *matérias têxteis e suas obras* dominavam o perfil exportador representando, respectivamente, 78,7% e 66,2% das exportações sub-regionais. Também nas sub-regiões do Ave e do Cávado (no Norte), este tipo de produtos continuava a ter, em 2007-2009, um papel muito importante na estrutura das exportações (respectivamente, 50,4% e 45,2% do total) apesar da forte diminuição face ao peso que tinha nas exportações destas sub-regiões em 1993-1995 (neste triénio, as *matérias têxteis e suas obras* representavam 75% das exportações do Ave e 63,9% das exportações do Cávado) [Figura III.47].

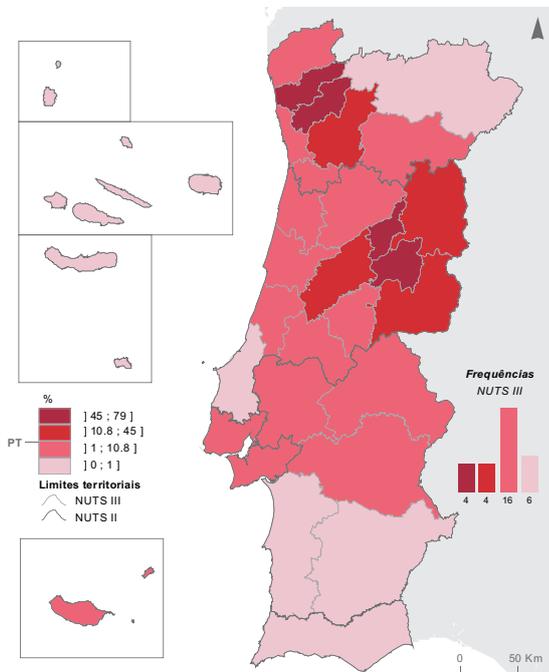
Os *metais comuns e suas obras* foram, a par do *material de transporte*, os produtos que mais importância relativa ganharam nas exportações nacionais entre 1993-1995 e 2007-2009. O padrão territorial da proporção de exportações de *metais comuns e suas obras* em 2007-2009 revela uma maior intensidade deste indicador nas sub-regiões do Litoral entre a Península de



Setúbal e o Minho-Lima, sendo sobretudo expressivo na sub-região Dão-Lafões onde representava 16% do total de exportações. Face a 1993-1995, foi no Alentejo Litoral que ocorreu a maior alteração na importância desta classe de produtos, passando de 11,7% das exportações sub-regionais para 0,4% em 2007-2009.

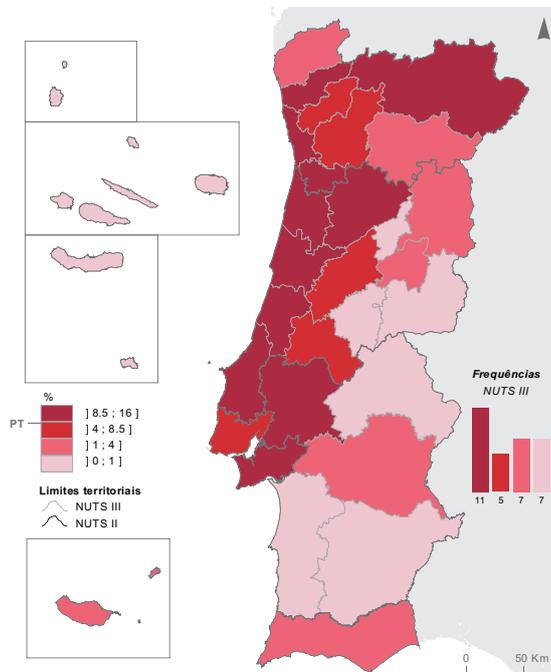
Proporção de exportações de matérias têxteis e suas obras, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2007-2009Po

Figura III.47



Proporção de exportações de metais comuns e suas obras, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2007-2009Po

Figura III.48



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

*Entre os triénios 1993-1995 e 2007-2009, verificou-se uma diminuição dos coeficientes de especialização dos produtos exportados em todas as regiões, excepto na Região Autónoma dos Açores, com a sua estrutura de exportações a distanciar-se mais da estrutura nacional.*

*De 1993-1995 para 2007-2009, o Centro, o Norte e a Região Autónoma da Madeira foram as regiões que mais diversificaram os produtos de especialização. O Norte manteve-se a única região especializada em matérias têxteis e suas obras, deixou de ser especializado na exportação de produtos das indústrias alimentares, bebidas e tabaco e passou a especializar-se na exportação de máquinas e aparelhos, material eléctrico e outros, e de produtos de plástico e suas obras; borracha e suas obras.*

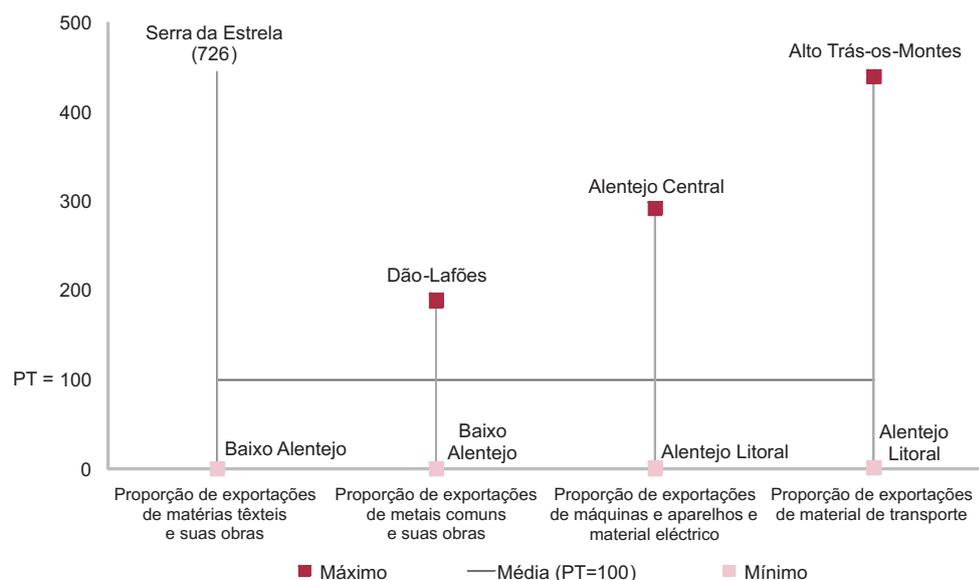


A região Centro foi a que mais diversificou as suas especializações, nomeadamente para alguns dos produtos que têm mais peso no conjunto das exportações do país: máquinas e aparelhos, material eléctrico e outros, material de transporte e metais comuns e suas obras.

No período em análise, a região de Lisboa manteve o seu perfil de especialização nas exportações, tendo passado ainda a ser especializada na exportação de produtos das indústrias alimentares, bebidas e tabaco. A exportação de máquinas e aparelhos, material eléctrico e outros passou a ter menos relevo nas exportações desta região do que no país.

A diminuição da importância relativa das exportações de material de transporte por parte das empresas sediadas no Alentejo é a alteração mais significativa no perfil exportador desta região entre 1993-1995 e 2007-2009, deixando a região de ser especializada nestes produtos.

Indicadores de perfil de especialização nas exportações (Portugal = 100), segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2007-2009Po Figura III.49



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.



## O conteúdo tecnológico das exportações

O desenvolvimento industrial de um país ou região que procura atingir níveis de produtividade crescentes está também associado à integração tecnológica dos processos e produtos subjacentes à actividade produtiva. O nível de incorporação tecnológica nos produtos finais e, nomeadamente, nos produtos exportados, constitui um elemento de análise relevante no âmbito da competitividade internacional. Num contexto cada vez mais concorrencial dos mercados internacionais, a análise da estrutura das exportações das economias ocidentais tem vindo a salientar a relevância da capacidade de exportação de produtos de alta tecnologia para o alargamento do mercado (OECD, 2009a) [Caixa III.10 e Anexo III.3].

### Produtos de alta tecnologia | Caixa III.10

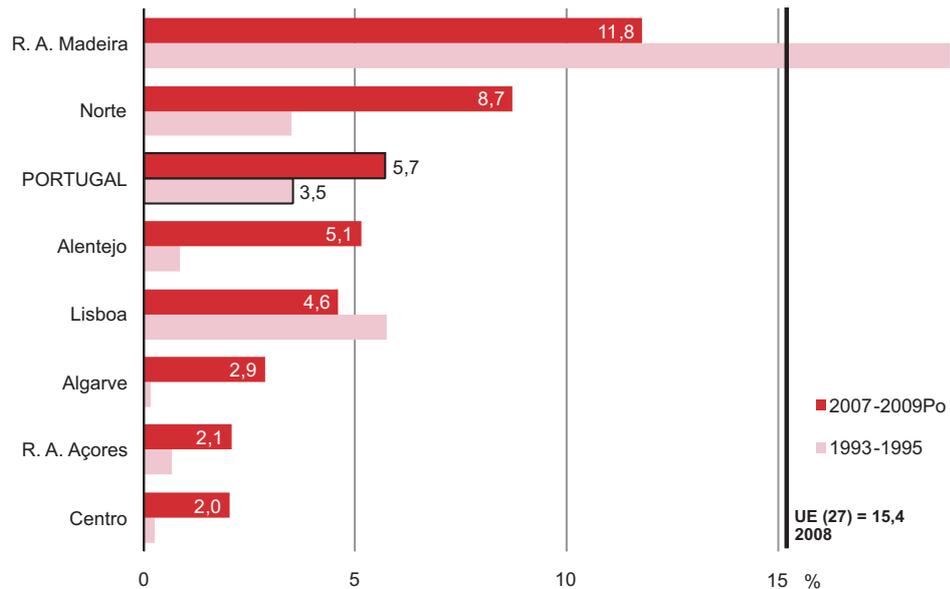
A classificação por bens de alta tecnologia foi concebida para complementar a classificação por ramo de actividade económica e permitir uma análise mais detalhada do comércio internacional. A lista de produtos baseia-se na intensidade de I&D por grupos de produtos (despesa em I&D em percentagem das vendas). Os grupos classificados como bens de alta tecnologia são agregados na base da Classificação Tipo para o Comércio Internacional, CTCI Rev4 (*Standard International Trade Classification*, SITC Rev4).

Analisando a proporção de exportações de bens de alta tecnologia nos períodos 1993-1995 e 2007-2009, verifica-se um aumento da intensidade tecnológica ao nível nacional, tendo este indicador passado de um valor médio de 3,5% em 1993-1995 para 5,7% em 2007-2009, o qual fica, ainda assim, abaixo do valor médio dos países das UE27 em 2008: 15,4%. O aumento da proporção de exportações de produtos de alta tecnologia no período considerado verificou-se em todas as regiões portuguesas, com excepção de Lisboa e da Região Autónoma da Madeira<sup>36</sup> [Figura III.50]. O Norte foi a região portuguesa onde se verificou o aumento mais expressivo na proporção de exportações de bens de alta tecnologia entre 1993-1995 e 2007-2009. No período mais recente, a Região Autónoma da Madeira e o Norte eram as únicas regiões a apresentar uma proporção de exportações de bens de alta tecnologia acima do valor médio nacional.

<sup>36</sup> A Região Autónoma da Madeira apresentou, em 1993-1995, um valor significativo neste indicador, que se relacionou com a exportação excepcional de produtos de alta tecnologia (material aeroespacial) num dos anos em consideração.



Proporção de exportações de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, por NUTS II, 1993-1995 e 2007-2009Po Figura III.50



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

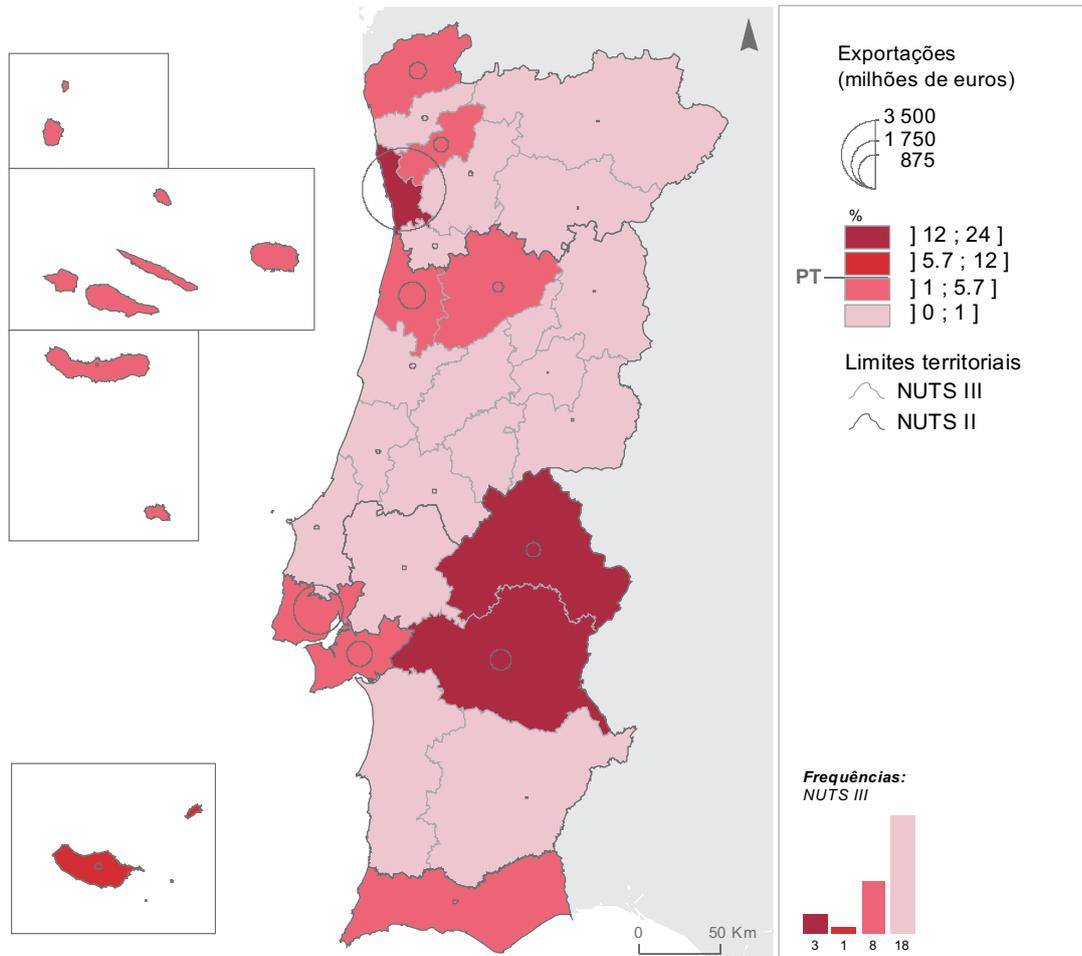
Considerando as 30 sub-regiões portuguesas, constata-se que, no período 2007-2009, apenas o Grande Porto, o Alto Alentejo e o Alentejo Central apresentavam uma proporção de exportações de alta tecnologia acima do valor médio europeu (UE27) de 2008 que situou nos 15,4%. O Grande Porto foi, não apenas a sub-região com maior valor neste indicador, como também aquela que mais contribuiu para as exportações nacionais de produtos de alta tecnologia, sendo responsável por mais de metade do valor nacional, sobretudo devido às exportações de *produtos electrónicos - telecomunicações*<sup>37</sup> mas também de *computadores e equipamento de escritório*. As duas sub-regiões do Alentejo em que se verificavam valores elevados na proporção de exportações de bens de alta tecnologia, Alto Alentejo e Alentejo Central, assentavam as suas exportações de alta tecnologia em *produtos químicos e máquinas eléctricas*, respectivamente. Por último, apenas a Região Autónoma da Madeira apresentava para este indicador, um valor acima da média nacional (11,8% em 2007-2009).

<sup>37</sup> Faz-se notar que este valor era fortemente influenciado pelas exportações da empresa *Qimonda Portugal S.A.*, uma das maiores empresas exportadoras, entretanto falida.



Exportações de bens de alta tecnologia e proporção de exportações de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2007-2009Po \*

Figura III.51



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

\* Título actualizado em 13.05.2011

No que respeita à exportação de bens de alta tecnologia, verificou-se, entre 1993-1995 e 2007-2009, um aumento da proporção de exportações de produtos de alta tecnologia em todas as regiões portuguesas, com excepção de Lisboa e da Região Autónoma da Madeira. O Norte foi a região portuguesa em que se verificou o aumento mais expressivo neste indicador. O Grande Porto foi a sub-região que, no triénio 2007-2009, mais contribuiu para a exportação de bens de alta tecnologia ao nível nacional, apresentando também a mais elevada proporção de exportações de bens de alta tecnologia das 30 sub-regiões portuguesas. Também o Alto Alentejo e o Alentejo Central fizeram destacar a capacidade exportadora de elevado conteúdo tecnológico do Alentejo.



## O destino das exportações

Ao longo do período de 15 anos em análise, os países da actual União Europeia têm sido os parceiros preferenciais do comércio externo português, o que está naturalmente associado, para além da proximidade geográfica, à existência do Mercado Único Europeu que teve início a 1 de Janeiro de 1993 e eliminou as barreiras alfandegárias entre os países da União Europeia. Outros factores que se relacionam com o desempenho interno das economias internacionais, com a existência de acordos bilaterais ou multilaterais e com o estabelecimento nas regiões portuguesas de empresas de capital maioritariamente estrangeiro (que, posteriormente, agilizam as trocas comerciais com os países de origem) influenciam também a maior ou menor importância de determinados parceiros comerciais ao nível externo.

Entre 1993-1995 e 2007-2009, a proporção de exportações portuguesas para os países da União Europeia a 27 países<sup>38</sup> (UE27) diminuiu, passando de 81,5% para 75,7% do total de produtos exportados. As três regiões NUTS II que mais contribuíam para o valor nacional das exportações em ambos os períodos — Norte, Centro e Lisboa — apresentaram também diminuições na intensidade de exportações para os países da UE27 condicionando assim a proporção verificada a nível nacional. As restantes regiões aumentaram as exportações para os actuais parceiros europeus, tendo essa variação sido mais significativa nas regiões autónomas [Figura III.52].

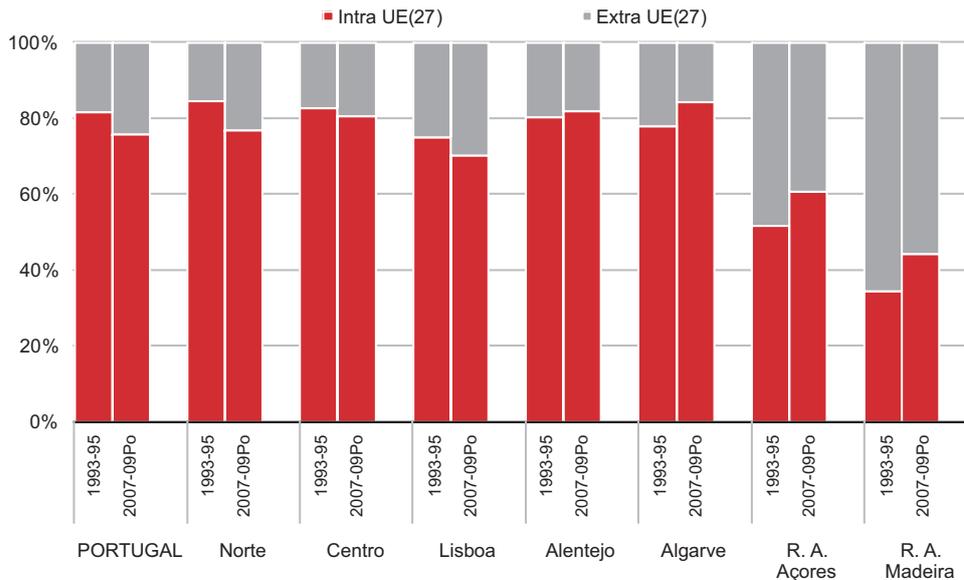
No triénio 2007-2009, as exportações para a UE27 superavam a média nacional em todas as regiões excepto em Lisboa e nas regiões autónomas. No Algarve, verificava-se o valor mais elevado neste indicador: 84,1% das exportações destinavam-se a parceiros comunitários. Em situação oposta, encontrava-se a Região Autónoma da Madeira que apresentava a menor proporção de exportações para a UE (44,2%) e era, no período em análise, a única região onde a procura externa de produtos era mais importante por parte dos países externos à UE27 do que por parte dos parceiros comunitários.

---

<sup>38</sup> Considera-se, nesta análise, o conjunto dos países que formalizam actualmente a UE27, independentemente do período de análise.



Proporção de exportações para os países da UE27 e fora da UE27, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 1993-1995 e 2007-2009Po | Figura III.52



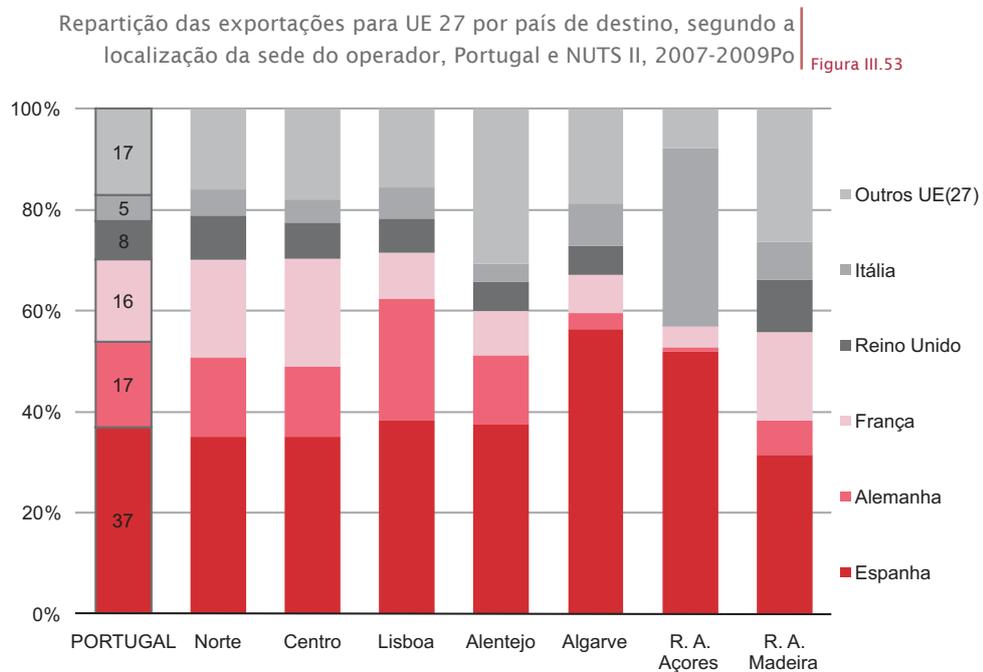
Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

A análise dos principais parceiros comunitários de destino das exportações de Portugal revela que Espanha tinha, em 2007-2009, um papel dominante no comércio externo português, absorvendo 37% das exportações nacionais para países da UE27 e sendo o principal parceiro comercial da UE para todas as regiões NUTS II [Figura III.53]. O Algarve e a Região Autónoma dos Açores eram as NUTS II mais dependentes do parceiro ibérico, uma vez que exportavam para este país mais de metade das suas exportações para a UE27 (as quais assentavam, em ambas as regiões, principalmente em *peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos*). A Alemanha e a França seguiam-se como os países comunitários mais importantes no que respeita às exportações portuguesas. De facto, os três países mencionados (Espanha, Alemanha e França) absorviam cerca de 70% das exportações para a União Europeia das regiões Norte, Centro e Lisboa.

Em termos absolutos, os maiores montantes de exportações para Espanha eram provenientes de empresas sedeadas na região Norte (que incidiam sobretudo em produtos de *vestuário e seus acessórios, de malha, bem como veículos automóveis, suas parte e acessórios*) e em Lisboa (*combustíveis minerais e outros produtos associados e ainda ferro fundido, ferro e aço*). Quanto aos outros parceiros principais, enquanto o escoamento de produtos para a Alemanha era mais importante para os operadores sedeados em Lisboa (nomeadamente pela exportação de *veículos automóveis, suas parte e acessórios* que constituía, aliás, o maior contributo de uma região/produto para as exportações nacionais em 2007-2009), as exportações para França ocupavam o segundo lugar como destino comunitário mais relevante das NUTS II Centro (vendas de *veículos*



*automóveis, suas parte e acessórios*), Norte (exportação de *produtos de calçado e mobiliário*) e Região Autónoma da Madeira (*bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres*). O Reino Unido e Itália eram outros parceiros comerciais de destino relevantes para o país e para algumas regiões: o Reino Unido como país de destino das exportações da Região Autónoma da Madeira (nomeadamente *bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres*) e do Norte (*vestuário e seus acessórios, de malha e ainda produtos de calçado*) e Itália como segundo parceiro comunitário mais significativo nas exportações da Região Autónoma dos Açores (onde tinham mais expressão as *preparações de carne, de peixes, de crustáceos e de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos*) [Figura III.53].



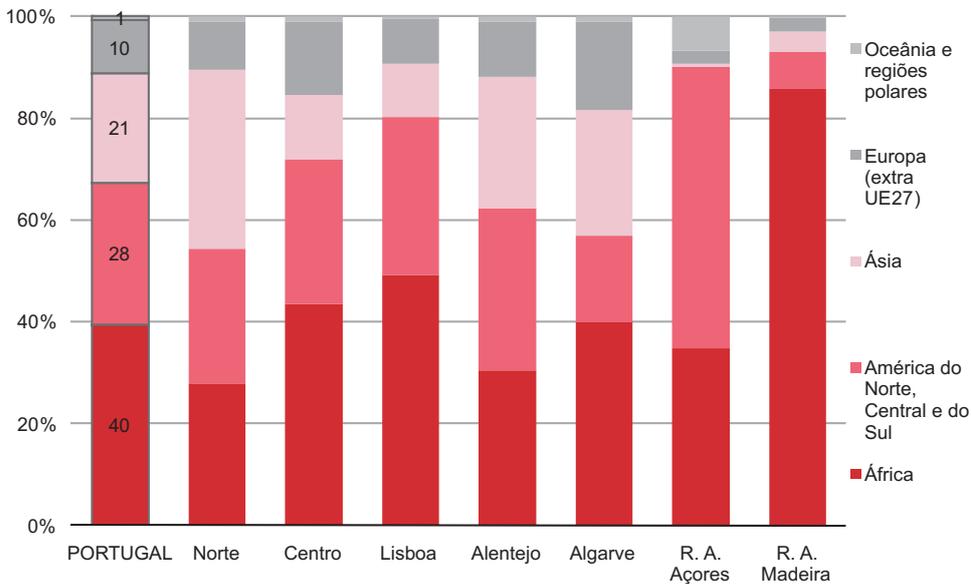
Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

A Figura III.54 representa, para o triénio 2007-2009, a repartição das exportações de cada região para fora da União Europeia, segundo o continente em que se localizavam os países de destino. O continente africano, com um papel historicamente importante nas relações comerciais portuguesas, era o destino mais importante das exportações de Portugal para fora da UE27, recebendo 40% dos produtos vendidos neste contexto. Em particular, esta elevada proporção devia-se às exportações para os países africanos de língua portuguesa (PALP) que, neste triénio, representavam 30% do total de exportações de Portugal para fora da UE. Os países africanos tinham um papel particularmente relevante para a Região Autónoma da Madeira, abarcando 86% das suas exportações para fora da UE (83% no caso dos PALP) e constituíam também um relevante destino das exportações das empresas sedeadas em Lisboa (49% dos produtos vendidos para fora da UE, tendo Angola uma particular expressão sobretudo na procura de *máquinas e aparelhos, material eléctrico e outros*).



As exportações para os países da Ásia tinham o peso mais importante (35%) nas trocas comerciais da região Norte com os países de fora da UE, nomeadamente devido às exportações para Singapura e para a Malásia de *máquinas e aparelhos, material eléctrico e outros*. No caso da Região Autónoma dos Açores e do Alentejo, o destino mais importante das exportações para fora da UE27 era o continente americano. Os Estados Unidos da América e o Canadá constituíam destinos relevantes para a Região Autónoma dos Açores, mais visível na exportação de *leite e lacticínios, ovos de aves, mel natural e outros produtos comestíveis de origem animal*. No caso do Alentejo, tinham especial relevância os Estados Unidos da América (*máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e outros*), o México (*produtos químicos orgânicos*) e o Brasil (*minérios, escórias e cinzas*).

Repartição das exportações para fora da UE 27, por grupo de países de destino, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 2007-2009Po Figura III.54



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

Com o intuito de analisar as alterações nos principais destinos das exportações de cada região portuguesa nos últimos 15 anos, apresentam-se, na Figura III.55, os destinos de especialização<sup>39</sup> das exportações de cada NUTS II que se mantiveram entre 1993-1995 e 2007-2009, tal como os destinos de especialização que desapareceram e aqueles que surgiram em cada região

<sup>39</sup> O quociente de localização foi calculado com base na formulação apresentada na Caixa III.4, sendo, neste caso, o rácio entre o peso de um país de destino nas exportações da região e o peso desse país de destino nas exportações nacionais. Se este rácio for superior a 1, significa que o país de destino em questão tem maior relevância nas exportações totais da região do que ao nível nacional, ou seja, em termos de exportações, a região é especializada nesse país de destino.



entre aqueles dois triénios. Para tal, consideraram-se todos os países que, em 1993-1995 ou em 2007-2009, representavam pelo menos 1% das exportações de Portugal. Devido à elevada concentração de exportações por países de destino, a tabela apresenta 15 países<sup>40</sup> onde predominam os parceiros comunitários.

Ao nível nacional e no período considerado, verificou-se alguma diversificação nos destinos das exportações uma vez que o conjunto dos 15 países representava, em 1993-1995, 87% das exportações nacionais e apenas 83% em 2007-2009. Entre os principais destinos, há a salientar a troca de posições entre Alemanha e Espanha, passando este último a ser o principal destino das exportações portuguesas no período mais recente. Merece também nota a diminuição de importância do Reino Unido e o crescimento de Angola em termos de exportações portuguesas.

Ao nível regional, verificou-se que, ao longo dos 15 anos em análise, as principais regiões exportadoras portuguesas (Norte, Centro e Lisboa) concentraram os seus destinos de exportação face ao padrão nacional tendo destinos como Angola, Estados Unidos da América, Países Baixos e Singapura perdido importância no perfil de especialização regional destas NUTS II.

Para a região Norte, diminuiu a importância relativa das exportações para a Alemanha, Estados Unidos da América e Países Baixos, enquanto as exportações para Itália passaram a ter mais significado nesta região. O Norte e o Centro eram as únicas regiões que exportavam proporcionalmente mais para França e Reino Unido do que o resto do país, em ambos os triénios. Na região de Lisboa perderam importância Espanha e Singapura como destinos de exportação. Esta região passou a ser especializada nos destinos Alemanha e Itália, tendo mantido elevadas especializações nos destinos Angola e Estados Unidos da América. Em 2007-2009, a estrutura de exportações do Alentejo valorizava a Suécia, a Bélgica e Luxemburgo e os Países Baixos. O Algarve e as regiões autónomas diversificaram os seus destinos preferenciais nas exportações sendo de notar que, nos 15 anos considerados, a Região Autónoma da Madeira alterou por completo os países de especialização das suas exportações.

---

<sup>40</sup> A informação relativa à Bélgica e Luxemburgo é apresentada conjuntamente devido à impossibilidade de individualizar os fluxos para estes dois países no período 1993-1995. No triénio 2007-2009, 93% das exportações portuguesas para o conjunto destes países tinha a Bélgica como destino, recebendo o Luxemburgo os restantes 7%.



Alterações nos destinos (de exportações) de especialização, segundo a localização da sede do operador, por NUTS II, 1993-1995 e 2007-2009Po Figura III.55

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	PORTUGAL - proporção das exportações (%)	
								1993-1995	2007-2009Po
Espanha		●	●	●	●	●		15,1	28,0
Alemanha	●		●					20,2	12,9
França	●	●						14,8	12,2
Reino Unido	●	●		●				11,4	5,7
Angola		●	●			●	●	1,7	5,7
Itália	●	●	●	●	●	●	●	3,3	3,9
Estados Unidos da América	●		●			●	●	4,5	3,8
Países Baixos	●	●		●	●	●	●	5,3	3,4
Bélgica e Luxemburgo			●	●		●		3,4	2,7
Singapura	●		●				●	0,2	1,5
Suécia	●			●			●	2,3	1,2
Suiça	●	●			●			1,9	0,8
Dinamarca	●				●		●	2,2	0,7
Áustria	●			●				1,0	0,5

● Países de especialização nas exportações em 1993-1995      ● Países de especialização nas exportações em 1993-1995 e 2007-2009Po      ● Países de especialização nas exportações em 2007-2009Po

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

*A análise dos parceiros comerciais preferenciais nas exportações demonstra que as três regiões NUTS II que mais contribuíam para o valor nacional das exportações em ambos os períodos — Norte, Centro e Lisboa — diminuíram a intensidade de exportações para os países da UE27, entre 1993-1995 e 2007-2009. As restantes regiões aumentaram as exportações para os actuais parceiros europeus, tendo essa variação sido mais significativa nas regiões autónomas.*

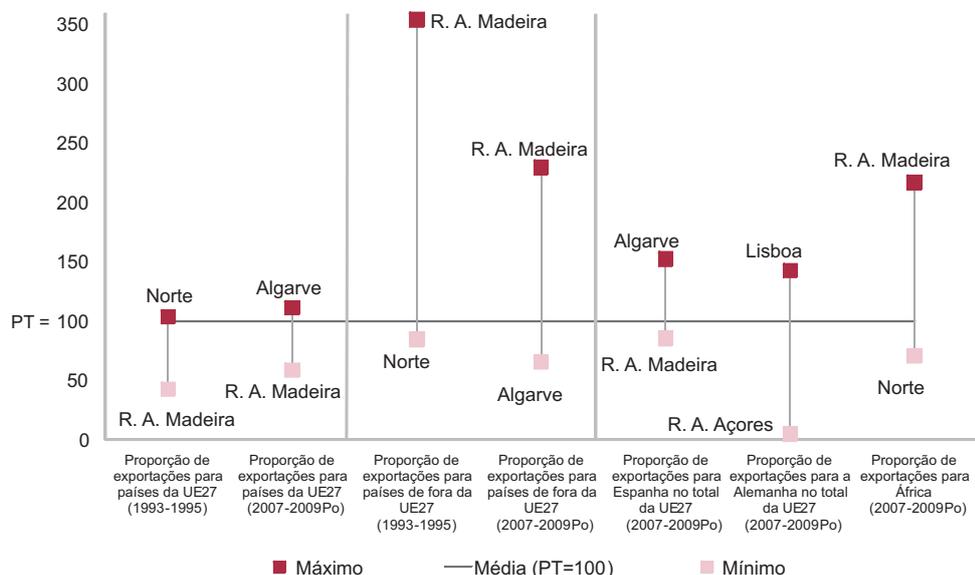


A Espanha tinha, em 2007-2009, um papel preponderante no comércio externo português, absorvendo 37% das exportações nacionais para países da UE27 e sendo o principal parceiro comercial da UE para todas as regiões NUTS II. Espanha, Alemanha e França absorviam cerca de 70% das exportações para a União Europeia das regiões Norte, Centro e Lisboa.

O continente africano era o destino mais importante das exportações de Portugal para fora da UE27, recebendo 40% dos produtos vendidos neste contexto. Os países africanos tinham um papel particularmente relevante para a Região Autónoma da Madeira, representando 86% das suas exportações para fora da UE e constituíam também um relevante destino das exportações das empresas sediadas em Lisboa (49% dos produtos vendidos para fora da UE, tendo Angola uma particular expressão sobretudo na procura de Máquinas e aparelhos, material eléctrico e outros). As exportações para os países da Ásia tinham o peso mais importante nas trocas comerciais da região Norte para os países de fora da UE (35%), nomeadamente devido às exportações para Singapura e para a Malásia de Máquinas e aparelhos, material eléctrico e outros.

Entre 1993-1995 e 2007-2009, as principais regiões exportadoras portuguesas (Norte, Centro e Lisboa) registaram uma diminuição na diversidade dos destinos de exportação face ao padrão nacional.

Indicadores de destino das exportações (Portugal = 100), segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 1993-1995 e 2007-2009Po Figura III.56



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.



## Considerações finais

A inserção da economia portuguesa num contexto internacional crescentemente concorrencial, bem como as políticas públicas adoptadas, suscitaram mudanças nas estruturas produtivas regionais. O processo de terciarização do tecido produtivo das regiões portuguesas não impediu que a indústria transformadora mantivesse uma importância determinante em algumas economias regionais. Este contexto associado à capacidade de captar e manter mercados externos, são actualmente entendidos como elementos essenciais no processo de crescimento económico das regiões e do país e constituem a base do presente estudo.

Esta análise foi estruturada em três eixos principais: a actividade industrial nas regiões, a dinâmica do tecido produtivo industrial e a orientação exportadora de bens das regiões portuguesas.

A análise da actividade industrial nas regiões procurou evidenciar a importância relativa de determinadas actividades industriais em cada região e sub-região, identificando as especializações regionais, os factores competitivos e a intensidade tecnológica que distinguem o tecido empresarial das indústrias transformadoras aí sediadas.

- Os resultados das Contas Regionais Portuguesas evidenciam uma trajectória de terciarização da estrutura económica das sub-regiões nacionais, não obstante o sector secundário ter ainda um significado relevante em algumas NUTS III.
- O Norte e o Centro eram as regiões que mais contribuíam para a formação do valor acrescentado bruto nacional gerado pelas indústrias transformadoras e aquelas em que estas actividades tinham maior importância relativa na estrutura produtiva regional. As 13 sub-regiões do Litoral do Continente, do Cávado ao Alentejo Litoral, incluindo os vales sub-regionais da região Norte e o Dão-Lafões, constituíam as NUTS III com maior valor acrescentado nas indústrias transformadoras, representando, no seu conjunto, cerca de 85% do valor nacional. A geografia da produtividade das indústrias transformadoras (medida pelo VAB gerado por indivíduo empregado) coloca em evidência o mesmo padrão territorial.
- Entre 1995 e 2008, não se verificaram alterações no perfil de especialização das indústrias transformadoras das regiões Norte, Centro e Região Autónoma dos Açores, tendo como referência a estrutura das indústrias transformadoras no país. A região Norte manteve a sua única especialização na *fabricação de têxteis, indústria do vestuário e do couro e dos produtos do couro* e a região Centro reforçou o seu diferencial face ao país na *fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, e de outros produtos minerais não metálicos*. As regiões Lisboa e Alentejo concentraram as suas actividades de especialização, tendo o Algarve e a Região Autónoma da Madeira aumentado o número de actividades que tinham mais importância relativa na estrutura regional quando comparando com a estrutura nacional.



- Os dados relativos às empresas — Sistema de Contas Integradas das Empresas — revelaram que, em 2007-2008, mais de metade do VAB industrial do país era gerado pelas indústrias baseadas em factores competitivos avançados, cerca de  $\frac{1}{4}$  pelas indústrias assentes em recursos naturais e cerca de 22% provinha das indústrias com forte conteúdo em mão-de-obra. A análise dos perfis competitivos regionais evidencia as regiões autónomas com a estrutura do VAB industrial por factor competitivo mais distinta do país, pelo elevado peso que os ramos industriais intensivos em recursos naturais apresentavam nestas regiões (devido, em grande medida, às indústrias alimentares). O Centro era a região com a estrutura competitiva industrial mais próxima do perfil nacional e o Norte era a única NUTS II cuja estrutura industrial em termos de VAB denotava uma especialização em actividades intensivas em mão-de-obra (em particular, pela importância da indústria do vestuário e da fabricação de têxteis).
- Em 2007-2008, a criação de VAB industrial resultava sobretudo das indústrias de baixa e média-baixa tecnologia, tendo a sua maior expressão relativa nas regiões autónomas e no Algarve. As indústrias tecnologicamente mais intensivas tinham maior importância relativa nas sub-regiões Alentejo Litoral, Alentejo Central, Península de Setúbal, Baixo Vouga, Beira Interior Norte, Grande Porto e Grande Lisboa.
- A produtividade das indústrias transformadoras (medida pelo VAB gerado por indivíduo empregado) estava sobretudo associada à presença e criação de VAB das indústrias de alta e média-alta tecnologia.

A análise do tecido industrial permitiu identificar características que o distinguem das restantes actividades económicas, com dinâmicas territoriais diferenciadas associadas a lógicas distintas de localização empresarial e de funcionamento do aparelho produtivo que estão patentes no tipo de constituição jurídica, na dimensão do quadro de pessoal e na origem do capital. Observou-se ainda a expressão territorial da dinâmica da criação e da sobrevivência das unidades empresariais, bem como a vitalidade económico-financeira do tecido industrial.

- Em 2008, a proporção de empresas da indústria transformadora era maior nas regiões Norte e Centro, nomeadamente, num conjunto de municípios das sub-regiões do Ave e do Tâmega. Nos municípios da região Centro, a incidência territorial das empresas industriais era mais dispersa, destacando-se Alcanena, Vila Velha de Ródão e Águeda.
- A caracterização do tecido produtivo industrial do Algarve e da Região Autónoma da Madeira salientava a importância relativa das micro e pequenas empresas industriais, em termos de emprego, e uma proporção residual de emprego gerado por empresas maioritariamente estrangeiras. A região de Lisboa apresentava, para as actividades transformadoras, a maior proporção de pessoal ao serviço em grandes empresas e, ao mesmo tempo, mais de um quarto do emprego das empresas industriais sedeadas em Lisboa correspondia a empresas com capital maioritariamente estrangeiro.



- Os resultados da demografia de empresas sugerem que era nas sub-regiões do Norte, Tâmega, Ave e Cávado — em que as indústrias transformadoras tinham maior implantação — que se verificava, simultaneamente, taxas de natalidade e de sobrevivência das empresas industriais superiores ao valor de Portugal.
- Os indicadores de sustentabilidade económico-financeira das empresas da indústria transformadora mostram que algumas das sub-regiões mais intensivas em mão-de-obra apresentavam os valores mais elevados na taxa de valor acrescentado bruto: Tâmega, Ave, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte e Algarve. Pelo contrário, para a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral observa-se uma estrutura produtiva mais intensiva em capital mas menor capacidade de gerar valor acrescentado por cada unidade produzida.
- Sobretudo a Região Autónoma dos Açores, mas também Lisboa e o Centro, eram as NUTS II com os valores mais elevados nos rácios de solvabilidade e de autonomia financeira, refletindo um tecido empresarial industrial com maior independência em relação aos credores, bem como uma maior utilização dos capitais próprios para financiamento dos activos.

Por último, a análise do comércio internacional de bens procurou identificar o perfil de especialização das exportações, a presença de tecnologia nos bens exportados e, ainda, os principais destinos comerciais das exportações.

- Em 2008, o rácio entre as exportações das empresas industriais sediadas em cada sub-região e o volume de negócios gerado por estas empresas era mais elevado no Baixo Mondego, no Ave, no Dão-Lafões e no Entre Douro e Vouga, e também, no Alentejo Litoral e na Península de Setúbal. As regiões autónomas apresentavam, para este indicador, os valores mais reduzidos.
- Entre 1995 e 2009, a taxa de cobertura das importações pelas exportações, em Portugal, apresentou uma tendência decrescente, situando-se em 69% em 1995 e 62% em 2009. A região Norte foi a única NUTS II que apresentou anualmente um valor de exportações superior ao das importações; o Centro apresentou um saldo comercial negativo entre 1998 e 2001, tendo, em 2009, atingido a maior taxa de cobertura entre as regiões NUTS II; as trocas comerciais com o exterior a partir dos operadores sediados no Alentejo apresentaram uma grande volatilidade ao longo do período de 1995 a 2009, verificando-se desde 2006 valores acima de 100% na taxa de cobertura. As restantes NUTS II (Lisboa, regiões autónomas e Algarve) importaram mais do que exportaram.
- As 13 sub-regiões do Litoral do Continente, do Minho-Lima à Península de Setúbal, incluindo os vales sub-regionais da Região Norte e o Dão-Lafões, eram as NUTS III com maior valor de exportações, representando, no seu conjunto, cerca de 85% do valor nacional, no triénio 2007-2009.



- A região Norte, no período 1993-1995 e 2007-2009, foi a região mais exportadora do país, assegurando, no primeiro período, quase metade das exportações nacionais. Entre os dois períodos considerados, esta foi a região que verificou uma maior diminuição do contributo para o total de exportações. As regiões de Lisboa e do Centro registaram um aumento do contributo para o valor nacional no período considerado.
- De 1993-1995 para 2007-2009, o Centro, o Norte e a Região Autónoma da Madeira foram as regiões que mais diversificaram os produtos de especialização. O Norte manteve-se a única região especializada em *matérias têxteis e suas obras*, deixou de ser especializado na exportação de produtos das *indústrias alimentares, bebidas e tabaco* e passou a especializar-se na exportação de *máquinas e aparelhos, material eléctrico e outros, e de produtos de plástico e suas obras; borracha e suas obras*. A região Centro foi a que mais diversificou as suas especializações, nomeadamente para alguns dos produtos que têm mais peso no conjunto das exportações do país: *máquinas e aparelhos, material eléctrico e outros, material de transporte e metais comuns e suas obras*. A região de Lisboa manteve o seu perfil de especialização nos produtos exportados, tendo passado ainda a ser especializada na exportação de produtos das *indústrias alimentares, bebidas e tabaco*. A diminuição da importância relativa das exportações de *material de transporte* por parte das empresas sediadas no Alentejo é a alteração mais significativa no perfil exportador desta região entre 1993-1995 e 2007-2009, deixando a região de ser especializada nestes produtos.
- Verificou-se, entre 1993-1995 e 2007-2009, um aumento da proporção de exportações de produtos de alta tecnologia em todas as regiões portuguesas, com excepção de Lisboa e da Região Autónoma da Madeira. O Grande Porto foi a sub-região que, no triénio 2007-2009, mais contribuiu para o total das exportações de bens de alta tecnologia, apresentando também a mais elevada proporção de exportações de bens de alta tecnologia das 30 sub-regiões portuguesas. Por outro lado, a capacidade exportadora de elevado conteúdo tecnológico do Alentejo resultou fundamentalmente do contributo do Alto Alentejo e do Alentejo Central.
- A análise dos destinos preferenciais das exportações evidencia que as três regiões NUTS II que mais contribuíam para o valor nacional das exportações em ambos os períodos — Norte, Centro e Lisboa — diminuíram a proporção de exportações para os países da UE27, entre 1993-1995 e 2007-2009. As restantes regiões aumentaram as quotas de exportação para os actuais parceiros europeus, tendo esta variação sido mais significativa nas regiões autónomas.
- A Espanha detinha, em 2007-2009, um importante papel no comércio externo português, sendo destino de 37% das exportações nacionais para países da UE27 e o principal parceiro comercial da UE para todas as regiões NUTS II. A Espanha, a Alemanha e a França concentravam, no seu conjunto, cerca de 70% das exportações, para a União Europeia, das regiões Norte, Centro e Lisboa.



## RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

- O continente africano era o destino mais importante das exportações de Portugal para fora da UE27, recebendo 40% dos produtos exportados. Os países africanos tinham um papel particularmente importante para a Região Autónoma da Madeira e constituíam também um destino relevante das exportações das empresas sediadas em Lisboa. Ainda, nas exportações para fora da UE, os países da Ásia eram o destino de maior importância relativa para as exportações da região Norte, nomeadamente devido às exportações para Singapura e para a Malásia de *máquinas e aparelhos, material eléctrico e outros*.



## Conceitos

**Autonomia financeira:** Indicador económico-financeiro que traduz o grau de financiamento das empresas, ou seja a capacidade de contrair empréstimos a médio e longo prazo, suportada pelos capitais próprios. A capacidade esgota-se quando o rácio é igual à unidade, ou seja, quando o passivo a médio e longo prazo iguala os capitais próprios.

**Coefficiente capital-emprego:** Mede o volume de imobilizado, directamente afecto à exploração, por trabalhador. O seu valor varia conforme o grau de automatização da produção.

**Emprego:** O emprego compreende todas as pessoas (tanto trabalhadores por conta de outrem como trabalhadores por conta própria) que exercem uma actividade produtiva abrangida pela definição de produção dada pelo sistema.

**Empresa:** Entidade jurídica (pessoa singular ou colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias actividades, em um ou em vários locais.

**Exportações de bens e serviços:** As exportações de bens e serviços consistem nas transacções de bens e serviços (vendas, trocas directas, ofertas ou doações) de residentes para não residentes.

**Formação Bruta de Capital Fixo:** A formação bruta de capital fixo engloba as aquisições líquidas de cessões, efectuadas por produtores residentes, de activos fixos durante um determinado período e determinadas mais-valias dos activos não produzidos obtidas através da actividade produtiva de unidades produtivas ou institucionais. Os activos fixos são activos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

**Nascimento de empresas:** Corresponde à criação de uma combinação de factores de produção, com a restrição de que não existem outras empresas envolvidas nesse acontecimento.

**País de destino:** Último país ou território estatístico conhecido, no momento da expedição/exportação, para o qual as mercadorias devem ser expedidas/exportadas.

**Pessoal ao serviço:** Pessoas que, no período de referência, participaram na actividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros activos de cooperativas); c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na



empresa/instituição sendo por esta directamente remunerados; d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas directamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por "recibos verdes").

**Produtividade do trabalho:** Indicador económico-financeiro que traduz a contribuição produtiva do factor trabalho utilizado pela empresa, medido em horas trabalhadas.

**Produto interno bruto regional:** Equivalente regional do PIB nacional. Avaliado a preços de mercado, adicionando-se os impostos regionalizados líquidos de subsídios, aos produtos e à importação, e aos valores acrescentados, por região, a preços de base. A soma dos PIBR a preços de mercado por região, incluindo o PIBR do território extra-regional, é igual ao PIB a preços de mercado.

**Sobrevivência da empresa:** Uma empresa sobrevive se estiver em actividade em termos de volume de negócios e/ou emprego em qualquer período do ano ou se a unidade legal a que está ligada tiver cessado a actividade, mas esta tenha sido retomada por uma ou mais unidades legais novas, criadas especificamente para utilizar os factores de produção dessa empresa.

**Solvabilidade:** Indicador económico-financeiro que avalia a capacidade da empresa para solver as responsabilidades assumidas a médio, longo e curto prazo. Este indicador evidencia o grau de independência da empresa em relação aos credores; quanto maior o seu valor, mais garantias terão os credores de receber o seu capital e maior poder de negociação terá a empresa para contrair novos financiamentos.

**Valor acrescentado bruto a preços de mercado:** Valor criado pelo processo produtivo durante o período de referência e é obtido pela diferença entre a produção e os consumos intermédios.

**Valor acrescentado bruto (VAB) *per capita*:** Avalia o contributo médio dado por cada trabalhador para a riqueza criada pela empresa. Calcula-se através da divisão do VAB da empresa pelo número de pessoas ao serviço nessa mesma empresa.

**Volume de negócios:** Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às actividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.



Classificação das indústrias transformadoras de acordo com o principal factor de competitividade (OCDE, 1992)<sup>41</sup> Anexo III.1

Descrição	CAE Rev. 3
Recursos naturais	10 - Indústrias alimentares 11 - Indústria das bebidas 12 - Indústria do tabaco 19 - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis
Mão-de-obra	13 - Fabricação de têxteis 14 - Indústria do vestuário 15 - Indústria do couro e dos produtos do couro 16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria 31 - Fabrico de mobiliário e de colchões 321 - Fabricação de joalharia, ourivesaria, bijutaria e artigos similares; cunhagem de moedas 322 - Fabricação de instrumentos musicais 323 - Fabricação de artigos de desporto 324 - Fabricação de jogos e de brinquedos 329 - Indústrias transformadoras, n.e.
Economias de escala	20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos 21 - Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas 22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas 29 - Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis 30 - Fabricação de outro equipamento de transporte
Diferenciação do produto	18 - Impressão e reprodução de suportes gravados 23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos 24 - Indústrias metalúrgicas de base 25 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos 27 - Fabricação de equipamento eléctrico 28 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e. 33 - Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos
I&D	26 - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos 325 - Fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico

<sup>41</sup> Versão adaptada à CAE Rev. 3.



Classificação das indústrias transformadoras de acordo com o conteúdo tecnológico (Eurostat, 2009) **Anexo III.2**

Descrição	CAE Rev. 3
Baixa tecnologia	<p>10 - Indústrias alimentares            11 - Indústria das bebidas            12 - Indústria do tabaco            13 - Fabricação de têxteis            14 - Indústria do vestuário            15 - Indústria do couro e dos produtos do couro            16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria            17 - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos            181 - Impressão e actividades dos serviços relacionados com a impressão            31 - Fabrico de mobiliário e de colchões            321 - Fabricação de joalharia, ourivesaria, bijutaria e artigos similares; cunhagem de moedas            322 - Fabricação de instrumentos musicais            323 - Fabricação de artigos de desporto            324 - Fabricação de jogos e de brinquedos            329 - Indústrias transformadoras, n.e.</p>
Média-baixa tecnologia	<p>182 - Reprodução de suportes gravados            19 - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis            22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas            23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos            24 - Indústrias metalúrgicas de base            251 - Fabricação de elementos de construção em metal            252 - Fabricação de reservatórios, recipientes, caldeiras e radiadores metálicos para aquecimento central            253 - Fabricação de geradores de vapor (excepto caldeiras para aquecimento central)            255 - Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados; metalurgia dos pós            256 - Tratamento e revestimento de metais; actividades de mecânica geral            257 - Fabricação de cutelaria, ferramentas e ferragens            259 - Fabricação de outros produtos metálicos            301 - Construção naval            33 - Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos</p>
Média-alta tecnologia	<p>20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos            254 - Fabricação de armas e munições            27 - Fabricação de equipamento eléctrico            28 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.            29 - Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis            302 - Fabricação de material circulante para caminhos-de-ferro            304 - Fabricação de veículos militares de combate            309 - Fabricação de equipamento de transporte, n.e.            325 - Fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico</p>
Alta tecnologia	<p>21 - Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas            26 - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos            303 - Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado</p>



Classificação dos produtos de alta tecnologia  
(nacional), CTCI-Rev.4 (V01442) Anexo III.3

1	Aeroespacial
2	Armamento
3	Produtos químicos
4	Computadores - equipamento de escritório
5	Máquinas eléctricas
6	Produtos electrónicos - telecomunicações
7	Máquinas não eléctricas
8	Produtos farmacêuticos
9	Instrumentos científicos



## BIBLIOGRAFIA



- Aboim, Sofia (2006)** *Conjugalidades em Mudança*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia (2010)** Cronologias da vida privada. In José Machado Pais e Vitor Sérgio Ferreira (Orgs.), *Tempos e Transições de Vida: Portugal ao espelho da Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Abreu, Alexandre e Peixoto, João (2009)** Demografia, mercado de trabalho e imigração de substituição: tendências, políticas e prospectiva no caso português, *Análise Social*, 193: 719-746.
- Almeida, Ana Nunes; André, Isabel e Laland, Piedade (2002)** Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal, *Análise Social*, 163: 371-409.
- Baganha, Maria Ioannis; Ferrão, João e Malheiros, Jorge (1999)** Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português, *Análise Social*, 150: 147-173.
- Bandeira, Mário Leston (1996)** *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Beck, Ulrich e Beck-Gernsheim, Elizabeth (2002)** *Individualization*, Londres: Sage.
- Campos, Renato Viera; Oliveira, Margarida e Lourenço, César (2009)** Evolução e prospectiva demográfica do distrito de Santarém: projecções a análise concelhia 2001-2030, *Cadernos distritais*, Governo Civil do Distrito de Santarém, 5.
- Coleman, David (2006)** Immigration and ethnic change in low-fertility countries: a third demographic transition, *Population and Development Review*, 32(3): 401-446.
- Cunha, Vanessa (2007)** *O lugar dos filhos: ideais, práticas e significados*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- DPP-MAOTDR (2006)** Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013: *Avaliação Ex-Ante*, Lisboa, Outubro.
- European Commission (2002)** *Early warning system for identifying declining tourist destinations, and preventive best practices*, Office for Official Publications of the European Communities, Luxembourg.
- European Commission (2008)** *Regions 2020: An Assessment of Future Challenges for EU Regions*, Commission Staff Working Document.
- European Commission (2010)** *European Competitiveness Report 2010*, Accompanying document to the Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions - *An integrated Industrial Policy for the Globalisation Era Putting Competitiveness and Sustainability at Front Stage*, Commission Staff Working Document.



## RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

- Eurostat (2007)** *Eurostat - OECD Manual on Business Demography Statistics*, Methodologies and Working Papers Collection, European Commission.
- Eurostat, (2009)** *High-tech industry and knowledge-intensive services*, Reference Metadata in Euro SDMX Metadata Structure (ESMS) [Acedido em 21 de Fevereiro de 2011]. [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_SDDS/Annexes/htec\\_esms\\_an3.pdf](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_SDDS/Annexes/htec_esms_an3.pdf)
- Ferrão, João (2002)** Portugal, três geografias em recombinação: espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais, *Lusotopie*, 2002/2: 151-158.
- Ferreira, Cristina; Lobo, Cristina; Oliveira, Isabel Tiago e Ramos, Madalena (2008)** O recasamento: tendências actuais, *Revista de Estudos Demográficos*, 42: 31-59.
- Ferreira, Pedro Moura e Aboim, Sofia (2002)** Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento, *Análise Social*, 163: 411-446.
- Ferreira, Vitor Sérgio e Nunes, Cátia (2010)** Les marqueurs de passage à l'âge adulte en Europe, *Politiques Sociales et Familiales*, 102: 21-38.
- Ferreira do Amaral, João (2006)** *Evolução do Comércio Externo Português de Exportação (1995 - 2004)*, GEE Papers - Gabinete de Estratégia e Estudos, 1, Lisboa: GEE/MEID.
- Fonseca, Maria Lucinda (2001)** The geography of recent immigration to Portugal, In Russell King, R., Paolo de Mas e Jan Mansvelt Beck (eds.), *Geography, Environment and Development in the Mediterranean*, pp.137-155, Brighton: Sussex Academic Press.
- Haug, Werner; Crompton, Paul e Courbage, Youssef (Eds.) (2002)** *The Demographic Characteristics of Immigrant Population*, Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Heinz, Walter e Krüger, Helga (2001)** Life Course: Innovations and Challenges for Social Research, *Current Sociology*, 49 (2): 29-45.
- INE (2006a)** *Estatísticas Correntes do Comércio Extracomunitário*, Documento metodológico, código 49, versão 1.0, Departamento de Estatísticas Económicas, Serviço de Estatísticas do Comércio Internacional, Indústria e Construção.
- INE (2006b)** *Estatísticas das Obras Concluídas*, Documento metodológico, código 167, versão 1.0, Departamento de Estatísticas Económicas, Serviço de Estatísticas da Indústria, Construção e Outros Serviços.
- INE (2009a)** *Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria*, Documento metodológico, código 305, versão 2.1, Departamento de Estatísticas Económicas, Serviço de Estatísticas do Comércio, Turismo e Transportes.
- INE (2009b)** *Retrato Territorial de Portugal 2007*, Lisboa: INE.
- INE (2009c)** *Tipologia de Áreas Urbanas*, Lisboa.
- INE (2010a)** *Anuário Estatístico de Portugal - 2009*, Lisboa: INE.
- INE (2010b)** Conta Satélite do Turismo 2000-2010, Destaque - *Informação à Comunicação Social*, 17 de Dezembro de 2010.



- INE (2010c)** *Estatísticas Correntes do Comércio Intracomunitário*, Documento metodológico, código 50, versão 3.2, Departamento de Estatísticas Económicas, Serviço de Estatísticas do Comércio Internacional, Indústria e Construção.
- INE (2010d)** *Estatísticas Demográficas – 2009*, Lisboa: INE.
- INE (2010e)** Paridades de Poder de Compra, Destaque – *Informação à Comunicação Social*, 15 de Dezembro de 2010.
- INE, Parlamento Europeu: Gabinete em Portugal e Representação da Comissão Europeia em Portugal (2007)** *Portugal - 20 Anos de Integração Europeia*, Lisboa: INE.
- Kenny, Michael e Meadowcroft, James (Eds.) (1999)** *Planning Sustainability*, Londres: Routledge.
- Lalanda, Piedade (2002)** Casar pelo civil ou na Igreja, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39: 69-83.
- Leite, Sofia (2003)** A União de Facto em Portugal, *Revista de Estudos Demográficos*, 33: 97-140.
- Malheiros, Jorge (Ed.) (2007)** *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI.
- Malheiros, Jorge e Vala, Francisco (2004)** A problemática da segregação residencial de base étnica – questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa, *Revista de Estudos Demográficos*, 36: 89-109.
- Magalhães, Graça; Mendes, Maria Filomena e Malta, Joana (2010)** *Fertility of National and Foreign Citizens in Portugal, 1995-2008*, Poster presented at the European Population Conference, Vienna-Austria, 1-4 September.
- Mateus, A. & Associados; CIRIUS, Geoldeia e CEPREDE (2005)** Competitividade territorial e coesão económica e social, *Colecção Estudos de Enquadramento Prospectivo do Quadro Comunitário de Apoio III*, Observatório do QCA III, Lisboa.
- Muenz, Rainer (2007)** Aging and Demographic Change in European Societies: Main Trends and Alternative Policy Options, *SP Discussion Paper*, 0703.
- OCDE (1992)** *Políticas industriais nos países da OCDE*, Relatório Anual.
- OECD (2008)** *Regions at a glance 2007*, Paris: OECD.
- OECD (2009a)** *OECD Science, Technology and Industry Scoreboard 2009*, Paris: OECD.
- OECD (2009b)** *Regions Matter: Economic Recovery, Innovation and Sustainable Growth*. Paris: OECD.
- Observatório do QREN (2009)** *Quadro de Referência Estratégico Nacional, Portugal 2007-2013*, Relatório Estratégico 2009.
- Oliveira, Isabel Tiago (2008)** Fecundidade das populações e das gerações em Portugal, 1960-2005, *Análise Social*, 182 (1): 29-53.



- ONU (2000)** *Replacement Migration: Is it a solution to Declining and Ageing Population?* Nova Iorque: ONU.
- Pappámikail, Lia; Pereira, Marta Luis e Marques, Tatiana (2010)** Portugal: na encruzilhada entre mudança e continuidade, In Teresa Costa Pinto, Isabel Guerra, Marta Martins e Sara Almeida (Coords.), *Necessidades em Portugal: Tradição e tendências emergentes*, pp. 77-137, Lisboa: Tinta da China.
- Peixoto, João (2007)** Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal, *Análise Social*, 183: 445-469.
- Peixoto, João (2008)** *A demografia da população imigrante em Portugal*, In Mário Lages e A Teodoro Matos (Coord.), *Portugal: Percursos de Interculturalidade* (vol. II), pp. 7-48, Lisboa: ACIDI.
- Pires, Rui Pena (Coord.) (2010)** *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*, Lisboa: Tinta da China.
- Robinson, Guy M. (2000)** *Methods and techniques in Human Geography*, Nova Iorque: John Wiley and Sons.
- Roca, Maria Nazaré (2004)** O papel da imigração na dinâmica populacional: um contributo para o estudo da sustentabilidade demográfica das regiões portuguesas, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 4, Lisboa: INE/APDR.
- Roca, Maria Nazaré e Leitão, Nuno (2006)** *Sustentabilidade demográfica e desenvolvimento dos concelhos portugueses*, Geolnova.
- Rosa, Maria João Valente (2002)** Notas sobre a população – os homens e as mulheres perante o casamento, *Análise Social*, 163: 667-672.
- Rosa, Maria João Valente; Seabra, Hugo e Santos, Tiago (2004)** *Contributos dos imigrantes na demografia portuguesa*, Lisboa: ACIME.
- Turismo de Portugal, I.P. (2008)** *Inquérito ao Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação*, Documento metodológico, código 427, versão 1.1.
- Turismo de Portugal, I.P. (2010)** *Relatório de Sustentabilidade 2009*.
- Van der Zee, Frans e Brandes, Felix (2007)** *Manufacturing Futures for Europe – A Survey of the Literature*, TNO Background Report, The Netherlands.
- Wall, Karin e Aboim, Sofia (2003)** Perfis regionais de mudança familiar – Síntese final, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43: 97-100.
- Wall, Karin (Ed.) (2005)** *Famílias em Portugal*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

## SIGLAS E ABREVIATURAS



AMU	Área mediantemente urbana
APR	Área predominantemente rural
APU	Área predominantemente urbana
CA	Caixa Automático
CAE	Classificação das Actividades Económicas
CE	Comissão Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
CTCI	Classificação Tipo para o Comércio Internacional
DPP	Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais
EFTA	European Free Trade Association
I.P.	Instituto Público
I&D	Investigação e Desenvolvimento
ICNB	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISF	Índice Sintético de Fecundidade
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MAOTDR	Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development
p.p.	Pontos percentuais
PALP	Países Africanos de Língua Portuguesa
Pe	Dado preliminar
PIB	Produto Interno Bruto
Po	Dado provisório
PPC	Paridades de Poder de Compra
PPS	Paridades de Poder de Compra Padrão
PT	Portugal
QL	Quociente de localização
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
Rev. 2.1	Revisão 2.1
Rev. 3	Revisão 3
SCIE	Sistema de Contas Integradas das Empresas
SIOU	Sistema de Informação de Operações Urbanísticas
SITC	Standard International Trade Classification
TIPAU	Tipologia de Áreas Urbanas
TPA	Terminal de Pagamento Automático
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto